

IGOR FONTES CADENA

AÇÕES AFIRMATIVAS: O SISTEMA DE COTAS DA UFPE.

Orientadora: Prof^a. Doutora Maria das Graças Ataíde de Almeida

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

**Lisboa
2012**

IGOR FONTES CADENA

AÇÕES AFIRMATIVAS: O SISTEMA DE COTAS DA UFPE.

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação no Curso de Mestrado em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientadora: Prof^a Doutora Maria das Graças de Andrade Ataíde de Almeida

Co-orientador: Prof. Doutor Manuel Tavares Gomes

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação

Lisboa
2012

IGOR FONTES CADENA

AÇÕES AFIRMATIVAS: O SISTEMA DE COTAS DA UFPE.

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação no Curso de Mestrado em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS como ser único e supremo, que me criou e propiciou este momento de conclusão que foi algo por mim tão almejado e que teve um caminho tão árduo de ser percorrido.

Aos meus pais, Sônia e Theodorico, alicerce de tudo, a quem devo minha vida, a quem devo minha formação. Obrigado pela confiança e certeza de que conto com vocês, sempre. Os amo.

Ao meu irmão, Paulo Henrique pelo incentivo e paciência, pela colaboração, carinho e atenção, meu muito obrigado.

À minha esposa, Raquel, fonte inesgotável de amor, porto seguro nas minhas horas de angústia. Meu muito obrigado pela paciência, pelas horas usurpadas de meu convívio. Sei que amor não se agradece, se recebe e recebo o seu todos os dias, renovando-o e aumentando-o para retribuí-lo.

Aos demais familiares, tios, tias, primos, primas, sogro, sogra e cunhadas, meu obrigado pela confiança e incentivo.

À Professora Doutora Maria das Graças de Andrade Ataíde de Almeida, pelos muitos conselhos e sugestões de utilidade inestimável, orientadora competente e dedicada, mas, sobretudo, amiga e parceira no decorrer de toda esta investigação.

Ao Professor Doutor Manuel Tavares Gomes, co-orientador desta investigação, pela disponibilidade, incentivo e apoio que mesmo a distância se fez sempre presente.

Aos docentes do curso e à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), pelas inestimáveis contribuições durante o curso, permitindo-me reflexões e análises cuidadosas ao longo do meu percurso de pesquisador.

Aos entrevistados, pessoas generosas que me permitiram a realização dessa pesquisa.

A todos os meus amigos e amigas, presentes em todos os momentos importantes de minha trajetória profissional e acadêmica, em especial os da UVA, FAREC, 9º JEC, CÂMARA e as companheiras de orientação, Cássia Santos e Gilmara Melo.

*Nada lhe posso dar que já
não exista em você mesmo. Não posso abrir-
lhe outro mundo de imagens, além daquele
que há em sua própria alma. Nada lhe posso
dar a não ser a oportunidade, o impulso, a
chave. Eu o ajudarei a tornar visível o seu
próprio mundo, e isso é tudo.*

(Hermann Hesse)

RESUMO

CADENA, Igor Fontes. Ações Afirmativas: O Sistema de Cotas da UFPE. Lisboa, 2012, 153 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, 2012.

Este trabalho teve como tema de pesquisa: Ações Afirmativas: O Sistema de Cotas da UFPE. Tendo como objetivos investigar a eficácia do bônus de 10% nas notas dos alunos oriundos de escolas públicas para o ingresso dos mesmos, por meio de vestibular, na UFPE. Para isso, observamos o número de alunos inscritos no vestibular de cada curso oferecido pela referida Universidade e os índices de alunos que procuram ser beneficiados pelo bônus em cada curso da mesma. Observamos, também, quais os cursos mais procurados pelos alunos auxiliados pelo bônus e os índices de ingressos desses alunos e quais os cursos mais frequentados pelos mesmos. A pesquisa se deu de forma quantitativa e qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados para a pesquisa qualitativa as entrevistas semiestruturadas e como instrumento de análise dos dados a análise de discurso por meio de 05 Formações Discursivas (FD): globalização, exclusão, democracia, cidadania e igualdade. Buscou-se a opinião de 10 entrevistados sobre o tema, sendo 05 aprovados no vestibular da UFPE utilizando-se do bônus de 10% em sua nota e 05 não aprovados no vestibular da UFPE mesmo utilizando-se do bônus. Constatou-se que nos vestibulares dos anos de 2010/2011 da UFPE foram aprovados, proporcionalmente, mais alunos beneficiados pelo bônus, do que alunos não beneficiados e que os alunos oriundos de escolas públicas alcançam bons índices de aprovação nos cursos que mais almejam. Evidencia-se ainda que os entrevistados apontam o déficit na qualidade de ensino das escolas públicas como o principal fator de desigualdade de concorrência.

Palavras-Chave: Ação Afirmativa, Estado, Inclusão.

ABSTRACT

CADENA, Igor Fontes. *Affirmative Actions: The Quota System of UFPE*. Lisboa, 2012, 153 fls. Dissertation (Master's degree in Education) – Master's degree Program in Education, ULHT, 2012.

This dissertation was a result of study about Affirmative Actions: The Quota System of UFPE. The object of this study is investigate the efficiency of the bonus of 10% at the student's vestibular grade, that comes from public schools, to ingress at the UFPE. To make it possible, the study look at the number of students inscribed to the vestibular from each academic course that UFPE offers and look at the index of students who make the option to use the bonus at each course to ingress at UFPE. This study investigate, too, what are the academic courses that the students, who option to use the bonus, more looking for, and the index of these students that ingress at UFPE, and what are the academic course that they visit often. The analysis was made by quantitative and qualitative form and to the qualitative analysis was used the semi-structured interviews and speech's analysis like instrument of the data's analysis by five written formation (FD): globalization, marginalization, democracy, citizenship and equality. The study look's for the opinion of ten interviewees about affirmative actions like that, from that ten, five achieve the ingress to the UFPE's vestibular using the bonus at their grades and five were not achieve the ingress to vestibular whilst they using the bonus. At the UFPE's vestibular of the years 2010/2011 the study observed that, proportionately, more students achieve the ingress to UFPE using the bonus than the students that don't used the bonus, and observed that the students from public schools achieve good index at the course that them more looking for. The analysis observed, too, that the interviewees claims that the deficit of the public schools quality is the principal purpose of the inequality of the UFPE's vestibular concurrence.

Key words: Affirmative Actions, State, Inclusion

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
ONU	Organização das Nações Unidas
CONAE	Conferência Nacional de Educação
PUC	Pontifícia Universidade Católica
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
COVEST	Comissão de Processos Seletivos e Treinamentos
AD	Análise de Discurso
FD	Formação Discursiva
CF	Constituição Federal

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	14
Capítulo I – REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA	23
1.1.Globalização e Exclusão Social	24
1.2. Democracia e Cidadania	38
1.3. Igualdade e Ações Afirmativas (cotas)	46
1.4. Educação na Constituição Brasileira.....	54
Capítulo II - DESIGN METODOLÓGICO .	59
2.1.Delineamento do Estudo	60
2.2. Método Escolhido	61
2.3.Locus da Pesquisa	62
2.4. Sujeitos da Pesquisa	64
2.5. Instrumento de Coleta	64
2.5.1.Pesquisa Quantitativa	64
2.5.2. Pesquisa Qualitativa	65
2.6. Instrumento de Análise	69
2.6.1. Pesquisa Quantitativa	69
2.6.2. Pesquisa Qualitativa	69
Capítulo III – ANÁLISES DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	72
3.1. Análise e Resultados Quantitativos	73
3.2.Análise e Resultados Qualitativos	91
3.2.1 Perfil dos Entrevistados	91
3.2.2 Formação Discursiva – Globalização	92
3.2.3. Formação Discursiva – Exclusão	97
3.2.4. Formação Discursiva – Democracia	102

3.2.5. Formação Discursiva - Cidadania	107
3.2.6. Formação Discursiva - Igualdade	110
3.3. Relação entre os Dados Qualitativos e Quantitativos	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICES.....	I

ÍNDICE DE QUADROS

1	- Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (aprovados) na FD “Globalização”.	99
2	- Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (não aprovados) na FD “Globalização”.	96
3	- Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (aprovados) na FD “Exclusão”.	100
4	- Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (não aprovados) na FD “Exclusão”.	101
5	- Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (aprovados) na FD “Democracia”.	105
6	- Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (não aprovados) na FD “Democracia”.	106
7	- Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (aprovados) na FD “Cidadania”.	109
8	- Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (não aprovados) na FD “Cidadania”.	110
9.	- Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (aprovados) na FD “Igualdade”.	114
10	- Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (não aprovados) na FD “Igualdade”.	115

ÍNDICE DE TABELAS

1	Distribuição do total de alunos inscritos e classificados no vestibular da Universidade Federal de Pernambuco segundo a condição de cadastro dos alunos e ano de realização do concurso	74
2	Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior proporção de solicitações de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2010.	75
3	Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior proporção de solicitações de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2011.	77
4	Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que solicitaram auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2010.	78
5	Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que solicitaram auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2011.	80
6	Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior proporção de inscritos sem a solicitação de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2010.	81
7	Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior proporção de inscritos sem a solicitação de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2011.	83
8	Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que não solicitaram auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2010.	85
9.	Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que não solicitaram auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2011.	86
10	Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior número de inscritos segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2010.	88
11	Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior número de inscritos segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2011.	89

ÍNDICE DE FIGURAS

1	Gráfico da distribuição do número de alunos inscritos segundo a situação da utilização da cota e o ano do vestibular.	74
2	Gráfico da distribuição do número de classificados segundo a situação da utilização da cota e o ano do vestibular.	74
3	Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bonus dos dez cursos com maior proporção de solicitações de auxílio do bônus, vestibular 2010	76
4	Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bonus dos dez cursos com maior proporção de solicitações de auxílio do bônus, vestibular 2011	77
5	Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bonus dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que solicitaram auxílio do bônus, vestibular 2010	79
6	Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bonus dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que solicitaram auxílio do bônus, vestibular 2011.	80
7	Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bonus dos dez cursos com maior proporção de inscritos sem a solicitação de auxílio do bônus, vestibular 2010.	82
8	Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bonus dos dez cursos com maior proporção de inscritos sem a solicitação de auxílio do bônus, vestibular 2011.	84
9.	Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bonus dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que não solicitaram auxílio do bônus, vestibular 2010.	85
10.	Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bonus dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que não solicitaram auxílio do bônus, vestibular 2011.	87
11.	Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bonus dos dez cursos com maior número de inscritos, vestibular 2010.	88
12.	Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bonus dos dez cursos com maior número de inscritos, vestibular 2011.	90

INTRODUÇÃO

No Brasil, faz-se notória a imensa diversidade cultural, estratificação social e diversos níveis de desenvolvimento em suas regiões. Diante desse problema, o Estado tenta resolver celeumas de ordem emergencial, deixando lacunas em importantes temas, dentre os quais a educação pública.

Esta pesquisa se propõe a estudar o sistema de cotas e ações afirmativas os quais vem se instaurando - de forma cada vez mais evidente - no Brasil e no mundo, buscando a redução das desigualdades. Mais precisamente, esta pesquisa se debruçará sobre as ações afirmativas aplicadas na UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), as quais beneficiam os alunos oriundos de escolas públicas, com um bônus em suas notas de vestibular, desde o ano de 2006. Todavia, investigaremos a eficácia das cotas para o ingresso desses mesmos alunos na UFPE.

Para isso, observamos o número de alunos inscritos no vestibular de cada curso oferecido pela referida Universidade e os índices de alunos que procuram ser beneficiados pelo bônus em cada curso da mesma. Observamos, também, quais os cursos mais procurados pelos alunos cotistas e os índices de ingressos desses alunos e quais os cursos mais frequentados pelos mesmos.

A nação brasileira ainda vive o processo de democratização, processo este cujo conceito se distingue do de democracia. Na democratização, caminhamos em busca da democracia ainda não completamente consolidada. Impera, nesse momento, uma busca incansável pela mesma, conforme aponta Sacavino (2003:37): “democratização é o processo histórico, social, e político, através do qual as instituições, as organizações, os grupos, movimentos, etc. concretizam e plasam na prática o valor da democracia.”

Presenciamos, diariamente, a divulgação de dados referentes às discriminações nos mais diversos grupos sejam eles relativos a sexo, cor, escolaridade, entre tantos outros, no Brasil e no Mundo, sendo a discussão do tema cada dia mais atual e necessária. Mas ao mesmo passo em que a discussão sobre as discriminações - hoje vivenciadas - é necessária, as propostas para possíveis soluções são igualmente polêmicas e conturbadas, frente as mais diversas e conflitantes opiniões sobre o assunto.

Guimarães (2003) relatou acontecimentos que culminaram com a redução das acessibilidades das camadas populares às Universidades Públicas, afirmando que desde 1964, o Brasil estagnou o crescimento da rede pública de ensino superior, expandindo,

ao mesmo passo, a rede ensino privada, em todos os níveis de educação. Com o acelerado aumento da rede privada de ensino fundamental e médio, no mesmo nível, cresceu a qualidade dos serviços ofertados, gerando um êxodo automático, das classes média e alta, em busca da rede privada de ensino.

Guimarães (2003) alude que a qualidade do ensino superior das instituições privadas não seguiu o mesmo patamar da rede de ensino privado fundamental e médio, o que acirrou a disputa por uma vaga na rede pública de ensino superior.

Sendo as vagas na rede pública cada vez mais escassas e a qualidade do ensino da rede privada de ensino fundamental e médio cada vez melhor, a consequência é a minimização das possibilidades de que um aluno não sendo oriundo da rede privada de ensino, alcance uma vaga na rede pública de ensino superior.

Diante de um sistema ao qual o nível de ensino nas escolas públicas nem sempre alcançam os mesmos graus de excelência das escolas particulares, os alunos oriundos das escolas públicas, vêem suas possibilidades de acesso ao ensino superior público cada vez mais diminuídas, tendo em vista a imensa demandada em busca da universidade pública, estando os alunos advindos das escolas particulares, normalmente, com larga vantagem para ocupação dessas vagas por meio de vestibulares.

Raros são os temas que provocam tamanhas polêmicas como vem provocando as ações afirmativas. Sob o enalço da busca pela igualdade, essas ações de caráter positivo, alicerçam uma nova forma política e social com a qual o Estado manifesta-se frente ao assunto.

Inicialmente, algumas Universidades, diante do contexto vivenciado, buscaram de forma particular, implementar ações voltadas para a redução das desigualdades, inclusive no que tange aos alunos oriundos de escolas públicas.

O Estado, diante de clamores sociais cada dia mais incisivos, em especial dos grupos menos privilegiados, necessitou tomar posições em busca de minimizar a desigualdade de oportunidades, que se fazia latente: as minorias não aceitaram mais as condições a elas impostas e reivindicaram soluções.

O Brasil passou então a inserir em sua política pública as ações afirmativas definidas pelo Ministério do Trabalho como sendo:

A ação afirmativa se constitui numa estratégia para alcançar a igualdade de oportunidades entre as pessoas, distinguindo e beneficiando grupos afetados por mecanismos discriminatórios, por meio de ações empreendidas em um tempo determinado, com o objetivo de alterar positivamente a situação de desvantagem desses grupos (Ministério do Trabalho e Emprego, 1999)

Gomes (2001:04), em sua definição sobre as ações afirmativas, alude:

Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas a combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e emprego.

Analisando a expressão “ações afirmativas” podemos perceber que se trata de um conjunto de ações buscando favorecer camadas sociais que se encontram desprestigiadas no seio social. Procuram encontrar um equilíbrio, ou ao menos, minimizar as desigualdades, até que o problema seja de um todo neutralizado.

O direito à igualdade encontra-se firmado nos pilares dos direitos fundamentais, elencados na Constituição Federal Brasileira de 1988, albergando um tratamento igualitário para todos os cidadãos, com igualdade de oportunidades e direitos.

Insta salientar o que dispõe o artigo 3º da Carta supra citada, onde prevê os objetivos fundamentais albergados em favor da sociedade brasileira pela República Federativa do Brasil, instituindo que deve ser objetivo da nação erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais, instituindo ainda que deverá promover o bem de todos, sem qualquer preconceito de raça, sexo, cor, idade, ou qualquer outra forma de discriminação.

A Carta Maior brasileira, ainda sobre o tema, em seu artigo 4º, que concerne às relações internacionais da República Federativa do Brasil, expõe a prevalência dos direitos humanos, destacando assim, a tendência humanista de seu texto legal.

Quando se implementa ações afirmativas, o Estado deixa a função de mero espectador e passa a ser agente atuante na busca pela igualdade de oportunidades para os cidadãos, havendo uma mudança de postura, onde o Estado exime-se da neutralidade e age numa ação protecionista.

Vários são os países no mundo onde podemos encontrar implementações das ações afirmativas das mais variadas formas e denominações. Sowell (2004, apud Matos, 2010:2), trabalhando o léxico acerca dos programas de ações direcionadas para sujeitos com alguma necessidade especial, afirma:

os programas para aqueles de condições sócio econômica inferior recebem

diferentes denominações pelo mundo: nos Estados Unidos e Brasil de “ação afirmativa”, na Inglaterra e na Índia de “discriminação positiva”, em Sri Lanka de “padronização”, na Nigéria de “reflexos do caráter federal do país”, na Malásia, Indonésia e em alguns estados da Índia de “preferência aos filhos da terra”. Existem 3 programas ainda em Israel, na China, na Austrália, nas Ilhas Fiji, no Canadá, no Paquistão, na Nova Zelândia e nos estados sucessores da União Soviética, dentre outros.

Não podemos afirmar, com precisão, onde e quando as ações afirmativas iniciaram-se, sabendo-se, tão somente que os Estados Unidos da América são grandes propiciadores desta forma de política de inclusão e que vários países, espalhados por todo o mundo, seguem seus exemplos.

O Brasil também vem implementando ações voltadas para a redução das desigualdades. Participou, em 1966, da Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, proposta pela ONU (Organização das Nações Unidas), onde passou a ser signatário do tratado que prevê o comprometimento das nações com a implementação de ações afirmativas buscando a proliferação da igualdade, e por consequência, a inclusão de grupos étnicos excluídos do desenvolvimento social.

Efetivamente, no que se reporta às ações voltadas para educação superior, no ano de 2002, no Rio de Janeiro, é aprovada uma lei estadual a qual determina que as Universidades Estaduais deveriam reservar 50% das vagas dos cursos por elas oferecidos em seus vestibulares para os alunos oriundos de escola pública. Tal ação fez com que várias Universidades, de forma particular, implementassem condutas no mesmo contexto em suas seleções. No ano de 2004, lança-se o projeto de lei 3627, o qual previa que as Universidades Federais de todo o país deveriam reservar 50% de suas vagas para os alunos oriundos das escolas públicas, seguindo o exemplo do estado do Rio de Janeiro, contudo, tal projeto não foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Na última Conferência Nacional de Educação (CONAE), a qual teve seu encerramento no dia 1 de abril de 2010, fora proposto que seriam reservadas 50% das vagas oferecidas em vestibular pela rede pública de ensino superior para os alunos oriundo de escolas públicas, sendo, no entanto, respeitados os critérios de reserva das cotas para os negros e índios.

Em relevância ao tema estudado, a academia tem se debruçado sobre o assunto nas mais diversas universidades do Brasil. Dissertação apresentada à Universidade de Brasília (UNB), sob o tema “Sistema Universal e Sistema de Cotas para negros na Universidade de Brasília: Um estudo de desempenho” tendo como pesquisadora Egláisa

Micheline Pontes Cunha (2006), traçou um comparativo entre os alunos ingressos no vestibular da UNB, analisando seu desempenho no concurso e no primeiro semestre dos cursos oferecidos pela instituição, apresentando um comparativo entre os alunos cotistas e não cotistas. Foi observado que o rendimento dos alunos cotistas ficou abaixo do rendimento dos alunos não cotistas, sendo percebido que a Universidade apenas forneceu um tratamento diferenciado para os cotistas na seara do vestibular, não mantendo tal posição durante o curso, percebendo-se uma ausência de políticas públicas para a manutenção, desses alunos, na Universidade, gerando, por consequência, um baixo rendimento acadêmico.

Ainda na UNB, outra dissertação sobre o respaldo das ações afirmativas fora proposta, sob o título: “Não deixando a cor passar em branco: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília” do pesquisador Ernandes Barboza Belchior (2006). Esta pesquisa estudou a inserção do sistema de cotas na Universidade de Brasília em 2003 e analisou, através de entrevistas, os agentes responsáveis pela execução do sistema, percebendo que o momento é propício para o aumento das discussões sobre o tema, buscando-se a redução das desigualdades.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC) também é norteadora de uma pesquisa sobre as ações afirmativas, sob o título: “Política de ação afirmativa e ensino superior: a experiência da UERJ na perspectiva dos professores de direito” da pesquisadora Daniela Frida Drelich Valentim (2006). Este estudo teve como objeto de análise os professores da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), observando suas perspectivas sobre a implementação do sistema de cotas naquela Universidade no ano de 2003. Concluiu o autor: com a implementação do sistema estudado, houve uma vitória da democracia, mas por outro lado vivenciam os cotistas, uma batalha diária, tendo em vista que, segundo informações dos professores, a maior parte deles é de baixa renda e oriundo de escolas públicas de baixa qualidade, gerando dificuldade de aprendizado e entendimento dos discursos, em especial, escritos. O pesquisador percebeu ainda ser bastante reduzido o índice de desistência entre os cotistas: índices bem menores se comparados aos não cotistas, em especial porque fora constatada a ausência do pagamento de bolsas durante o ano de 2003 e mesmo assim, não houve um aumento do índice de abandonos. Analisou, ainda, o rendimento dos cotistas no que tange às suas notas: percebeu-se que, neste critério, os cotistas possuem notas pouco menores do que as dos não cotistas.

Percebe-se assim, quão relevante e atual é o tema proposto para ser pesquisado. As Universidades de todo o Brasil voltam-se para esta temática nas mais diversas linhas e pontos de perspectivas, seja em relação ao aluno cotista, ou em relação ao professor; seja em relação a Universidade, ou mesmo em relação a sociedade frente ao tema.

Na dissertação “Sistema Universal e Sistema de Cotas para negros na Universidade de Brasília: Um estudo de desempenho”, estudou-se o desempenho dos alunos cotistas durante o primeiro período do curso, frente aos resultados obtidos no vestibular, enquanto que a dissertação “Não deixando a cor passar em branco: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília” estudou os agentes responsáveis pela implementação do sistema de cotas na Universidade de Brasília, já a dissertação “Política de ação afirmativa e ensino superior: a experiência da UERJ na perspectiva dos professores de direito”, estudou a visão dos professores de direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, frente aos alunos cotistas da Universidade.

Podemos perceber os mais distintos vieses de análise do tema, nossa dissertação busca estudar a ação afirmativa implementada pela UFPE, a qual concede 10% de bônus para os alunos oriundos de escolas públicas em seu vestibular, observando a capacidade de ingresso desses alunos na Universidade Pública, diferenciando-se das demais dissertações citadas.

A pesquisa baseia-se em um estudo quali-quantitativo onde, na parte quantitativa da pesquisa, foi construído um banco de dados na planilha eletrônica Microsoft Excel através dos dados divulgados pela COVEST – Comissão de Processos Seletivos e Treinamentos. Para calcular o número de alunos inscritos no vestibular de cada curso oferecido pela UFPE e os índices de alunos que procuram ser beneficiados pelo bônus foram utilizadas frequências observadas e percentuais. Além disso, a frequência percentual também foi utilizada para avaliar os cursos mais procurados pelos alunos cotistas e os índices de ingressos deles.

Na tabela 1 temos a distribuição do número de alunos inscritos e classificados segundo a situação da utilização do bônus e o ano do vestibular. Na mesma tabela temos ainda o percentual de classificados segundo a situação do aluno acerca da utilização do bônus e o ano do vestibular submetido, em quanto que Na figura 1 e 2 temos, respectivamente, a distribuição do número de alunos inscritos e dos classificados segundo a situação da utilização da cota e o ano do vestibular.

Na tabela 2 temos a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados

(TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior proporção de solicitações de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, no vestibular 2010, já na figura 3 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior proporção de solicitações de auxílio do bônus, vestibular 2010.

Na tabela 3 temos a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior proporção de solicitações de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, no vestibular 2011, enquanto que na figura 4 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior proporção de solicitações de auxílio do bônus, vestibular 2011.

Na tabela 4 temos a do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que solicitaram o auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2010, e na figura 5 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que solicitaram auxílio, vestibular 2010.

Na tabela 5 temos a do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que solicitaram o auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2011, e na figura 6 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que solicitaram auxílio, vestibular 2011.

Na tabela 6 temos a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior proporção de não solicitações de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2010, e na figura 7 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior proporção de inscritos sem a solicitação de auxílio do bônus, vestibular 2010.

Na tabela 7 temos a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior proporção de não solicitações de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2011, e na figura 8 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior

proporção de inscritos sem a solicitação de auxílio do bônus, vestibular 2011.

Na tabela 8 temos a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que não solicitaram auxílio do bônus, vestibular 2010, e na figura 9 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que não solicitaram auxílio do bônus, vestibular 2010.

Na tabela 9 temos a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que não solicitaram auxílio do bônus, vestibular 2011, e Na figura 10 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que não solicitaram auxílio do bônus, vestibular 2011.

Na tabela 10 temos a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior número de inscritos, vestibular 2010, e na figura 11 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior número de inscritos, vestibular 2010.

Na tabela 11 temos a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior número de inscritos, vestibular 2011, e Na figura 12 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior número de inscritos, vestibular 2011.

Na parte qualitativa, a pesquisa baseou-se, ainda, em um estudo sob a forma de levantamento de dados, sendo coletados na área de educação com intuito de embasar as descrições e aprofundar seus experimentos na pesquisa qualitativa. Sendo subdividida nas seguintes etapas: local de estudo, população e amostra, coleta de dados, instrumento de coleta, análise de discurso.

Buscando subsidiar a pesquisa foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, onde os entrevistados eram livres para colocarem-se diante do tema proposto. Iniciou-se a entrevista questionando-se a idade dos entrevistados, em seguida, quantas vezes os mesmos haviam se submetidos aos vestibulares da UFPE e se nessas oportunidades já havia a possibilidade de utilização do bônus de 10 % em sua nota de vestibular, questionando-se, ainda, se o candidato fez uso do referido bônus.

Em outro instante da entrevista questiona-se o entrevistado sobre o que seria para ele exclusão social, democracia, cidadania, igualdade e globalização relacionando os temas com a ação afirmativa, aqui estudada.

A pesquisa em tela se encontra distribuída em quatro capítulos e considerações finais.

O capítulo I – Referencial Teórico da Pesquisa, faz-se um estudo no item 1 sobre o fenômeno da Globalização e a exclusão social, enquanto que o item 2 aborda os institutos da Democracia e da Cidadania, já o item 3 remete-se ao estudo da Igualdade e das Ações Afirmativa, tendo o item 4 abordado a Educação na Constituição Federal Brasileira. Todos os itens desse capítulo, relacionam suas temáticas com a ação afirmativa implementada pela UFPE em seus vestibulares, a qual insere 10% na nota dos candidatos oriundos de escolas públicas.

O capítulo II – Designe Metodológico constrói-se no intuito de mostrar os métodos utilizados ao longo da pesquisa, apresentando os aspectos quantitativos e qualitativos da mesma, bem como a forma de análise dos dados.

O Capítulo III – Análise e Discussão dos Resultados, na Análise Quantitativa apresentam-se os números obtidos na pesquisa e seus resultados através de tabelas e figuras, a Análise de Discurso respalda-se nos resultados obtidos através da entrevista semiestruturada através de tabelas dividindo a análise de discurso em cinco Formações Discursivas (FD): Exclusão Social, Democracia, Cidadania, Globalização e Igualdade.

No que se refere às considerações finais, através da análise e discussão dos resultados do estudo respondemos aos objetivos, propostos no início da investigação, ressaltando-se a necessidade de recomendar este tema estudado em pesquisas futuras na área de educação, no sentido de aprimorar os conhecimentos adquiridos sobre o tema.

I CAPÍTULO

REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA

1.1.GLOBALIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

Nos dias atuais, estamos diante de um homem em plena formação cultural, em desenvolvimento de sua formação humana: livre, sem moldes, sem metas previamente traçadas. Observamos a pós-modernidade à qual a sociedade se faz heterogênea, caracterizada por multicultural, plural: cada ser possui uma personalidade própria e única. No tempo presente, o homem é levado a estar em seu território físico em toda parte e em parte alguma, concomitantemente.

Sobre a realidade em que nos encontramos, Sousa Santos (2007:104) afirma:

a micro-ética liberal difundiu-se como um conceito dominante na modernidade. Presenciamos a ética firmada no antropocentrismo e no individualismo, afirmando que a ética liberal - como se estivesse em uma fórmula matemática - se esquematiza numa seqüência linear: “um sujeito, uma acção, uma consequência.”

É observado um homem livre, desraigado de qualquer ideia preexistente, apto a uma cultura própria, formada por ele mesmo, sem moldes e sem imposições. Sobre o tema, Severino (2007:18) opina: “O sentido aqui é exatamente aquele da constituição do sujeito que não tem moldes onde se encaixar, para se enquadrar, medidas para se medir. Um sujeito totalmente contingente, com muito precárias referências históricas para se guiar em sua existência.” O sujeito não possui caminhos previamente traçados: é livre em seu próprio destino.

Contudo, é importante assinalar que o homem de hoje possui uma história e traz consigo experiências. Mesmo desraigado de imposições, carrega uma bagagem de vivências, a qual Bourdieu (1983:65) alberga em seu conceito de *habitus*, nos seguintes termos:

Habitus é compreendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, grãs às transferências análogas de esquemas.

Estudando o conceito de *habitus*, comungando das ideias anteriormente citadas, Setton (2002:63), discorre:

Habitus surge como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre a realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano.

Para a autora o conceito de *habitus* não pode ser interpretado como algo imutável, sedimentado, enraizado. Para ela, o *habitus* é algo construído no cotidiano, podendo ser aprimorado a cada nova experiência somada aquelas já vividas.

Em Rego (2007:58) – que não destoa dos argumentos de Bourdieu, por Setton -, estudando as teorias de Vygotsky, percebe-se o enaltecimento da importância da cultura na formação do desenvolvimento humano, onde preceitua que “o desenvolvimento, está intimamente relacionado ao contexto sócio-cultural em que a pessoa se insere e se processa de forma dinâmica através de rupturas e desequilíbrios provocadores de contínuas reorganizações por parte do indivíduo.”

Assim, a autora, aponta que o *habitus* é construído no dia-a-dia, através da soma de experiências vivenciadas pelo indivíduo, segundo a teoria de Bourdieu, podemos verificar a importância da cultura na formação do desenvolvimento humano, e por consequência, na formação do *habitus* do indivíduo, tendo em vista a relação entre essa formação e o contexto sócio-cultural em que o indivíduo se insere.

Interessante notar, nesta conjuntura, como se dá a permanência do mundo social, onde forma-se por um dinamismo interno somado por estruturas objetivas e subjetivas, sendo mantido pela construção e reconstrução de tais estruturas. (Bourdieu,2011)

Bourdieu (2011) desenvolveu o conceito de estratégias de reprodução social, analisando histórias específicas sobre estratégias, pondo em prática a estratégia de reprodução através do *conatus* de unidade doméstica, por meio de diferentes agentes. Sobre *conatus* Bourdieu (2011:31) afirma que: “de fato o mundo está dotado de um *conatus*, como diziam os filósofos clássicos de uma tendência a preservar no ser, de um dinamismo interno inscrito, e assim, nas estruturas objetivas e nas estruturas subjetivas, as disposições dos agentes...”

Para o autor, as classes de estratégias de reprodução não ocorrem da mesma forma em todos os lugares, dependem “ da índole do capital que será transmitido e dos mecanismos de reprodução disponíveis.”(Bourdieu,2011:35)

Segundo o autor, as estratégias de reprodução dividem-se na seguinte sequência:

1.Estratégias sucessórias: “ garantem a transmissão do patrimônio material entre

as gerações; 2. Estratégias Educativas: “ estratégia de inversão a longo prazo... produzir agentes sociais dignos e capazes de receber a herança do grupo”; 3. Estratégia de inversão econômica: “ no sentido mais amplo do termo tende a perpetuação do capital ou ao aumento do capital.” 4. Estratégia de inversão simbólica: “são ações pelas quais se pretende conservar e aumentar o capital de reconhecimento, propiciando a reprodução dos esquemas de percepção e apreciação.” (Bourdieu,2011:36)

Para Boudieu (2011:37): “as estratégias de reprodução têm por princípio, não uma intenção consciente e racional, mas as disposições do *habitus* que espontaneamente tendem a reproduzir as condições de sua própria produção.”

O indivíduo em formação, depara-se com o princípio da responsabilidade, inserido no contexto da volatilidade. Não se pode embasar tal princípio em seqüências lineares, mesmo porque, vive-se em uma época onde é cada dia mais difícil se determinar quem são os agentes e, por conseguinte, quais são as ações e consequências das mesmas, segundo Sousa Santos (2007:105). Sobre o princípio da responsabilidade, do autor Hans Jonas:

O novo princípio da responsabilidade reside na Sorge, na preocupação ou cuidado que nos coloca no centro de tudo o que acontece e nos torna responsáveis pelo outro, seja ele um ser humano, um grupo social, a natureza,etc.;esse outro inscreve-se simultaneamente na nossa contemporaneidade e no futuro cuja possibilidade de existência temos de garantir no presente.A nova ética não é antropocêntrica, nem individualista, nem busca apenas a responsabilidade pelas consequências imediatas.É uma responsabilidade pelo futuro.

Para Delors (2012:202) “é preciso ter coragem de pensar em escala planetária, de romper com os modelos tradicionais e mergulhar, decididamente, no desconhecido.” E aconselha: “devem-se mobilizar todos os recursos internos e externos para construir um mundo novo baseado na solidariedade e, não na destruição mútua.”

Frente a tal perspectiva, onde o homem deve se encontrar cada dia buscando renovar-se, além de buscar a responsabilidade com o futuro, observamos a presença de um fenômeno arrebatador que se instaurou na sociedade: a globalização, processo avassalador vivenciado nos dias atuais, que segundo Giddens (2000), além de muito novo é um fenômeno revolucionário, sendo um erro afirmar que a globalização é um fenômeno meramente econômico, tendo em vista a pulsante característica política, tecnológica e cultural, além, segundo o teórico, de econômica.

Comunga do mesmo pensamento Wieviorka(2006), observando que o mundo percebe este fenômeno como sendo um tema econômico, político e cultural, mais do que propriamente social.

A economia, na atualidade, encontra-se como sendo o tema central quando o assunto é globalização. Todavia, este fenômeno é muito mais complexo, suscitando mudanças em escala global, modificando, inclusive, nosso modo de pensar, no que se refere ao tempo e ao espaço, tendo em vista as profundas alterações, impostas nas organizações sociais, nas relações internacionais e nosso estilo de vida no cotidiano. (CANDAU,2003:25)

Pensando que a globalização interfere diretamente no cotidiano, e que o mesmo somado ao meio sócio-cultural em que o indivíduo está inserido é fator preponderante para a formação do *habitus*, podemos perceber, assim, que a globalização tornou-se um importante fator na concepção do *habitus* do indivíduo.

Giddens (2000) expõe que se torna um erro pensar que a globalização é algo que diz respeito, tão somente, aos grandes sistemas. Ao contrário: para ele, a globalização afeta também a intimidade dos indivíduos. É algo particular, individual, um fenômeno interior, o qual influencia, diretamente, em aspectos pessoais de nossas vidas.

Contudo, apesar de ser um fenômeno que se reflete no caráter pessoal do indivíduo, as identidades culturais nacionais também vêm sofrendo uma poderosa influência no fim do século XX, oriunda de “um complexo de processos e forças de mudanças, que, por conveniência, pode ser sintetizado sob o termo globalização.” (Hall,2006:67) E sobre esse processo de mudança, busca nos pensamento de McGrew (1992) continuar explanando sobre o tema: a “globalização” se refere àqueles processos, atuantes em uma escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado.”

Ao mesmo passo que se vivencia, mundialmente, o fenômeno da globalização, grandes são as buscas pelo resgate de uma identidade própria, gerando dentro da realidade global, uma realidade “glocal”, explicada por Sacavino (2003:16): “a cidadania glocal cria uma cultura democrática dos direitos das pessoas, grupos e povos que exige iniciativas autônomas e horizontais em cada latitude, fortalecimento próprio de cada grupo, ao invés de concentração de poder.”

Segundo Delors (2012:39) “o mal-estar pela falta de visão clara do futuro conjuga-se com a consciência cada vez maior das diferenças existentes no mundo e das

múltiplas tensões que daí resultam entre o “local” e o “global”.”

Sacavino (2003) corrobora com as ideias preceituadas por Giddens (2000), que afirma ser, a globalização, um processo complexo, aludindo que muitos pesquisadores vêem a globalização como uma troca de poder das comunidades locais para com o contexto global. Em Giddens (2000), a globalização não apenas empurra uma nação para cima, como pode também puxá-la para baixo, fazendo com que se crie uma pressão para a concessão de autonomias locais.

Ainda aponta o mesmo autor: a globalização é um fenômeno capaz de fazer reaparecer identidades culturais em diversas partes do mundo. O nacionalismo evidencia-se frente às tendências globalizantes, sendo uma resposta direta às mesmas, tendo em vista que ao mesmo tempo em que as relações sociais se tornam lateralmente esticadas e como parte do mesmo processo, vemos o fortalecimento de pressões para autonomia local e identidade cultural regional. (Giddens,1991)

Wieviorka (2006) caminha aos mesmos passos, trazendo que a pós-modernidade remeteu-nos a escolhas, onde optamos pela autenticidade pessoal, pela diferença cultural das comunidades. Ao mesmo tempo em que a globalização estreita os laços mundialmente, reforça as identidades culturais locais, preservando a cultura própria daquela comunidade.

Para Delors (2012:13), o homem tem vivido uma tensão entre o global e o local: “tornar-se pouco a pouco, cidadão do mundo sem perder as suas raízes e participa ativamente da vida do seu país e das comunidades de base.” E continua seu pensamento sobre o tema afirmando que “ um sentimento de vertigem apodera-se de nosso contemporâneos, divididos que estão entre a mundialização - cujas manifestações eles observam e, por vezes, suportam – e sua busca de raízes, de referências, de fazer parte.” (Delors,2012:15)

Segundo Castells (2010) “em um mundo de fluxos globais de riquezas, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social.”

Sousa Santos (2007:105), explicitando pensamento parecido, afirma que: “a neo-comunidade deve ser definida em uma relação espaço-temporal, local-global e imediata-diferida.” Todavia, Wieviorka (2006:48), lembra que

Se o debate, que se opõe o universalismo dos direitos do homem e do mercado ao relativismo dos pós modernos, pode ajudar a compreender certas formas extremas de tribalismo e de violência, ele não corresponde absolutamente à experiência vivida da grande maioria dos habitantes do planeta, para quem a autenticidade das culturas, a religião, a memória, a

valorização de sua diferença operam num mundo em que eles encontraram, também, as solicitações do mercado e o aporte dos direitos do homem.

No contexto espaço-tempo, alterado pela globalização, Hall (2006) explana pensamento que coaduna com as ideias defendidas por Wiewiorka: “Uma de suas características principais é a “compressão espaço-tempo”, a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias são mais curtas”. Desta feita, para o autor, eventos realizados em locais distintos, podem provocar, entre si, reflexos claros, mesmo ocorrência a distâncias consideráveis.

Precisa-se, diante da conjuntura encontrada, aprender-se a lidar com as novas sensações de compreensão dos mundos espaciais e temporais, já que o espaço vem se encolhendo para tornar-se “uma aldeia global” e uma “espaçonave planetária” baseada nas dependências econômicas. O tempo se encurta, donde é levado a crer que o presente é o único existente, suprimindo-se da realidade um passado já construído. (Hall, apud, Harvey,1989) Contudo, Delors(2012:13) indaga “como aprender a viver juntos nesta “aldeia global”, se não somos capazes de viver nas comunidades naturais a que pertencemos: nação, região, cidade, aldeia, vizinhança?” Possivelmente, deve o cidadão apropriar-se do princípio da responsabilidade, respeito o outro e cooperando para construção da sociedade.

A globalização traz consigo uma ideologia própria, promovedora por muitas vezes, de uma proliferação da disputa, onde cada cidadão busca, a todo custo, se firmar no contexto social, tendo o outro como adversário, contribuindo para o sustentáculo das desigualdades sociais. Sacavino (2003:21), frente a tal aspecto, posiciona-se: “A ideologia do mercado global afirma e promove o individualismo, em que o importante é afirmar-se e permanecer a qualquer preço. Cada ser humano aprende que, para ter sucesso econômico e social, para ser triunfador e vencedor, só deve contar consigo mesmo.” E continua seu pensamento explanando como é visto o outro cidadão: “O outro apresenta-se como adversário em potencial, concorrente ou inimigo, uma ameaça a ser afastada do caminho, e não como um colaborador na difícil tarefa da vida e da construção social e política.”

O pensamento acima exposto não se encontra com as idéias de Sousa Santos (2007). Para o último, deve haver responsabilidades entre os sujeitos habitantes do mundo, não havendo espaço para antropocentrismos, pensando num futuro, próximo ou distante, sem conseqüências imediatas das ações. Já Sacavino (2003), entende que o

outro é um adversário em potencial, concorrente, ou até inimigo, notando-se, assim, uma promoção do individualismo dentro do processo da globalização.

Delors (2012:17) afirma que “a modificação profunda dos quadros tradicionais da existência humana coloca-nos perante o dever de compreender melhor o outro, compreender melhor o mundo.” Para o autor, exigências de compreensão mútua, de entreajuda pacífica e, por que não, de harmonia, são, precisamente, os valores de que o mundo mais carece.”

Jelin (2006:163), utilizando-se das palavras de Fábio Wanderley Reis, consegue convergir a dicotomia entre a solidariedade e a disputa, ambiguidades enfrentadas pelo homem moderno, quando nos remete que o ideal do cidadão “inclui um elemento igualitário e consensual que corresponde ao *status* derivado do envolvimento dentro de uma comunidade, um elemento relacionado com a solidariedade, com as virtudes cívicas e com os deveres e as responsabilidades do cidadão.” Mas por outro lado, completando seu pensamento, continua afirmando: “inclui também um elemento de autoafirmação autônoma de cada membro individual da comunidade – e este elemento – é potencialmente conflitante, ao invés de expressar solidariedade ou convergência social.”

Buscou em Gilligan, Jelin (2006:167), palavras para explicar a tensão existente entre as responsabilidades e os direitos, preceitos que sustentam a dialética do desenvolvimento do homem. Segundo o autor, precisamos observar a integridade sob dois primas distintos, mas que acabam por conectarem-se: “Enquanto uma ética de justiça vem da premissa de igualdade – que todos devem ser tratados do mesmo modo -, uma ética do cuidar repousa na premissa da não violência – que ninguém deve ser ferido.” E continua seu pensamento ao afirmar que “[...]Assim como a desigualdade afeta desfavoravelmente ambas as partes dentro de uma relação desigual, assim também a violência é destrutiva para todos os envolvidos.”

Segundo Delors(2012), durante os últimos anos, o fenômeno da globalização ocorreu, em primeiro plano, no setor econômico, tendo em vista que os mercados financeiros, impulsionados pelo progresso das tecnologias, percebiam que esses mercados deixavam de ser locais e passavam a ter uma dimensão mundial, sob a labuta de alguns países dominantes. Assim, todas as economias do mundo viam-se dependentes das movimentações exercidas pelo capital que corria os continentes de forma muito rápida. Dentro desta ótica, os mercados financeiros, em escala global, possuem notória influência nas economias locais, em alguns casos, ditando, inclusive,

as políticas econômicas internas.

Não demorou muito, segundo o mesmo autor (2012), para que as inquietações do mercado monetário produzissem conseqüências nas atividades industriais e comerciais que dependem de matérias-primas para o exercício de suas atividades, ficando reféns das flutuações monetárias, evidenciando uma interdependência conjuntural.

A globalização possui influência na redefinição do papel do Estado, já que se deslocaram, em virtude de tal fenômeno, grande parte dos recursos financeiros para a esfera puramente financeira, por consequência da crise do capitalismo, o que, por conseguinte, aumentou os índices de desemprego, influenciando nas estratégias de políticas públicas, tendo em vista a redução da arrecadação de tributos. (PERONI,2008)

Mendes (2009:63), sob análise ao pensamento de Sousa Santos (2001) remonta que

A globalização hegemônica deriva das acções de grupos e classes dominantes, cujo perfil pode ser encontrado, predominantemente na revitalização do credo neoliberal, na prevalência do princípio de mercado sobre o princípio de Estado, no protagonismo das multinacionais, na mobilidade do capital, na sujeição da proteção social à pressão da privatização e na acentuação das desigualdades sociais e na incapacidade dos Estados proverem à satisfação das necessidades coletivas.

Neste mesmo diapasão, Barganha (2005:137) afirma que “a instauração desta novíssima ordem global implica necessariamente que os Estados ocidentais passem de Estados – Providência a meros agentes econômicos em busca de vantagens competitivas nos mercados globais”.

Segundo Peroni (2008:112), no que concerne à crise do capitalismo e à estratégia de superação do Estado para esta crise, através do neoliberalismo, quem estaria em crise era o Estado e não o capitalismo e, portanto, deveria - o Estado - diminuir sua atuação na tentativa de superar a crise, e assim preceitua: “O mercado é que deve superar as falhas do Estado. Portanto, a lógica do mercado deve prevalecer inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo”.

Giddens, (1991:67) expondo sobre o capitalismo, ensina: “É um sistema de produção de mercadorias, centrado sobre a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade, esta relação formando o eixo principal do sistema de classes.” Ainda para o autor, “o empreendimento capitalista depende da produção para mercados competitivos, os preços sendo sinais para

investidores, produtores e consumidores.”

Os neoliberais consideram que as políticas sociais atrapalham o andamento do mercado. Possuem uma visão de que as mesmas são formas de distribuição de renda e que o Estado as atendia como sendo um demanda dos eleitores na busca pela legitimação do poder. Assim, nesta busca pela legitimação, o Estado acabava por gastar mais do que arrecadava, visando a distribuição de renda e políticas de igualdade, privilegiando, inclusive, aqueles que não eram, na visão do mercado, tão competitivos, mas que terminavam recebendo os mesmos direitos dos demais, através de políticas públicas de cunho social. (Peroni,2008)

Assim, na visão neoliberal, estaria o Estado gastando, investindo capital, e não teria retorno financeiro. Seria um investimento perdido, tendo em vista que gastar com quem não possui competitividade de mercado seria perder capital, não se utilizando, desta forma, quem assim pensa, de uma visão social, mas puramente capitalista.

Na proposta de redefinição do papel do Estado, o cidadão é visto como cliente e nesta perspectiva, aqueles que mais possuem, são os melhores clientes, não sendo as políticas públicas para todos, tendo em vista que vários estarão excluídos da possibilidade de serem considerados clientes em potencial para o Estado, o que se requer é o retorno: investe-se em busca de lucratividade, na expectativa de produção de receita.

Mendes (2009:63), em consonância com os pensamentos aludidos, remete-nos que “sobreposição e a preponderância do poder dos mercados sobre o poder dos Estados, com consequências a nível da perda da autonomia destes, levanta tópicos de debate em torno dos receios quanto a salvaguarda dos destinos das democracias e cidadanias.”

Para Delors e seus colaboradores (2012) ao mesmo passo que as informações mais atualizadas do mundo são postas a disposição de quem quer que seja, em toda parte do mundo, ainda são grandes as populações mundiais que não possuem, se quer, o fornecimento de energia elétrica em suas residências. Segundo o autor, mais da metade da população mundial não possui acesso aos serviços de telefonia.

Percebendo a conjuntura em que se encontra o Estado, observa-se que “a globalização se refere, essencialmente, a este processo de alongamento, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredam através da superfície da terra como um todo”(Giddens,1991:63)

Podendo a mesma ser entendida como a intensificação das relações sociais em

escala mundial, ligando localidades distantes a tal ponto que, um acontecimento em determinado local, modela eventos que ocorrem a milhas de distância. E assim, “a prosperidade crescente de uma área urbana em Cingapura, pode ter suas causas relacionadas, via uma complicada rede de laços econômicos globais, ao empobrecimento de uma vizinhança em Pittsburgh cujos produtos locais não são mais competitivos no mercado mundial.” (Giddens, 1991)

Observa-se que a perspectiva do fenômeno da globalização, aliado aos pensamentos neoliberais capitalistas, convergem para um novo modelo de regulação social e econômica do Estado, onde o mesmo assume a função gerencial. Com esse discurso de visão gerencialista do Estado, acomoda-se uma nova ordem, baseada no mercado, centrada no cliente, onde predomina a competitividade, por consequência, ocupando o lugar da construção da cidadania e democracia do indivíduo, legitimando novas formas de exclusão social. (Mendes, 2009:64)

A globalização apresenta-se com sendo uma nova fase de expansão do capitalismo, onde o poder político rende-se ao sistema financeiro, aos interesses das grandes empresas, que possuem imenso potencial econômico – financeiro. Segundo Barganha(2005:137) a ideia de mundo é bastante bipolar, dividindo-se entre os incluídos e excluídos pela globalização.

O capitalismo, para Hespanha(2005:165), trata-se de uma enorme máquina de exclusão a qual serve para efetuar uma minuciosa triagem entre as camadas sociais, rejeitando tudo o que não for condizente com sua lógica.

Delors (2012) afirma que interdependência prostrada no mundo atual, vem causando grandes desequilíbrios, sejam eles entre os países pobres e os países ricos, ou ainda, no que cerne ao interior de cada país, onde o “apartide social” gera o desequilíbrio entre os favorecidos e os excluídos.

Em Hespanha (2005:161), as possibilidades - para grande parte da população - de oportunidade de melhora dos padrões de vida que dispõem são cada vez mais remotas, apesar de números apresentados em nível mundial constatarem “que as desigualdades na distribuição da riqueza estão a reforçar-se e que, apesar da intensificação dos fluxos mundiais de capital e de trabalho, da extensão dos mercados, da globalização das políticas e dos progressos nas comunicações”. E segue, afirmando: “a transição da modernidade para a modernidade tardia pode ser vista como uma passagem de uma sociedade includente para uma sociedade excludente”. Explica: a mudança se deu de “uma sociedade cujo a tônica dominante era a assimilação e a

incorporação para uma sociedade que separa e exclui.” Ainda, segundo Delors (2012:188) as exclusões não são um problema recente, “acompanham toda a história da humanidade, colocadas sob o signo de Caim. Aparecem descritas nas mitologias e nos livros sagrados das grandes religiões.”

Percebe-se que a concepção de exclusão deve ser analisada de forma expansiva, abordando todos os critérios que a compõe, e não através de uma análise particular, fundamentada em um único critério. Mesmo porque, para Sawaia (2009:09) exclusão não é um processo de simples análise, mas bastante complexo, cheio de dimensões, e composto por fatores diversos, assim como comenta:

Em síntese, a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é falha do sistema, devendo ser combatida com algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema.

Segundo Wanderley (2009:16), René Lenoir defendeu uma tese de cunho proveniente de pensamentos liberais e, por conseguinte, muito criticada pela esquerda. O pensador defendia uma expansão das reflexões sobre exclusão, aludindo que não mais se pode observar este fenômeno sob o prisma individual do cidadão, mas como reflexos de todo um sistema social, ao qual este indivíduo encontra-se inserido. Ainda sobre os pensamentos de René Lenoir, destaca o autor:

Dentre suas causas destacava o rápido e desordenado processo de urbanização, inadaptação e uniformização do sistema escolar, o desenraizamento causado pela mobilidade profissional, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços. Acrescenta, ainda, que não se trata de um fenômeno marginal referido unicamente à franja dos subproletários, mas de um processo em curso que atinge cada vez mais as camadas sociais.

Neste processo pode-se perceber que, de fato, o fenômeno da exclusão, conforme os temas apontados por Lenoir, são de caráter social, muito mais de responsabilidade do sistema social, organizado pelo Estado, do que de contribuição particular de cada indivíduo que se encontra excluído.

No que diz respeito ao conceito de exclusão, Sawaia (2009) acredita que podemos o decifrar das mais distintas formas, desde concepção de desigualdade enquanto deficiência, inaptidão para alguma coisa, ou até mesmo do ponto de vista da exploração social, da injustiça social. Critica a forma de abordagem individualizada do conceito de exclusão, tendo em vista que não podemos analisá-lo apenas sob aspectos

particulares, e sim como um todo. Sob tal perspectiva, onde se observa apenas determinado prisma para o conceito que destacam somente uma das características, Sawaia (2009:07) trás como exemplo “análises centradas no econômico, que abordam a exclusão como sinônimo de pobreza, e as centradas no social, que privilegiam o conceito de discriminação, minimizando o escopo analítico fundamental da exclusão, que é o da injustiça social.”

Pensamentos diversos, muitas vezes, convergem para tornar os excluídos cada vez mais excluídos, tendo em vista que, para muitos, não vale a pena investir em uma ressocialização daquele indivíduo, em uma sociedade movida pelo capital: investir em quem não gera lucro é perda de tempo e dinheiro, e para o capitalismo, perda de dinheiro e tempo é inaceitável. Assim, nos dias em que vivemos, os homens já não mais passam o tempo, no entanto, o gastam, como sentido monetário daquilo que se perde.

Em estudo sobre o tema, Warderley (1999:17) observa que “os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural.” E talvez seja esta a consequência mais danosa ao indivíduo marginalizado - a exclusão cultural - a qual lhe poda as perspectivas de mudança, a completa ausência de oportunidades, o abafamento de seus valores e conhecimentos, como se esses não interessassem à sociedade, como se não os fossem úteis. Muitos dos excluídos possuem capacidade de ascensão social, contudo as oportunidades são escassas e assim, vão ficando a cada dia mais a margem da sociedade.

Wanderley (2009:20) nos remete a Sposatti (1996), a qual a pesquisadora endossa o caráter estrutural, social da exclusão, atribuindo ao sistema social a concepção do fenômeno e não meramente ao indivíduo. Senão, vejamos:

A desigualdade social, econômica e política na sociedade brasileira chegou a tal grau que se torna incompatível com a democratização da sociedade. Por decorrência, tem se falado na existência da apartação social. No Brasil a discriminação é econômica, cultural e política, além de étnica. Este processo deve ser entendido como exclusão, isto é, uma impossibilidade de poder partilhar o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono, e da expulsão inclusive, com violência, de um conjunto significativo da população, por isso a exclusão é social e não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais, e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se entende por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública.

Percebe-se nas palavras de Sposatti o quanto a exclusão encontra-se vinculada a democracia, o instante em que o cidadão encontra-se privado do convívio político e representativo da sociedade, sendo tão somente utilizado como massa de manobra. Encontramo-nos diante de uma democracia camuflada, onde aqueles excluídos, não se sentem representados, não percebem seus direitos sendo garantidos e efetutados: são simplesmente marginalizados. Opiniões, valores, conhecimentos, postos em segundo plano.

Enaltecendo os avanços e progressos gerados pelo que ela chama de “Mundialização”, Warderley (1999:24) nos alerta sobre os efeitos desse fenômeno, que para a autora, possuem influência direta na concepção de exclusão:

Mundialização e transformações produtivas são processos que, sem dúvidas, tem pontos positivos: as distâncias reduziram, são virtuais, não há mais barreiras físicas para a informação, o conhecimento, o intercâmbio cultural; os avanços tecnológicos, possibilitaram desvendar enigmas seculares nas variadas áreas da vida humana e social, a democracia atingiu a quase maioria dos países e é requisito de legitimidade internacional, etc. Mas, são efeitos perversos desse processo que estão na mira de nossas reflexões, neste momento, e em cuja tessitura a exclusão está emaranhada.

Mais uma vez destacando a relação direta entre a exclusão e os efeitos da globalização, frente às políticas capitalistas e neoliberais, Wanderley (2009:25) destaca que ao mesmo passo em que se avoluma a distância entre incluídos e excluídos, esta mesma distância encontra-se em um limite tênue, tendo em vista as constantes ameaças que sofrem os incluídos de, a qualquer tempo, se encontrarem na qualidade de excluídos, tendo em vista que o Estado não vem conseguindo exercer as garantias dos direitos adquiridos, em especial pela adoção de medidas de cunhos neoliberais, acarretando na minimização do Estado, em especial, no que tange, as medidas de ação social.

Para Wanderley, só haverá um processo legítimo de democratização no Brasil, quando houver a desnaturalização da forma como é encara a prática discriminatória no país em comento, geradora do processo de exclusão (Wanderley,2009:25). A exclusão social, para Vêras(2009:43) é nada mais que a face econômica do neoliberalismo globalizado, sendo tal face avessa às políticas sociais contra o assistencialismo, culminando este processo com a segregação cada vez maior de classes, provocando um distanciamento volumoso entre as classes sociais, tornando os excluídos para vez mais sedimentados em tal posição.

Para a camada da sociedade, considerada, privilegiada, a pobreza apresenta-se de forma intolerável, e diante da concepção de um processo neoliberal, esta categoria de excluídos é desvalorizada, passando pelo processo de desqualificação social. A humilhação a qual os mesmos são submetidos é tamanha, que os impede de configurarem em uma classe social, e o fazem isolarem-se, cada vez mais. Diante de um mercado de trabalho fragilizado, os excluídos são empurrados para a inatividade, ficando reféns das assistências sociais. (Paugam 2009:67). Afirma que:

Não há dúvidas de que a amplitude desse fenômeno afetou o conjunto da sociedade ao ponto de se tornar uma nova questão social, ameaçadora para a ordem social e para a coesão nacional. A desqualificação social é uma relação de interdependência entre os pobres e o resto da sociedade, que gera uma angústia coletiva, já que um número crescente de indivíduos é considerado como pertencentes à categoria de pobres ou de excluídos. Muitos, cuja situação é instável, temem tornar-se excluídos, pois as solidariedades familiares e as possibilidades de participação na economia informal, que permitem amortecer o efeito do desemprego nas regiões menos desenvolvidas, revelam-se mais fracas e mais desorganizadas. Nesse sentido, a dependência em relação às instituições sociais é muito mais evidente nas camadas mais numerosas da população. (pg. 71)

Faz-se notório que a precariedade profissional encontra-se proporcionalmente posta frente à dificuldade de conseguir ajuda social deste indivíduo (Paugam 2009:72). Fragilizadas, essas pessoas tornam-se dependentes das assistências sociais, em especial quanto o período de precariedade profissional se alastra por muito tempo, tendo por consequência a redução da renda e a necessidade de ajuda, amparada pelos serviços de assistência social, tendo em vista encontrarem-se fragilizados, vitimados pela exclusão propiciada pelas mudanças no papel do Estado, oriundas das imposições capitalistas e influenciadas por uma globalização avassaladora.

O indivíduo, nos pensamentos de Delors (2012) vem se sentindo confuso frente ao fenômeno globalizante, o qual fora intimado a participar, não tendo, por muitas vezes, ferramentas capazes de inseri-lo, de fato, na comunidade, afetando seu engajamento e influenciando suas referências habituais. Assim, segundo o autor (2012:39), o indivíduo da atualidade vem percebendo a possibilidade “de encarar como ameaças as evoluções que se operam além das fronteiras de seu grupo imediato e de, paradoxalmente, ser tentado, por um sentimento ilusório de segurança, a fechar-se em si mesmo, com a eventual consequência de rejeição do outro.”

Não são menores, para Delors (2012), as pressões vividas pelos dirigentes do Estado, tendo em vista que se encontram frente aos imperativos da globalização, somados as exigências da nação. Devendo, o dirigente, saber equacionar suas decisões,

de modo que consiga equilibrar as consequências das mesmas.

“Pode-se pois, falar de desilusões do progresso, no plano econômico e social. O aumento do desemprego e dos fenômenos de exclusão social, nos países ricos, atesta-o. A persistência das desigualdades de desenvolvimento no mundo confirma-o.” (Delors, 2012:12)

Assim, podemos perceber os reflexos causados pela globalização na sociedade, seja no âmbito político, cultural, educacional, econômico, influencia na vida cotidiana, individual, do cidadão na mesma proporção que na escala global.

1.2 .DEMOCRACIA E CIDADANIA

São cada vez mais fortes as buscas pela democracia. A mesma se faz conceituada por Bobbio (1997:18) nas seguintes palavras: “É caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem *quem* está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais *procedimentos*.” E seguindo este contexto, foi mais além, percebendo requisitos básicos para o processo de democratização, afirmando:

No entanto, mesmo para uma definição mínima de democracia, como é a que aceito, não bastam nem a atribuição a um elevado número de cidadãos do direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas, nem a existência de regras de procedimento como a da maioria (ou, no limite, da unanimidade). É indispensável uma terceira condição: é preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra. Para que se realize esta condição é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc. — os direitos à base dos quais nasceu o estado liberal e foi construída a doutrina do estado de direito em sentido forte, isto é, do estado que não apenas exerce o poder *sub lege*, mas o exerce dentro de limites derivados do reconhecimento constitucional dos direitos "invioláveis" do indivíduo.

A democracia é a mais potente das ideias motivadoras que o século XX produziu, segundo Giddens (2000). Poucos são os países no mundo, nos dias de hoje, que não se dizem democráticos. A democracia envolve uma competição entre partidos políticos em busca de poder. Na verdadeira democracia, as eleições são habituais e todos podem fazer parte dela. (Giddens, 2000)

Pensar a democracia como sendo um autogoverno de um povo, seria um mito, mito este que a história vem desmentindo com frequência. Todos os Estados em que governa, no sentido do verbo o qual remete a tomar as decisões, sempre é uma minoria, a qual se encontra em concorrência. Refletir que a democracia em si mesma, jamais existiu e não existirá, seria um tanto quanto radical, servindo de contraponto, a renúncia da inter-relação entre democracia e autogoverno, distinguindo os governos chamados de democráticos, não pela presença ou pela ausência de uma minoria governante, tomadora de decisões, não sim, segundo Bobbio (2010), pela forma como este governo surgiu, adquiriu poder, perpetuou-se e caiu.

Existem formas da classe dominante exercer sua legitimação de poder, sendo as mesmas apresentadas por Bobbio (2010), onde as que mais se destacam passamos a expor: Em um governo democrático, o poder é legitimado pela eleição popular. Para Bobbio (2010:24), “quando se diz que a democracia é o regime no qual o poder é fundado sobre o consenso, apenas se formula com outras palavras o princípio da formação eletiva e não hereditária da classe política.”

Segundo o autor (2010:24), Burke (1790) defendia a hereditariedade como forma de legitimação de poder, indo de encontro, por completo, ao princípio da soberania popular e da legitimação de poder por meio da eleição popular, ou seja, afrontando a democracia.

Em anuência às palavras de Bobbio (2010:24), para a constatação de um regime democrático, não basta que a legitimação de poder dos governantes se origine das eleições populares: é necessário que esta legitimação se confirme periodicamente. Não basta que haja um consenso e legitime-se o poder de um governo sem que de tempo a tempo este consenso seja renovado, pois, caso contrário não podemos falar em democracia.

Um princípio bastante relevante e inerente à confirmação do consenso, anteriormente albergado, refere-se ao princípio da responsabilidade do eleito frente aos seus eleitores. Para Bobbio (2010:25) este princípio só faz sentido diante da confirmação do consenso de forma periódica: “Sem a verificação do consenso não haveria responsabilidade política diante do corpo eleitoral E sem essa relação de responsabilidade não existe democracia.”

Além da legitimação popular, da renovação do consenso e da responsabilidade do governante com o povo, observa-se, ainda, a necessidade de alternância do poder, de renovação da classe política governamental, sob pena da ameaça à democracia. Em um

regime democrático deve haver mais de uma classe política, estando as mesmas sempre em concorrência, e quando ocorrer de uma superar a outra, haverá uma alteração total do grupo dirigente. Na ausência de mais de uma classe política ou quando as classes políticas de perpetuam, não se renovando, são aproximados de um regime aristocrático, tendo em vista que para ser considerada democracia, faz-se necessária alternância das classes políticas no poder, sem que haja, para tanto, a necessidade de derramamento de sangue. (Bobbio,2010)

Para o autor, a democracia é a mais perfeita forma de governo que o homem conseguiu conceber. Contudo, nesta forma de governo, se encontram contraposições, tendo em vista que pelo fato de ser a mais perfeita forma de governo é também a mais difícil, já que se faz necessário conciliar dois conceitos conflitantes: liberdade e poder. Bobbio (2010:35) ensina: “A dificuldade da democracia está em encontrar uma solução satisfatória para essa tensão dramática entre a vocação do homem para a liberdade e a necessidade absoluta em que se encontra, se quer sobreviver, de instituir uma sociedade com poder eficiente.” E continua: “O calcanhar de Aquiles da democracia é, numa palavra, a eficiência do poder.”

Para Bobbio (2010), a democracia é uma forma adequada de resolução da legitimidade de poder, contudo, a simples constatação da legitimidade de poder não é suficiente: faz-se necessário, ainda, que este poder seja eficiente.

Buscando apresentar uma fórmula para o regime democrático, Bobbio (2010:35) o resume da seguinte forma:

Fazer de modo que a liberdade concedida aos cidadãos individuais não seja tão ampla a ponto de tornar impossível a unidade do poder, por um lado e, por outro, que a unidade do poder não seja tão compactada a ponto de tornar impossível a expansão da liberdade. Mas, tão logo pronunciamos esta fórmula, ela revela sua abstração: a passagem ao ato é problema delicadíssimo de equilíbrio sempre instável, de compromisso sempre insatisfatório, de dosagem nunca definitiva.

E aponta o maior inimigo da democracia que “é a instabilidade do governo, que é coroada pelos vícios da fraqueza, da esterilidade, da imobilidade, da falta de audácia nas reformas, do protelar para amanhã aquilo que se está seguro de não poder fazer hoje”.

Liszt Vieira (1998:39) define democracia como sendo, sobretudo, uma forma de existência social.

Democracia é uma sociedade aberta, que permite sempre a criação de novos direitos. Os movimentos sociais, nas suas lutas, transformaram os direitos declarados formalmente em direitos reais. As lutas pela liberdade e igualdade ampliaram os direitos civis e políticos da cidadania, criaram direitos sociais, os direitos das chamadas “minorias”- mulheres, crianças, idosos, minorias étnicas e sexuais -, pelas lutas ecológicas, o direito ao meio ambiente sadio.

Em contraponto, Sacavino (2003:38) alude a forma como vem sendo tratado o conceito de democracia no Brasil:

Esta ênfase nos procedimentos, enfatizada principalmente por parte das elites dominantes dos países sob orientação e pressão das receitas aplicadas pelos organismos internacionais – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial -, por um lado, institucionaliza e limita as práticas democráticas reduzindo-as ao processo eleitoral e, por outro, estreita e desfigura o que no imaginário social da população se entende por esse valor da democracia, construindo uma mentalidade que o restringe simplesmente a uma prática eleitoral.

O que impera no estágio atual, ainda não é democracia e sim a incansável busca pela mesma. Estamos diante de um processo de democratização, sendo diferenciado, por Sacavino (2003:37): “Democratização é o processo histórico, social, e político, através do qual as instituições, as organizações, os grupos, movimentos etc.concretizam e plasmam na prática o valor democracia.”

Jelin (2006:169) afirma que quando se percebe a necessidade de democratização do Estado, “os atores da sociedade civil enfrentam uma tarefa dupla e difícil: eles devem demandar, empurrar, promover e monitorar as mudanças, enquanto, ao mesmo tempo, aprendem as práticas democráticas e aprendem a construir sua própria cidadania.”

Já em Delors (2012:13), a questão central da democracia é saber se queremos, se podemos participar da vida em comunidade (...) depende do sentido de responsabilidade de cada um.”

O sistema democrático tem vivenciado um imenso paradoxo, tendo em vista que ao mesmo passo em que tal sistema vem se alastrando pelo mundo, os países - onde Giddens denomina de mais maduros - neste sistema, vivem uma apatia, uma enorme desilusão frente aos processos democráticos. O sistema progride no mesmo ritmo que desilude. Mas, para o teórico, não restam dúvidas de que o processo democrático é o melhor, tendo em vista que os povos têm perdido a confiança nos políticos e governantes, mas não perderam a fé no processo democrático. (Giddens,2000)

No entanto, no contexto democrático é de extrema importância a observância da interculturalidade preconizada por Candau(1998:42) ao afirmar que a mesma tem por base “o reconhecimento do direito à diversidade e a luta contra todas as formas de

discriminação e desigualdade social e tentam promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes.” E continua seu pensamento afirmando ser um processo constante “marcado por uma deliberada intenção de promover uma relação dialógica e democrática entre as culturas e os grupos envolvidos e não unicamente de uma coexistência pacífica num mesmo território.” Sendo as características apresentadas, condições fundamentais para que haja a interculturalidade.

Diante do processo de democratização, Sacavino (2003:37) analisa a postura do Estado, afirmando: “as reformas, privatizações, enfraquecimento e colocação dos principais direitos sociais na esfera do mercado, acentuam na esfera social as diferentes formas de exclusão, a polarização social, a violência e a marginalização.”

Podemos comparar, segundo Giddens, uma democracia que funciona plenamente com um banco de três pernas, estando em perfeito equilíbrio o governo, a sociedade civil e a economia, mas se uma das pernas estiverem em desafino, situações indesejáveis se instauram. (Giddens,2000)

No Brasil, foram intensas as lutas em busca da redemocratização, e foram alcançados avanços nas propostas de políticas sociais. Contudo, nesta fase de globalização, requer-se uma redefinição do papel do Estado, buscando diminuir sua participação na execução de políticas sociais. (PERONI,2008:111)

Nos anos de 1980, no Brasil, buscava-se uma nova relação com o Estado, através de uma abertura política, de um controle social: queria-se transparência dos atos públicos, tornando claro para o Estado, o que ansiava a sociedade, em termos de direitos. Contudo, no presente, quando a sociedade civil é chamada a participar das políticas públicas, é tão somente no contexto de executá-las e não de requerê-las, orientá-las, aconselhá-las, e assim, perde-se o sentido, a função da sociedade controladora e, por conseguinte, há um esvaziamento da democracia, perdendo-se os rumos das políticas públicas na nação brasileira, que caminha um rumo inverso: ao invés da sociedade participar da elaboração das mesmas, atua em um papel coadjuvante de mera executora das políticas estabelecidas pelo Estado. (PERONI,2008:114).

Para Jelin e Hershberg (2006:21), a prática da democracia não efetua mudanças apenas na sociedade, mas necessita de alterações nas ações das instituições políticas. Também “ela requer a emergência de novos conjuntos de regras que governem a distribuição de poder, o respeito pelos direitos individuais e o reconhecimento dos atores sociais.” As pessoas devem assumir posturas baseadas na democracia,

aprendendo a agir dentro da nova estrutura institucional. Jelin e Hershberg continuam seus pensamentos preceituando: “os líderes políticos e as classes dominantes têm de reconhecer os direitos e as identidades dos diversos atores sociais.” Desta feita, a democracia não se trata apenas da mudança de um regime de governo, ela propõe alterações efetivas no bojo da sociedade, do Estado, para que possa ser plena.

Assim, Jelin e Hershberg(2006:21) lembram que o grande desafio enfrentado durante a democratização é “combinar as mudanças das instituições formais com a expansão das práticas democráticas e criar uma cultura de cidadania que inclua os atores individuais e coletivos dentro de uma grande diversidade das paisagens sociais e culturais das sociedades.”

Sacavino (2003:40) observa o contexto democrático, e conclui que frente à cidadania, experimentada por uma lógica social onde seu funcionamento vem dividindo os membros que a compõem “entre compradores e vendedores, ou os que podem comprar e consumir e os que não tem acesso a isso, se introduz do ponto de vista da cidadania um divisão estrutural, a da cidadania dada pelo mercado e pelo poder de acesso a ele.”

Para Vêras (2009:28) faz-se bastante perceptível que o processo de globalização afetou, socialmente, todos os países do mundo. Contudo, este processo torna-se ainda mais notório no concernente aos quadros sociais dos países de terceiro mundo. A autora remete-nos a pensar o quanto a globalização afetou a cidadania, podendo este direito dos excluídos, vitimizados pelo processo, afirmando:

A cidadania é também o direito de permanecer no lugar, no seu território identitário, o direito a seu espaço de memória. O capitalismo predatório e as políticas urbanas que privilegiam interesses privados e o sistema de circulação acabaram, muitas vezes, por descaracterizar bairros, expulsar moradores como favelas, (remoção por obra pública, reintegração de posse) encortiçados, moradores de loteamentos irregulares, sem teto, num nomadismo sem direito às raízes.

Cidadania relaciona-se, intimamente com a ideia de sujeito inserido em um mundo globalizado, em uma nação em fase de democratização que busca a igualdade dos direitos sociais.

Reportando-nos à ideia de que o sujeito encontra-se sem moldes, livre para compor sua história, mas sem negar que possui experiências passadas que podem trazer respaldo para suas escolhas, devemos enfatizar o conceito de *habitus* de Bourdieu, onde

o sujeito não se encontra numa estrutura engessada, podendo modular-se constantemente.

Já Wieviorka (2006) apresenta um sujeito que possui em si a possibilidade de escolha, de querer ou não fazer parte, de poder ser diferente dos que fazem a sua comunidade, podendo optar por sua identidade, por sua comunidade, carregar consigo suas memórias e construir-se: “ser sujeito é ser autor de sua própria existência. Criar sua história pessoal, dar um sentido à sua experiência.” (Wieviorka, 2006:51)

Para o mesmo autor, não há de falar em sujeito pessoal sem que se consiga reconhecer no outro, também, um sujeito. Aspectos inerentes a democracia: cada sujeito possui sua liberdade de escolhas e formação de identidades próprias.

Para Carvalho (2008:199), após a democratização do Brasil e o advento da constituição cidadã de 1988, os direitos políticos adquiriram uma amplitude inquestionável. Contudo, tal amplitude não trouxe segurança à democracia a qual ainda não pode dizer-se fora de riscos, tendo em vista que a conquista da democracia política não afastou o Brasil dos problemas econômicos como o desemprego e a desigualdade.

As transformações da economia mundial, fortemente influenciadas pela globalização, vieram por em teste a noção de direito, culturalmente preconizada desde a independência, no Brasil. Ainda para o autor: “os cidadãos brasileiros chegam ao final do milênio, 500 anos após a conquista dessas terras pelos portugueses e 178 anos após a fundação do país, envoltos em um misto de esperança e incertezas.” (Carvalho, 2008:199;200).

Passada a euforia da democratização, segundo Carvalho (2008:203), não demorou para que a população perdesse o encanto e percebesse que tal fenômeno não resolveria, de imediato, os problemas mais crônicos no Brasil. Os políticos, desde cedo, já apresentavam suas incapacidades e práticas voltadas para seus únicos interesses, estando a sociedade, o grosso da população - a qual os maiores problemas sociais afligem - postos em segundo plano.

O escritor (2008:207) afirma: “Os maiores problemas na área social têm a ver com a persistência das grandes desigualdades sociais que caracterizam o país desde a independência, para não mencionar o período colonial. O Brasil é hoje o oitavo país do mundo em termos de produto interno bruto. No entanto em termos de renda per capita, é o 34º.” E segue: “a escandalosa desigualdade que concentra nas mãos de poucos a riqueza nacional tem como consequência níveis dolorosos de pobreza e miséria.” (Carvalho, 2008:208)

Carvalho (2008:215) faz sérias críticas ao poder judiciário brasileiro, remetendo as dificuldades de acesso a justiça, a proliferação das desigualdades. Afirmar ser o acesso ao judiciário bastante limitado, mesmo porque poucos são aqueles conhecedores dos seus direitos. Uma parcela imensa da sociedade não toma conhecimento dos direitos que possui e por isso não busca os reivindicar. Os perseguidores da prevalência de seus direitos e que não possuem dinheiro para contratar um advogado, esbarram em uma defensoria pública insuficiente e permanecem aguardando. Quando conseguem, encontram um judiciário abarrotado de processos e sem qualquer perspectiva de finalizá-los. Desta forma, a justiça fica restrita àqueles que possuem condições de movê-la, estando afastada do poder jurisdicional todos aqueles que dependem do poder público, seja por ausência de conhecimentos, ou pela ausência de estrutura capaz de albergá-los.

Carvalho (2008:219) ainda nos remonta:

percorremos um longo caminho, 178 anos de história do esforço para construir o cidadão brasileiro. Chegamos ao final da jornada com a sensação desconfortável de incompletude. Os progressos feitos são inegáveis mas foram lentos e não escondem o longo caminho que ainda faltam percorrer. O triunfalismo exibido nas celebrações oficiais dos 500 anos da conquista da terra pelos portugueses não consegue ocultar o drama dos milhões de pobres, de desempregados, de analfabetos, de semi-analfabetos, de vítimas de violência particular e oficial. Não há indícios de saudosismo em relação à ditadura militar, mas perdeu-se a crença de que a democracia política resolveria com rapidez os problemas da pobreza e da desigualdade.

Os grupos civis, somados à sociedade civil organizada, clamam pelo reconhecimento das diferenças e lutam pelo exercício da cidadania. Dentro de uma sociedade democrática, aberta à interculturalidade, interessa-se pela diversidade, reconhecendo-o e dividindo os poderes entre os mais diversos grupos que, juntos, compõem essa sociedade.

Havendo o reconhecimento das diversidades, o passará a tratar o indivíduo singular, com características próprias, sendo apto ao exercício de políticas públicas de inclusão, resgatando sua cidadania e exercitando a democracia. O Estado, por meio das políticas públicas, busca responder aos grupos minoritários, que clamam por uma cidadania plena através da inclusão social.

1.3. IGUALDADE E AÇÕES AFIRMATIVAS (COTAS)

O direito à igualdade encontra-se firmado nos pilares dos direitos fundamentais, elencados na Constituição Federal Brasileira de 1988, albergando um tratamento igualitário para todos os cidadãos brasileiros, com igualdade de oportunidades e direitos, sendo um princípio norteador deste texto constitucional.

Nas palavras de Raquel Bello, podemos entender a importância dos princípios na formação do ordenamento jurídico pátrio: “Os princípios, assim como as regras, integram o ordenamento jurídico. Mas, como ideias primordiais e nucleares de um sistema, estão em posição hierárquica superior a elas.” (BELLO, 1996, p. 314)

O professor Willis Guerra Filho, nos ensina, em artigo, acerca dos princípios:

Uma das características dos princípios jurídicos que melhor os distingue das normas que são regras é a sua maior abstração, na medida em que não se reportam, ainda que hipoteticamente, a nenhuma espécie de situação fática, que dê suporte à incidência de norma jurídica. A ordem jurídica, então, enquanto conjunto de regras e princípios pode ser concebida como formada por normas que se situam em distintos patamares, conforme o seu maior ou menor grau de abstração ou concreção. (GUERRA FILHO, 1993, p. 256)

Insta salientar o que dispõe o artigo 3º da Constituição Federal de 1988. Prevê os objetivos fundamentais albergados em favor da sociedade brasileira pela República Federativa do Brasil, instituindo que deve ser objetivo da nação erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais, instituindo ainda que deverá promover o bem de todos, sem qualquer preconceito de raça, sexo, cor, idade, ou qualquer outra forma de discriminação.

A Carta Maior brasileira, ainda sobre o tema, em seu artigo 4º, concernente às relações internacionais da República Federativa do Brasil, expõe a prevalência dos direitos humanos, destacando assim a tendência humanista de seu texto legal. Neste contexto, resta incontroversa a importância do texto legal constitucional para as diretrizes do Estado, no que diz respeito a busca por uma sociedade igualitária, objetivando reduzir a estratificação social. O artigo 5º da Constituição pátria, no capítulo dos direitos e garantias fundamentais, remete ao princípio da igualdade, que devido a sua tamanha importância, foi concebido, pelo legislador originário, como sendo uma cláusula pétrea, ou seja, cláusula que não pode ser suprimida pelo legislador derivado.

Para Bobbio (2010:39), os homens devem ser socialmente iguais. A igualdade não é um fato a ser constatado, mas um dever a ser realizado. Segue afirmando: “a história humana vai na direção de uma progressividade de maior igualdade entre os homens, entre classe e classe, entre nação e nação, entre raça e raça, entre homem e homem.” Alude, o autor, ter se interrogado várias vezes sobre o tema, não encontrando outra resposta além da que “o sentido da história é a igualdade entre os homens. Se não tem sentido, é uma absurda loucura.”

O princípio da igualdade privilegia a máxima legal de que todos são iguais perante a lei. Contudo, nem sempre o texto constitucional pode ser interpretado restritivamente, visto que em muitas situações específicas, o tratamento igualitário para todos, pode ser caracterizado como uma ofensa a este princípio, tendo em vista que nem todos são iguais e que entre desiguais o tratamento deve ser desigual. Entretanto, se faz necessária a aplicação da proporcionalidade. Sendo neste ato onde a polêmica se instaura, e nem sempre vigora o bom senso e foge-se, bastante, do critério de proporcionalidade.

Carmem Lúcia Antunes Rocha, sobre o princípio da igualdade, ensina:

Já então, vê-se que, pela positivação da ordem constitucional de 1988 reestruturando o Estado Brasileiro e reorganizando a República Federativa, não apenas se pretendeu proibir o que se tem assentado em termos de desigualdade de toda ordem havidas na sociedade, mas que se pretende instituir, vale dizer, criar ou recriar as instituições segundo o modelo democrático, para se assegurar, dentre outros, o direito à igualdade, tida não apenas como regra, ou mesmo como princípio, mas como valor supremo definidor da essência do sistema estabelecido. O princípio da igualdade resplandece sobre quase todos os outros acolhidos como pilastras do edifício normativo fundamental alicerçado. É guia não apenas de regras, mas de quase todos os outros princípios que informa e conformam o modelo constitucional positivado, sendo guiado apenas por um, ao qual se dá a servir: o da dignidade da pessoa humana. (ROCHA, 1996, p. 288- 289)

Muito se discute na doutrina jurídica brasileira acerca do princípio da igualdade. Celso Antônio Bandeira de Mello (2003,p. 09), em sua obra *Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade*, afirma que as Constituições rezam que todos são iguais perante a lei e explica: “Entende-se, em concorde unânime, que o alcance do princípio não se restringe a nivelar os cidadãos diante da norma legal posta, mas que a própria lei não pode ser editada em desconformidade com a isonomia.”

O autor nos remete a pensar que o princípio da igualdade não possui apenas a função de positivar a igualdade entre os cidadãos, mas também a função de limitar o legislador derivado, que deve atuar em conformidade com a isonomia. Sobre o tema, Mello continua seu pensamento afirmando que o preceito da igualdade “é norma voltada

quer para o aplicador da lei quer para o próprio legislador. Deveras, não só perante a norma posta se nivelam os indivíduos, mas, a própria edição dela assujeita-se ao dever de dispensar tratamento equânime às pessoas.” (MELLO,2003, p.09)

Celso Antônio Bandeira de Mello buscou em Francisco Campos palavras para explicar sobre o destinatário do princípio em tela, onde traz:

Assim, não poderá subsistir qualquer dúvida quanto ao destinatário da cláusula constitucional da igualdade perante a lei. O seu destinatário é, precisamente, o legislador e, em consequência, a legislação; por mais discricionários que possam ser os critérios da política legislativa, encontra no princípio da igualdade a primeira e mais fundamental de suas limitações. (MELLO,2003,p.09-10)

Para Bello, não pode o legislador - ao elaborar as normas - e nem tampouco o administrador ou o juiz ao aplicá-las desconhecem os princípios, tendo o legislador que observar a devida adequação entre as novas normas e os princípios já existentes. As proposituras não são diferentes quando nos remetemos ao princípio da isonomia ao qual deve ser basilar tanto para o legislador como para os juízes e administradores.

Bello ainda diferencia as expressões igualdade perante a lei, da igualdade na lei, afirmando que a igualdade perante a lei “é dirigida ao aplicador do direito, que deve observar apenas as discriminações integrantes da lei. Ou seja, não cabe a ele criar outros critérios desigualadores”. Já a igualdade na lei “deve fundar-se na razoabilidade da discriminação feita pela lei.” Dessa forma, ensina: “é a igualdade, pois, um limite para a lei e para o poder discricionário do legislador. (...) As leis devem, portanto, nascer em acordo com os princípios e garantias valorados constitucionalmente.” (BELLO, 1996, p. 315)

No artigo denominado “O princípio da Igualdade e a Escola”, Fábio Comparato (1998:01) alude às diferenças sociais. Fala-se em bases naturais, como a diferença de sexo, existindo ainda a diferença fundada em um condensado cultural, como por exemplo as diferenças religiosas, de costumes, de mentalidades. Afirma o autor: “E este juízo de superioridade ou inferioridade acarreta, necessariamente, uma apreciação de estima ou desestima de um grupo em relação ao outro - de onde os preconceitos - são de valor social.”

Interpretar esse princípio restritivamente, seria dar causa aos inúmeros problemas de ordem social, tendo em vista que nem todos são iguais, na realidade, e assim, aplicar uma lei com o mesmo rigor para pessoas materialmente diferentes, seria estar se afastando da igualdade social: objetivo maior da Constituição Federal de 1988, ao invés de aplicá-lo.

Neste diapasão, Silvério (2003:01-02) alude que o princípio da igualdade serve de alicerce para as sociedades democráticas, ou mesmo, em vias de democratização, “mas que na atualidade tem se colocado com um obstáculo às mudanças do que é operado no sentido de propiciar tratamento diferenciado a quem a sociedade tem tratado desigualmente.”

Na prática do tratamento desigual primordialmente deve estar presente a justificativa, a finalidade do ato, respeitando os critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, no intuito de não cometer arbitrariedade, tendo em vista que o liame é, notoriamente, subjetivo e bastante polêmico.

Barbosa Gomes, sobre o tema, posicionou-se:

Começa-se, assim, a esboçar-se o conceito de igualdade material ou substancial, que, longe de se apegar ao formalismo e à abstração da concepção igualitária do pensamento liberal oitocentista, recomenda, inversamente, que se levem na devida conta as desigualdades concretas existentes na sociedade, devendo as situações desiguais ser tratadas de maneira dessemelhante, evitando-se assim o aprofundamento e a perpetuação de desigualdades engendradas pela própria sociedade. Produto do Estado Social de Direito, a igualdade substancial ou material propugna redobrada atenção por parte dos aplicadores da norma jurídica à variedade das situações individuais, de modo a impedir que o dogma liberal da igualdade formal impeça ou dificulte a proteção e a defesa dos interesses das pessoas socialmente fragilizadas e desfavorecidas (GOMES, 2001, p.4).

Como já destacado, o legislador derivado, possui seu poder podado, tendo em vista que só pode criar leis que venham a restringir ou aumentar direitos, nos casos expressamente previstos na Constituição e mesmo assim, devem ater-se ao necessário a proteção de outros direitos constitucionalmente protegidos, nos casos em que não possua medidas cabíveis ao litígio.

É preciso explicar, que com isso, não está sendo vedado o poder de discricionariedade, inerente ao legislador, mas apenas instruindo os rumos a serem tomados, dando limites a tal discricionariedade para que se possa alcançar a igualdade instituída na Constituição Federal.

Celso Antônio Bandeira de Mello (2003:11) discute:

A dizer: o que permite radicalizar alguns sob a rubrica de iguais e outros sob a rubrica de desiguais? Em suma: qual o critério legitimamente manipulável – sem agravos à isonomia – que autoriza distinguir pessoas e situações em grupos apartados para fins de tratamentos jurídicos diversos? Afinal, que espécie de igualdade veda e que tipo de desigualdade faculta a discriminação de situações e de pessoas, sem quebra e agressão aos objetivos transfundidos no princípio constitucional da isonomia? Só respondendo a estas indagações poder-se-á lograr adensamento do preceito, de sorte a emprestar-lhe cunho operativo seguro, capaz de converter sua teórica proclamação em guia de uma *práxis* efetiva, reclamada pelo próprio ditame constitucional.

Como as leis nada mais fazem senão discriminar situações para submetê-las à regência de tais leis ou quais regras - sendo esta mesma sua característica funcional - é preciso indagar quais as discriminações juridicamente intoleráveis.

Raquel Bello (1996, p. 314 - 315), em artigo, Princípio da Igualdade no Concurso Público, nos remete a pensar que “o direito, como valor, deve buscar a realização de seu ideal máximo: a justiça. Os princípios jurídicos, da mesma forma, buscam este objetivo, e esta é a primeira vocação do princípio da igualdade: realizar a justiça.” Mas para que isso aconteça, segundo a autora, “a lei deverá buscar um tratamento eqüitativo, que não conceda vantagens indiscriminadas para uns e abusos injustificados contra outros.” Assim, a diferenciação deve ocorrer sob os pilares de uma fundamentação que legitime a diferenciação. Para Bello o princípio da igualdade busca garantir que “na elaboração das leis, sejam respeitadas as diferenças entre as pessoas, fatos e situações, e que a interpretação seja feita dentro dos limites e possibilidades da lei.” E sobre as possíveis manifestações do Estado no exercício de seu poder administrativo, frente ao princípio em comento, a autora alude: “este princípio é assegurado de um tratamento justo e de proteção contra eventuais abusos do Estado, em suas manifestações de poder.”

Contudo, correntes defendem a constitucionalidade da aludida lei. Assim como podemos observar no texto de Maria Berenice Dias:

A aparente incompatibilidade dessas normas solve-se ao se constatar que a igualdade formal – igualdade de todos perante a lei – não conflita com o princípio da igualdade material, que é o direito à equiparação mediante a redução das diferenças sociais. Trata-se da consagração da máxima aristotélica de que o princípio da igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida em que se desigalam. (DIAS, 2007)

Traçando um elo natural entre o princípio da proporcionalidade e o da igualdade, argumentando e defendendo a extrema importância que o princípio da proporcionalidade representa, Guerra Filho relata:

Em uma acepção própria, tal como concebemos, o princípio da proporcionalidade aparece como mais importante do que aquele da isonomia, embora sejam ambos pressupostos da existência mesma, jurídico-positiva, de direitos fundamentais, pois enquanto esse último determina, abstratamente, a extensão a todos desses direitos, é aquele que permite, concretamente, a distribuição compatível dos mesmos. (GUERRA FILHO, 1993, p. 264)

Demonstrando a essência e destinação do princípio da proporcionalidade, o citado autor, em seu artigo, acerca do tema, assim nos ensina:

(...) enuncia a essência e a destinação do princípio da proporcionalidade: preservar os direitos fundamentais. O princípio, assim, coincide com a essência e destinação mesma de uma Constituição que, tal como hoje se concebe, pretenda desempenhar o papel que lhe está reservado na ordem jurídica de um Estado Democrático. (GUERRA FILHO, 1993, p. 260)

Não há como se falar em democracia sem se falar em igualdade. Não há como um país se dizer democrático sem ter em seu bojo o princípio da igualdade. Não há como fugir da estratificação social, tendo como base uma sociedade plural, heterogênea, repleta das mais diversas culturas e pensamentos. Contudo, apesar de todo este contexto, a educação deve ser para todos e todos possuem direito de acesso ao conhecimento.

Segundo Delors (2012:57), “o modelo de desenvolvimento baseado apenas no crescimento econômico revelou-se profundamente desigual, e os ritmos de progresso mostraram-se muito diferentes segundo os países e as regiões do mundo.” Dentro desse contexto, podemos perceber a proliferação das desigualdades sociais que culminam a prática das exclusões.

Delors e seus colaboradores (2012) percebem o agravamento das desigualdades no mundo dos dias atuais, chegando a constatarem o problema atrelado à pobreza e à exclusão. Todavia, o fenômeno não faz parte, apenas, de países ou regiões do mundo, no entanto, é perceptível nos grupos dos países desenvolvidos e no dos em desenvolvimento. Buscando os países em desenvolvimento como forma de contexto, percebem que o crescimento populacional compromete a possibilidade de alcance de níveis mais elevados de vida. Entretanto, outros fenômenos apontam uma crise social nas mais diversas partes do mundo. As migrações, o êxodo rural, o desmembramento das famílias, a urbanização desordenada, a ruptura das solidariedades tradicionais de vizinhança levam muitos grupos e indivíduos a afastarem-se uns dos outros, chegando à marginalização e ao isolamento. Tudo isso leva, segundo os autores, ao crescimento da violência e da criminalidade.

Enquanto o preceito principal da democracia deveria ser a união entre os iguais, os autores percebem, cada vez mais, uma distância entre governantes e governados, donde cada um busca seu espaço de atuação de forma isolada. Entretanto, essa forma de atividade política, gera a descrença pela própria população dos atos governantes. O que deveria ser visto – na visão de Delors e dos seus colaboradores – é a harmonia entre a maneira democrática, o econômico, o político e o social.

O Brasil, após anos tendo o direito podado pela ditadura militar (1964 – 1985), viveu nos anos 1990 a hegemonia da Constituição Federal de 1988 em virtude dos inúmeros avanços referentes aos direitos individuais e coletivos, no que tange ao direito social, por ela elencados.

Em uma sociedade multicultural, repleta de minorias, presenciamos na atualidade, grandes manifestações e busca de uma igualdade jurídica que albergue esses grupos menos privilegiados pelo contexto social, entre os quais encontramos as mulheres, os índios, os negros, os deficientes, entre tantos outros.

Godoy (2007:02), sobre o tema afirma: “Os movimentos de minorias sociais não estão brincando. Acho que eles se saturaram de ficar esperando solidariedade de outros segmentos sociais e estão brigando por aquilo a que têm direito, de acesso à Educação.”

No Brasil, faz-se notória a imensa diversidade cultural, estratificação social e diversos níveis de desenvolvimento em suas regiões. Diante desse problema, o Estado tenta resolver problemas de ordem emergencial, deixando lacunas em importantes temas, dentre os quais a educação pública.

Ainda vivemos no Brasil, em um processo de democratização, tendo em vista que não há, ainda, uma democracia completamente consolidada, segundo Sacavino (2003), buscamos, incansavelmente, a democracia.

Presenciamos, diariamente, a divulgação de dados referentes a discriminações nos mais diversos grupos, sejam eles relativos ao sexo, a cor, a escolaridade, entre tantos outros, no Brasil e no mundo, sendo a discussão do tema cada dia mais atual e necessária. Mas ao mesmo passo em que a discussão sobre as discriminações, hoje vivenciadas, é necessária, as propostas para, possíveis, soluções são igualmente polêmicas e conturbadas, frente as mais diversas e conflitantes opiniões sobre o assunto.

Não há como se falar em ações afirmativas, sem que se fale em igualdade. Faz-se necessário que seja dado um enfoque natural à igualdade antes de adentrarmos nas ações afirmativas, em virtude da existência de tal fundamento como busca de minimização de diferenças. Ademais, é preciso para que se firme constatações acerca da igualdade, que se traga à baila os direitos fundamentais, pilares da cidadania, fios condutores das ações afirmativas. Não encontramos na doutrina jurídica qualquer conceito unânime de direitos fundamentais, tendo em vista as mais distintas posições filosóficas utilizadas para conceituá-los.

Toledo Barros(2000:30) alude que:

Como valores precípuos plasmados em uma Constituição, os direitos fundamentais traduzem, pois, as concepções filosófico-jurídicas aceitas por uma determinada sociedade, em um certo momento histórico. Estes valores fundantes do Estado são, ao mesmo tempo, fins da sociedade e direitos de seus indivíduos.

Os direitos humanos figuram como alicerce de uma Constituição Federal, de um Estado Democrático de direito: possuem caráter inviolável, imutável, intransponível. São ensejadores da formação de uma sociedade composta por cidadãos contemplados por dignidade.

Contudo, já podemos verificar a extrema importância dos direitos fundamentais na concepção de uma sociedade, mas não pode-se limitar a teorização do tema: é necessário que os direitos fundamentais rompam as barreiras dos papéis e sejam percebidos, nitidamente, pela sociedade. É preciso que sejam colocados em prática, instituindo a positivação junto com a realidade, para que tais direitos possuam eficácia, e não percam sentido de sua existência.

Moraes (2000:30), no que cerne aos direitos humanos, nos remete que estes direitos possuem como principal objetivo “o respeito à sua dignidade, por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal e o estabelecimento de condições mínimas de vida e desenvolvimento da personalidade.”

Os grupos civis, somados a sociedade civil organizada, clamam pelo reconhecimento das diferenças, lutando pelo exercício da cidadania, dentro de uma sociedade democrática, aberta à interculturalidade, interessa-se pela diversidade, reconhecendo o e dividindo os poderes entre os mais diversos grupos que, juntos, compõem essa sociedade.

O Estado, por meio das políticas públicas, busca responder aos grupos minoritários, que clamam por uma cidadania plena através da inclusão social, políticas essas que fazem parte dos programas de governo do Estado Brasileiro.

A inserção do princípio da igualdade no texto constitucional não foi capaz de impedir que as desigualdades sociais se alastrassem no Brasil, podendo o acesso de muitos às oportunidades de educação e trabalho, impedindo o exercício da cidadania.

Hélio Silva Junior(2002:102):

Salvo engano, é certo que a Constituição Federal de 1988, implícita e explicitamente, não apenas admitiu como prescreveu discriminações, a exemplo da proteção do mercado de trabalho à mulher (art.7º XX) e da previsão de cotas para portadores de deficiência (art.37 VIII), donde se conclui que a noção de igualdade circunscrita ao significado estrito de não discriminação foi contrapesada com a nova modalidade de discriminação, visto como, sob o ângulo material, substancial, o princípio da igualdade,

admite sim a discriminação, desde que o *discrímen* seja empregado com a finalidade de promover a igualização.

Neste contexto, o princípio da igualdade não se limita a uma igualdade isonômica, mas busca contextualizar uma igualdade material, ou seja, o princípio em tela ganha força para ser um instrumento de promoção social, na busca por uma igualdade real, capaz de fazer ressurgir no indivíduo, sua sensação de cidadania.

Em um Estado, verdadeiramente democrático, sua Constituição Federal, deve possuir mecanismos de promoção da igualdade, fazendo com que o Estado deixe sua posição de inércia e passe a exercer ações em buscas da igualdade, efetuando as ações afirmativas, que servem não somente para buscar a igualdade, com também para evitar a proliferação de maiores desigualdades. Na visão de Gomes (2001), as ações afirmativas servem para modificar uma estrutura social que “finca âncoras na tradição cultural de cada país, no imaginário coletivo, em suma, na percepção generalizada de que a uns devem ser reservados papéis de franca dominação e a outros, papéis indicativos do status de inferioridade, de subordinação.”

Cumprе esclarecer que as ações afirmativas não impedem que, de forma paralela, sejam exercidas políticas públicas de caráter universalista, ao contrário, a soma dessas ações, em busca da redução da desigualdade, devem ensejar, a longo prazo, a ausência de necessidade da prática de ações afirmativas.

1.4. EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

Educação é um tema que deve ser tratado com a máxima responsabilidade pelos administradores públicos, sendo objeto de discussão em vários Fóruns de debates, inclusive na Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI que formulou algumas orientações (2012) :

- “Uma política que estimule a educação dos jovens e das mulheres (...);
- A aplicação à educação de uma porcentagem mínima de verbas para o auxílio ao desenvolvimento (quarto do total); essas inflexões a favor da educação, deverá aplicar-se, igualmente, às instituições financeiras internacionais e, em primeiro lugar, ao Banco Mundial, que já desempenha um papel importante;

- O desenvolvimento da troca entre dívida e educação, de modo a compensar os efeitos negativos das políticas de ajustamento e de redução do déficit interno e externo nas despesas públicas com fins educativos;
- A difusão, a todos os países, das novas, tecnologias relacionadas com a informação, a fim de se evitar a criação de novo fosso entre países ricos e países pobres;
- A mobilização das notáveis potencialidades, colocadas á nossa disposição pelas organizações não governamentais (ONG) e pelas iniciativas de base, que podem ser de grande utilidade no apoio às ações de cooperação internacional.”

O direito à educação possui destaque no texto constitucional do Brasil, tendo em vista que, mesmo possuindo capítulo próprio, encontra-se presente ao longo da Constituição Federal relacionando-se com vários outros temas. No artigo 5º¹, onde versam os direitos e garantias fundamentais, resta latente a presença análoga da educação, tendo em vista ser fator preponderante para a efetivação do princípio da igualdade, da liberdade, da dignidade da pessoa humana, dentre outros.

O artigo 6º do texto Constitucional nos remete aos direitos sociais, trazendo mais uma vez, a educação em seu bojo: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Sobre o tema, Cury (2000,20) nos ensina:

Ela é um direito social fundante da cidadania e o primeiro na ordem de citações. E ela o é a tal ponto que, no seu capítulo próprio, a educação no ensino fundamental, gratuito e obrigatório, válido para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos de qualquer idade tornou-se direito público subjetivo.

O mesmo autor tratou de explicar o que seria um direito público subjetivo. Explanou sobre a temática referida: “é aquele pelo qual o titular de um direito pode exigir direta e imediatamente do Estado, o cumprimento de um dever e de uma obrigação.”(CURY,2000,21)

Qualquer pessoa que não tenha tido acesso à educação, ou mesmo que tenha tido e não tenha conseguido finalizar o ensino fundamental é titular desse direito e pode requer do Estado a sua imediata aplicação, tendo em vista ser dever do Estado, segundo

o texto Constitucional, a efetivação desse direito.

A Constituição Federal brasileira de 1988 contempla em seu capítulo III, Seção I a educação como tema, afirmando no artigo 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Segundo Delors (2012:40), um das principais tarefas da educação é “ajudar a transformar a interdependência real em solidariedade desejada, que deve, para isso, preparar cada indivíduo para compreender a si mesmo e ao outro, por meio de um melhor conhecimento do mundo.” E afirma ainda: “o ideal seria que a educação ajudasse cada um a tornar-se cidadão deste mundo turbulento e em mudança que nasce cada dia diante de nossos olhos.”

O Supremo Tribunal Federal (STF) em julgamento sobre a competência para a prática educacional no Brasil, proferiu decisão que coaduna com o que preceitua o artigo anteriormente esposado. Senão, vejamos: “os serviços de educação, seja os prestados pelo Estado, sejam os prestados por particulares, configuram serviço público não privativo, podendo ser desenvolvidos pelo setor privado.”

A decisão fundamentou-se no preceito de que a educação é direito de todos e dever do Estado, contudo, é promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, possibilitando, assim, que o setor privado possa disponibilizar serviços educacionais, somados ao texto elencado no artigo 209 da mesma norma: “O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I cumprimento das normas gerais de educação nacional; II autorização e avaliação de qualidade do Poder Público”.

Sobre a possibilidade da existência de instituições privadas de ensino, Cury (2000,66) nos informa:

A instituição é submetida aos processos de autorização e de avaliação, devendo ser auto-sustentável, ela presta um serviço de interesse público (ensino) ainda que por meios demarcados (iniciativa privada). Por isso, ela deve ser autorizada, conformada à legislação educacional e, nessa medida, seus atos tornam-se oficializados. Submetida aos parâmetros legais necessários para que seus atos e diplomas possuam a mesma validade que os emanados de escolas oficiais, ela deve respeitar o disposto no artigo 209 da CF.

O ensino no Brasil é regido por alguns princípios descritos no texto constitucional e que devem ser praticados por todos aqueles que se disponibilizam a prestar serviços educacionais no país em comento. Tais princípios são apontados no artigo 206 da CF:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Dentre os princípios descritos, podemos observar o direito de liberdade de cátedra, o qual o professor pode, livremente, expor seus pensamentos aos alunos, sem que sofra intervenções administrativas, sendo apenas limitado pela possibilidade de fixação de currículo escolar pelo órgão competente.

Segundo preceitua o artigo 211 da Constituição Federal, a União, os Estados e os Municípios, organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino, especificando que

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. § 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. § 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

No que tange aos recursos financeiros, o texto constitucional preceitua que de forma obrigatória a União deva aplicar, anualmente, no mínimo, 18% e os Estados, Distrito Federal e Municípios, também no mínimo 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, excluindo-se a parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos Municípios, conforme preceitua artigo 212 da Carta Maior brasileira.

Desta feita, podemos observar que o texto constitucional, obriga o Estado a aplicar valores mínimos de sua arrecadação tributária com a educação, cabendo aos gestores públicos o gerenciamento desses valores e a boa aplicabilidade dos mesmos, porque não basta a obrigação de aplicação do montante, sem que haja uma eficaz utilização dessas verbas.

Segundo Delors (2012:144) os países – em especial os em desenvolvimento –

precisam aumentar a destinação dos recursos públicos para as despesas com educação, tendo em vista que esse investimento é essencial para o futuro.

O artigo 214 do texto constitucional apresenta alguns objetivos da educação no Brasil:

I - erradicação do analfabetismo;II - universalização do atendimento escolar;III - melhoria da qualidade do ensino;IV - formação para o trabalho;V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Sobre a abordagem da educação na Constituição Federal brasileira, Cury (2000,29) remete: “do conjunto desses artigos emana a base da organização educacional do país, firmando deveres e direitos, delimitando competências e incumbências, definindo restrições e regulando o financiamento.”

Segundo Delors(2012:11) “ante aos múltiplos desafios do futuro , a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na construção de seus ideais de paz,da liberdade e da justiça social.”

Para Delors (2012:40) “a exigência de uma solidariedade em escala mundial supõe, por outro lado, que todos ultrapassem a tendência de se fecharem em si mesmos, de modo que se abram á compreensão dos outros, baseada no respeito a diversidade.” Assim, o autor conclui que a maior ambição da educação “ torna-se oferecer a todos os meios necessários a uma cidadania consciente e ativa, que só pode realizar-se plenamente em um contexto de sociedades democráticas.”

Fica latente a preocupação do legislador com a educação, contudo cabe ao Estado a efetivação da norma, fazendo valer o que preceitua o texto constitucional, garantindo, para todos, educação pública de qualidade, respeitando assim, os preceitos básicos da democracia e o exercício da cidadania.

II CAPÍTULO

DESIGN METODOLÓGICO

2.1. Delineamento do Estudo

A cada dia surgem novas dúvidas, novos anseios, novos questionamentos, em especial quanto o objeto que se estuda são as ciências sociais. Para Minayo(2009), devemos observar que nos casos de pesquisas envolvendo as ciências sociais, existe uma identidade entre o sujeito e o objeto estudado, tendo em vista estamos lidando com seres humanos, nos quais se verão com pontos em comum, seja pela idade, sexo, cor, raça, religião, ou mesmo classe social, o que distingue estes estudos das demais ciências.

Toda pesquisa requer uma metodologia a qual no ponto de vista de Minayo(2009:16) caracteriza-se por ser:

O caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).

Para a autora a importância de balancear o uso das técnicas afirmando que: “o endeusamento das técnicas produz um formalismo árido ou respostas estereotipadas. Seu desprezo, ao contrario, leva ao empirismo ilusório em suas conclusões, ou a especulações abstratas e estéreis.” Destaca ainda a relevância do processo investigativo:

atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente a realidade do mundo. Portanto, embora seja uma pratica teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar um problema da vida prática.

Diante do tema ao qual nos propomos a analisar, parece-nos bastante adequada a utilização da abordagem qualitativa e quantitativa para o processamento da pesquisa. Tendo em vista que tal forma de abordagem nos possibilita a compreensão de uma realidade, sob o pressuposto de que nenhuma pesquisa é totalmente neutra, contudo, faz-se necessária também a utilização do método quantitativo, tendo em vista a necessidade

de trabalharmos com números para a avaliação do número de ingressos em cada curso.

É bastante importante a escolha correta da forma de pesquisa a qual o pesquisador irá utilizar-se em seu trabalho e sobre o tema Minayo(1993:239) aborda:

Um bom método será sempre aquele, que permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria. Portanto, além de apropriado ao objeto da investigação e de oferecer elementos teóricos para a análise, o método tem que ser operacionalmente exequível.

Objetivo Geral:

Estudar os sistema de cotas implementado pela UFPE nos vestibulares de 2010 e 2011, atribuindo 10% de bônus na nota dos alunos oriundos de escola pública.

Específicos:

Objetivos Específicos:

Observar o número de alunos inscritos no vestibular de cada curso oferecido pela UFPE;

Perceber os índices de alunos que procuram ser beneficiados pelo bônus em cada curso da mesma;

Observar quais os cursos mais procurados pelos alunos cotistas e os índices de ingressos desses alunos e quais os cursos mais frequentados pelos mesmos.

2.2. Método Escolhido

Optamos pelo método quantitativo, somado ao qualitativo, tendo em vista a necessidade de quantificarmos, com precisão, os dados numéricos advindos dos vestibulares 2010 e 2011 da UFPE. Richardson (2009:70) ressalta que “a investigação quantitativa caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”.

O autor continua seu pensamento afirmando que as pesquisas quantitativas utilizam-se de “técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.”

Buscamos respaldo em um aporte teórico sobre o tema, objetivando teorizar e respaldar a pesquisa empírica que sendo processada na Universidade Federal de

Pernambuco, inicialmente sob o prisma da coleta e análise dos números referentes aos vestibulares de 2010 e 2011 dessa Instituição.

Neste sentido, devemos conhecer, alguns dados referentes à Instituição onde realizamos a nossa pesquisa, Instituição da qual, fazem parte os sujeitos desta pesquisa.

2.3. Locus da Pesquisa



O estado de Pernambuco encontra-se situado no nordeste do Brasil, fazendo fronteira com os estados da Bahia, Piauí, Alagoas, Ceará, Paraíba, contendo em seu território geográfico o arquipélago de Fernando de Noronha. Pernambuco possui 185 municípios tendo como capital do Estado a cidade do Recife, a qual possui um região metropolitana com maior conglomerado urbano do nordeste.



O município do Recife encontra-se situado a 49,5km do município de Vitória de Santo Antão e a 138 km do Município de Caruaru.

A Universidade Federal de Pernambuco foi criada em 11 de agosto de 1946, pelo decreto lei 9388/46, hoje a UFPE, possui três *campus* no estado de Pernambuco,

localizados em Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru.

Possui 12 Centros Acadêmicos (Centro Acadêmico do Agreste (CAA); Centro Acadêmico de Vitória (CAV); Centro de Artes e Comunicação (CAC); Centro de Ciências Biológicas (CCB); Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Centro de Educação (CE); Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH); Centro de Informática (CIn); Centro de Tecnologia e Geociências (CTG)) com **93** cursos de graduação presenciais: **78** cursos de graduação no *campus* Recife, **10** em Caruaru e **05** em Vitória de Santo Antão e ainda **03** cursos de graduação a distância: Licenciatura em Língua Portuguesa, Licenciatura em Letras/Espanhol e Licenciatura em Matemática.

Conta com **116** cursos de pós-graduação stricto sensu, sendo **65** Mestrados Acadêmicos, **06** Mestrados Profissionais e **45** Doutorados. Um terço desses cursos recebeu os conceitos 5 e 6 – entre os mais altos da Avaliação Capes, tendo ainda, **64** cursos de pós-graduação lato sensu (especializações), **464** grupos de pesquisa na Universidade (dados de 2009) e **216** projetos de extensão com a participação de 485 docentes e 1.071 alunos até dezembro de 2008.

Quanto ao número de alunos, **28.688** alunos nos cursos de graduação - dados de maio de 2011, sendo 24.875 no *Campus* Recife, 911 alunos no Centro Acadêmico de Vitória, 2.902 alunos no Centro Acadêmico do Agreste e mais **2.750** alunos nos cursos de mestrado acadêmico, **360** alunos em mestrados profissionais, **1.600** alunos em doutorados, **1.500** alunos nos cursos de especialização, **430** alunos do Colégio de Aplicação (ensinos fundamental e médio) - dados de 2010, **135** estudantes da UFPE fazendo intercâmbio no exterior no segundo semestre de 2009. A UFPE recebeu no semestre 2011.1 um total de 59 alunos intercambistas, 44 pelo Programa de Intercâmbio da UFPE e 15 pelo Programa Estudante Convênio (PEC-G). Os estudantes são provenientes de 17 países da América Latina, América do Norte, Europa e África.

Em nível de docentes são **2.528** professores, sendo 2.194 do *Campus* Recife, 142 do Centro Acadêmico de Vitória e 192 do Centro Acadêmico do Agreste (dados de maio de 2012), **58** professores do Colégio de Aplicação, sendo 14 doutores (24%), 22 mestres (38%), 12 especialistas (21%), 8 graduados (14%) e 2 substitutos (3%) - dados de julho de 2011, havendo ainda **3.893** servidores técnico-administrativos, nos três campi, incluindo o Hospital das Clínicas - dados de julho de 2011.

Tais dados encontram-se disponíveis no site a UFPE.

2.4. Sujeitos da Pesquisa

Como instrumento de pesquisa utilizamos a entrevista semi-estruturada. Entrevistamos 10 alunos, 05 inseridos nos cursos oferecidos, em vestibular, pela Universidade Federal de Pernambuco, *campus* Recife, beneficiados pelo bônus, acrescido em suas notas, em virtude de serem originários de escola pública e 05 que, apesar terem feito o vestibular para os cursos oferecidos pela UFPE, mesmo beneficiados pelo bônus, não obtiveram sucesso.

2.5. Instrumento de Coleta da Pesquisa

2.5.1. Pesquisa Quantitativa

Procuramos a COVEST, Instituição responsável pela realização e resultados dos vestibulares da UFPE, buscando a coleta de dados numéricos referentes aos vestibulares dos anos de 2005 a 2011, tendo em vista que a bonificação nas notas dos alunos oriundos de escolas públicas, passou a ser efetuado no ano de 2006.

Contudo, a Instituição nos comunicou que não havia possibilidade de divulgação dos dados dos vestibulares dos anos de 2005 a 2009, tendo em vista não constarem em seus bancos de dados.

Em virtude de tal informação, enviamos ofício à instituição requerendo os dados dos vestibulares de 2010 e 2011, nos sendo atendido, através de resposta de ofício, fornecendo todos os dados numéricos dos referidos vestibulares, o recorte temporal 2010/2011 se deu, tendo em vista que em seguida, formalizamos a solicitação dos dados referentes aos vestibulares de 2005 a 2009, através de ofício, contudo, até a presente data, não obtivemos resposta por parte da COVEST.

De posse dos números, buscou-se verificar a distribuição do número de alunos inscritos e classificados segundo a situação da utilização do bônus e o ano do vestibular, o percentual de classificados segundo a situação do aluno acerca da utilização do bônus e o ano do vestibular submetido.

Observou-se ainda a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos

com maior proporção de solicitações de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, nos vestibulares dos anos de 2010 e 2011,

A distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que solicitaram o auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, nos vestibulares do ano de 2010 e 2011.

E ainda, distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior proporção de não solicitações de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, nos vestibulares dos anos de 2010 e 2011.

Na sequência a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que não solicitaram auxílio do bônus, nos vestibulares dos anos de 2010 e 2011,

Continuou-se a pesquisa com a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior número de inscritos nos vestibulares de 2010 e 2011.

2.5.2. Pesquisa Qualitativa

Após a realização da pesquisa quantitativa, nos reportamos a pesquisa qualitativa, buscando respostas para nossas indagações frente ao tema e análise.

No que concerne a abordagem qualitativa Minayo(1993:244) alude que:

Do ponto de vista qualitativo, a abordagem dialética atua em nível dos significados e das estruturas, entendendo estas últimas como ações humanas objetivadas e, logo, portadoras de significados. Ao mesmo tempo, tenta conceber todas as etapas da investigação e da análise como partes do processo social analisado e como sua consciência crítica possível. Assim, considera o instrumentos, os dados e análise numa relação interior com o pesquisador e as contradições como a própria essência dos problemas reais.

Evidencia-se pela forma qualitativa de abordagem que a subjetividade, carregada pelo pesquisador, diante da sua conjuntura de vida, irá permear a análise dos dados, por ele, coletados.

No mesmo diapasão, Gonzaga (2006:70) afirma acerca da pesquisa qualitativa:

A pesquisa do tipo qualitativa apresenta como característica peculiar a diversidade metodológica, de tal maneira que permite extrair dados da

realidade com o fim de ser contrastados a partir do prisma do método. Possibilita também, realizar exames cruzados dos dados obtidos, angariar informações por meio do processo de triangulação, chegar a contrastar e validar as informações obtidas por meio de fontes diversas sem perder a flexibilidade.

Gonzaga (2006), buscando respaldo em Taylor e Bogdan (1986) traz algumas características eminentes da pesquisa qualitativa, dentre elas afirma que a tal pesquisa é bastante flexível, que a pesquisa qualitativa é indutiva, que o pesquisador analisa as pessoas, dentro de um contexto, levando em consideração seu passado e o momento em que vivenciam.

O autor nos remete ainda sobre as características da pesquisa qualitativa, que o entrevistador, deste método de pesquisa, deve ser naturalista, ou seja, não intrusivo. O pesquisador qualitativo deve se abster, segundo Gonzaga (2006) de suas próprias crenças, perspectivas e predisposições, alude que o pesquisador deve vivenciar as coisas, como se estivessem ocorrendo pela primeira vez.

Szymanski (2010) alude a importância de perceber que os entrevistados estão inseridos em um ambiente social e por tal, se faz necessária a obtenção de algumas informações sobre a cultura daquele grupo e dados sobre a instituição a qual os entrevistados fazem parte.

Neste contexto, Szymanski (2010:94), afirma que: “ o pesquisador deve estar atento no que diz respeito aos próprios sentimentos, preconceitos, valores e expectativas que podem ser fonte de vieses.”

O pesquisador qualitativo não deve desprezar qualquer dado, para Gonzaga (2006), todas as perspectivas são ricas e relevantes para o entendimento detalhado das perspectivas das outras pessoas.

Gonzaga (2006:75), por fim, descreve o método qualitativo:

A pesquisa qualitativa é uma arte. Os métodos qualitativos não foram tão refinados e estandardizados com outros enfoques pesquisados. O pesquisador é um artífice. O cientista social qualitativo é instigado a criar seu próprio método. Seguem procedimentos orientadores, mas não regras. Os métodos sevem ao pesquisador; nunca é o pesquisador escravo de um procedimento.

Após a busca pelo respaldo em um aporte teórico e a análise de dados documentais, foi realizada a pesquisa de campo, onde se dá, metodologicamente, por meio de entrevistas, a qual Minayo (2009:15) traduz:

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Tem por objetivo construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de tema igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

Neste mesmo importe, Szymanski (2010) prevê que a entrevista é o um encontro entre duas pessoas, com histórias de vida distintas, com valores nem sempre iguais e diferentes disposições afetivas. Percebe a autora vieses diferentes na concepção do entrevistador e do entrevistado, enquanto o primeiro busca subsídios para sua pesquisa, o segundo pode ter reações diversas, muitas vezes as quais, não chegam se quer a serem explicitadas.

Quanto ao método utilizado na entrevista, Szymanski (2010:19), afirma concordar com Banister et AL (1994:50) dispondo que:

Quando consideramos que a entrevista aberta muitas vezes mascara pressupostos, agendas e expectativas. Por esse motivo é importante ter claros os objetivos – quais conhecimentos efetivamente ela estará trazendo e em que contribuirá para responder ao problema a ser pesquisado. Por outro lado, entrevista estruturada pode tender a aproximar-se mais de questionários, dificultando a investigação de significados subjetivos e de temas muito complexos para a investigação quantitativa.

Sobre as entrevistas semi-estruturadas Szymanski (2010:93) analisa:

A entrevista é um instrumento de que se utiliza para atingir os objetivos da pesquisa. Se estes pedem uma entrevista semi-estruturada, não se pode perder de vista o foco do estudo e o tipo de informação de que se necessita. O momento da pesquisa e a situação de escuta atenta podem levar o entrevistado a fazer digressões e a mudar de assunto, importantes para ele, porém, que se afastam dos objetivos da pesquisa.

Desta forma, devemos nos manter atentos durante o transcorrer da entrevista semi-estruturada, para que o entrevistado termine por enveredar por um assunto o qual não nos faz importante naquele instante, devendo conduzi-lo de volta aquilo é nos é necessário e objeto da pesquisa.

Trivínõs (1987, p.146) conceitua a entrevista semi-estruturada como:

(...) aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na

elaboração do conteúdo da pesquisa.

Nos reportamos a utilização da entrevista semi – estruturada, especial, pela característica de flexibilidade que a mesma possuía, tendo em vista que o entrevistado pode apontar dados novos, importante para o objeto a ser estudado e que não fazia parte das perguntas originalmente estabelecidas, passando, assim, naquele momento a ser inserida no contexto, trazendo esclarecimentos, importantes para o entrevistador.

A entrevista utilizada nesta investigação foi constituída por questões elaboradas previamente, contudo sem rigidez, permitindo que o entrevistador pudesse modula-las ao longo da entrevista.

Os questionamentos apresentados aos sujeitos referiam-se a idade dos entrevistados, em seguida, quantas vezes os mesmos haviam se submetidos aos vestibulares da UFPE e se nessas oportunidades já havia a possibilidade de utilização do bônus de 10 % em sua nota de vestibular, questionando-se, ainda, se o candidato fez uso do referido bônus e ainda sobre o que seria para ele exclusão social, democracia, cidadania, igualdade e globalização relacionando os temas com a ação afirmativa, aqui estudada.

Ao iniciarmos a entrevista, havia inicialmente, a apresentação pessoal e profissional de ambos, sendo apresentado o tema da pesquisa e seus objetivos, requerendo a gravação da entrevista e a utilização de seus nomes na pesquisa. Szymanski (apud Pinto, 2010, p. 59) sugere que o pesquisador deve iniciar a entrevista “fornecendo dados sobre sua própria pessoa, sua instituição de origem e qual o tema de sua pesquisa”.

Ao longo da pesquisa, fora praticada a tática do silêncio, demonstrando atenção ao que era dito pelo entrevistado, utilizando apenas de gestos de compreensão, havendo intervenções, tão somente, quando o discurso tornava-se incompreensível ou o entrevistado estava afastando-se do tema. (BOURDIEU, 1996).

Após a gravação das entrevistas, efetuou-se a transcrição das mesmas buscando a legitimidade das falas, aliviando apenas as expressões confusas, sem sentido e os vícios de linguagem, buscando manter, ao máximo, o discurso originalmente apresentando pelos entrevistados.

2.6. Instrumento de Análise

2.6.1. Pesquisa Quantitativa

Para realização da pesquisa foi construído um banco de dados na planilha eletrônica Microsoft Excel através dos dados divulgados pela COVEST – Comissão de processos seletivos e treinamentos. Para calcular o número de alunos inscritos no vestibular de cada curso oferecido pela UFPE e os índices de alunos que procuram ser beneficiados pelo bônus foram utilizadas frequências observadas e percentuais. Além disso, a frequência percentual também foi utilizada para avaliar os cursos mais procurados pelos alunos cotistas e os índices de ingressos deles.

2.6.2 Pesquisa Qualitativa

Buscando uma melhor percepção da análise, dividimos os discursos dos entrevistados em quadros, de acordo com suas respostas, enquadrando-as nas formações discursivas cabíveis.

Dividimos os entrevistados em dois grupos, AP aprovados no vestibular da UFPE utilizando-se do sistema de cotas e NP não aprovados no vestibular da UFPE utilizando-se do sistema de cotas.

Antes de entendermos análise de discurso faz-se interessante percebermos o significado de discurso. Maingueneau (2001, p. 15) afirma que o discurso é “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Orlandi (2005, p.15) diz que “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento”

Sobre o discurso Pinto(2010:56) nos relata que “o discurso é movimento dos sentidos, é a palavra se metamorfoseando pela história, pela língua e pelo sujeito além de constituir um conjunto de práticas sociais do homem na sua relação com a realidade.”

Os dados coletados na pesquisa serão tratados através da Análise de Discurso

(AD), discurso este bastante contemplado nas palavras de Foucault(2004:54-55):

gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Segundo Orlandi (2009) a Análise de Discurso possui seu surgimento no século XX, na década de 60, onde, na época havia uma oscilação entre a linguística e a história. Na AD, faz-se necessário para análise do *corpus* discursivo, eleito para estudo, considerar-se a interpretação e a desconstrução desse *corpus* em análise.

Na AD pode-se perceber a presença do interdiscurso que trata-se do surgimento de outros discursos alterados diante da sobreposição entre os trajetos discursivos ao se colocar os discursos em contato com outras falas em cronologias e espaços distintos, onde se pode observar o discurso recuperado pela memória, concluindo-se que o interdiscurso é o discurso recuperado pela memória, ainda que apresentado de forma diversa. (Orlandi, 1999).

A autora nos remete ainda ao dito e o não dito, onde surgem sentidos que estão tácitos. No instante em que é feita uma afirmação a título do “dito”, remete-se, intrinsecamente, ao “não dizer”, tendo em vista que ao observar-se o dito, clareia-se o não dito. Contudo, o não dito não pode ser confundido com o silenciar, segundo Orlandi (1999:83) enquanto o não dito encontra-se atrelado ao dito, o silêncio “atravessa as palavras, que, ‘falam’ por elas, que as calam.”

Ainda segundo Orlandi (1999) pode-se o pesquisador se deparar com situações onde o sujeito não reverbera, estaciona, para e apenas repete, havendo três formas de repetição:

- a) “a repetição empírica que é a do efeito papagaio, só repete;
- b) a repetição formal que é outro modo de dizer o mesmo;
- c) a repetição histórica, que é a que desloca, a que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equivoco, a falha, atravessando as evidencias do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido.” (Orlandi,1999:54)

Baseamos nossa análise em cinco Formações Discursivas (FD): Exclusão Social, Democracia, Cidadania, Globalização e Igualdade.

Por tal, vemos na análise de discurso o método mais adequado para o tratamento dos dados coletados na pesquisa qualitativa, dando respaldo a nossa pesquisa.

III CAPÍTULO

ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. Análise e Resultados Quantitativos

No presente estudo foram avaliados os participantes do vestibular dos anos de 2010 e 2011. Na tabela 1 temos a distribuição do número de alunos inscritos e classificados segundo a situação da utilização do bônus e o ano do vestibular. Através dela observa-se que 24,4% (9792 casos) dos concorrentes ao vestibular no ano de 2010 solicitaram o bônus enquanto que no ano de 2011 esse percentual aumentou para 35,5% (12753 casos). Quanto a classificação, 28,4% (1445) dos alunos classificados no vestibular do ano de 2010 eram alunos que na época da inscrição solicitaram a utilização do bônus e no ano de 2011 esse percentual foi de classificados usuários do bônus foi de 37,4% (1878). Observa-se que o percentual de classificados que utilizaram o bônus é muito próximo do percentual de inscritos com o bônus para cada ano em avaliação.

Na mesma tabela temos ainda o percentual de classificados segundo a situação do aluno acerca da utilização do bônus e o ano do vestibular submetido. Observa-se que, no ano de 2010, 14,8% (1445/9792) dos alunos que solicitaram o bônus foram classificados no vestibular. Já no grupo de alunos que não solicitaram o bônus apenas 12% (3637/30384) deles foram classificados no concurso. No ano de 2011 esse percentual é bastante parecido, 14,7% (1878/12753) dos alunos que solicitaram o bônus foram classificados no vestibular e apenas 13,6% (3142/23170) dos alunos que não solicitaram o bônus foram classificados. Logo, a razão de prevalência indica que o número de classificados no grupo de solicitantes do bônus no ano de 2010 é 23% maior que a do grupo que não solicitou o bônus. Já no ano de 2011 essa razão de classificados foi de 1,08 indicando que a proporção de alunos que são classificados no grupo dos solicitantes do bônus é apenas 8% do que a proporção de aprovados no grupo não solicitante do bônus.

Assim, podemos perceber que os alunos que optam pelo bônus possuem um índice de aprovação maior do que os alunos que não optam pelo bônus, demonstrando que alunos oriundos de escolas públicas veem conseguindo ingressar na Universidade Federal de Pernambuco, utilizando-se do bônus.

Na visão de Gomes (2001), as ações afirmativas servem para modificar uma estrutural social que “finca âncoras na tradição cultural de cada país, no imaginário coletivo, em suma, na percepção generalizada de que a uns devem ser reservados papéis de franca dominação e a outros, papéis indicativos do status de inferioridade, de subordinação.” Dessa forma observa-

se a eficácia da ação afirmativa implementada pela UFPE, onde os alunos optantes do bônus têm conseguido ingressar nos cursos ofertados no vestibular da Universidade Pública.

Tabela 1. Distribuição do total de alunos inscritos e classificados no vestibular da Universidade Federal de Pernambuco segundo a condição de cadastro do alunos e ano de realização do concurso.

Condição do aluno	Inscritos		Classificados		Percentual de Classificados		Razão de Classificados	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Solicitaram o bônus	9792 (24,4%)	12753 (35,5%)	1445 (28,4%)	1878 (37,4%)	14,8%	14,7%	1,23	1,08
Não solicitaram o bônus	30384 (75,6%)	23170 (64,5%)	3637 (71,6%)	3142 (62,6%)	12,0%	13,6%		
Total	40176	35923	5082	5020	-	-	-	-

Fonte: Covest – Comissão de Processos Seletivos e Treinamentos.

Na figura 1 e 2 temos, respectivamente, a distribuição do número de alunos inscritos e dos classificados segundo a situação da utilização da cota e o ano do vestibular.

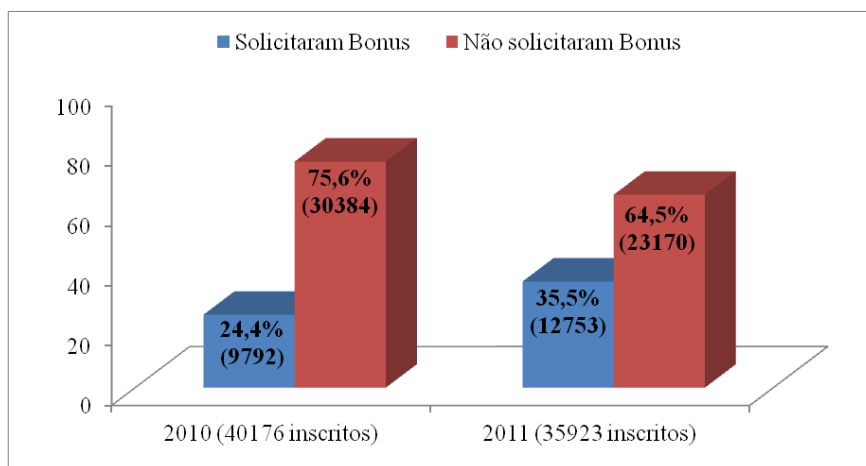


Figura 1. Gráfico da distribuição do número de alunos inscritos segundo a situação da utilização da cota e o ano do vestibular.

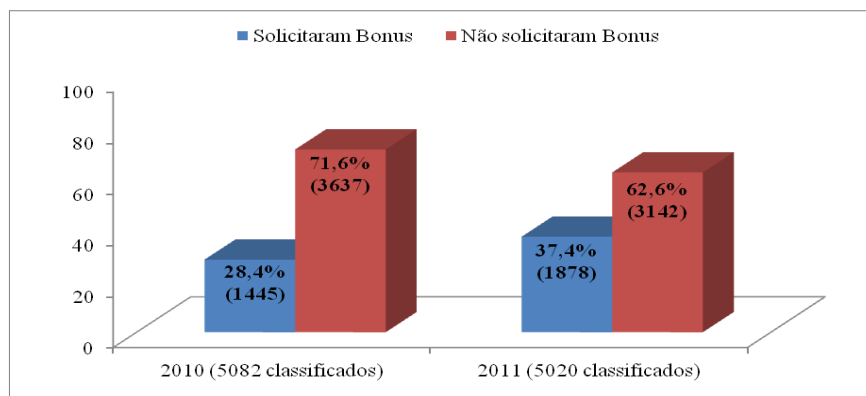


Figura 2. Gráfico da distribuição do número de classificados segundo a situação da utilização da cota e o ano do vestibular.

PELO PERCENTUAL DE INSCRITOS COM BONUS

Na tabela 2 temos a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior proporção de solicitações de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, no vestibular 2010. Através dela observa-se que o curso com maior proporção de inscrito que solicitaram o bônus, no vestibular de 2010, foi o curso de Ciência Biológicas/Licenciatura, 47,4% dos concorrentes estavam usando do auxílio do bônus. Em seguida vieram o curso de Ciências Sociais/Licenciatura (44,8%) e Pedagogia (44,6%). Em todos os 10 cursos com maior proporção de inscritos que solicitaram a bolsa, o índice de classificados no vestibular para os que concorriam com o auxílio foi maior que o índice de classificados que concorriam sem o auxílio do bônus para todos os cursos, exceto, em Letras-Português, em que 23,3% dos que fizeram o vestibular sem o auxílio de bolsa foram classificados enquanto dos que utilizaram o auxílio o percentual de classificados foi de 17,6%.

Tabela 2. Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior proporção de solicitações de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2010.

Curso avaliado	TI	Com auxílio do bônus				Sem o auxílio do bônus			
		TI	TC	I_INSC	I_CLAS	TI	TC	I_INSC	I_CLAS
Ciências Biológicas / Licenciatura	361	171	59	47,4%	34,5%	190	41	52,6%	21,6%
Ciências Sociais / Licenciatura	165	74	28	44,8%	37,8%	91	32	55,2%	35,2%
Pedagogia	1019	454	137	44,6%	30,2%	565	113	55,4%	20,0%
Matemática / Licenciatura	191	80	17	41,9%	21,3%	111	23	58,1%	20,7%
Biblioteconomia	122	51	24	41,8%	47,1%	71	21	58,2%	29,6%
Serviço Social	954	395	67	41,4%	17,0%	559	53	58,6%	9,5%
Letras - Português	427	170	30	39,8%	17,6%	257	60	60,2%	23,3%
Geografia / Licenciatura	361	143	55	39,6%	38,5%	218	45	60,4%	20,6%
Química / Licenciatura	100	39	13	39,0%	33,3%	61	17	61,0%	27,9%
Secretariado	398	148	60	37,2%	40,5%	250	60	62,8%	24,0%

TI = Total de Inscritos; TC = Total de classificados; I_INSC = Índice de inscritos; I_CLAS = Índice de classificados.

Na figura abaixo temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior proporção de solicitações de auxílio do bônus, vestibular 2010. Podemos perceber na figura 3 que em 9 dos 10 cursos mais

procurados pelos alunos optantes do bônus, são aprovados mais alunos cotistas do que alunos não cotistas, o que demonstra que nos cursos mais procurados pelos cotistas, os mesmo possuem aprovações superiores.

Para Godoy (2007:02) as minorias cansaram de esperar ajudas e se mobilizaram em busca de alternativas, o que leva o Estado a proporcionar possibilidade de ingresso dos alunos oriundo das escolas públicas na Universidade Pública.

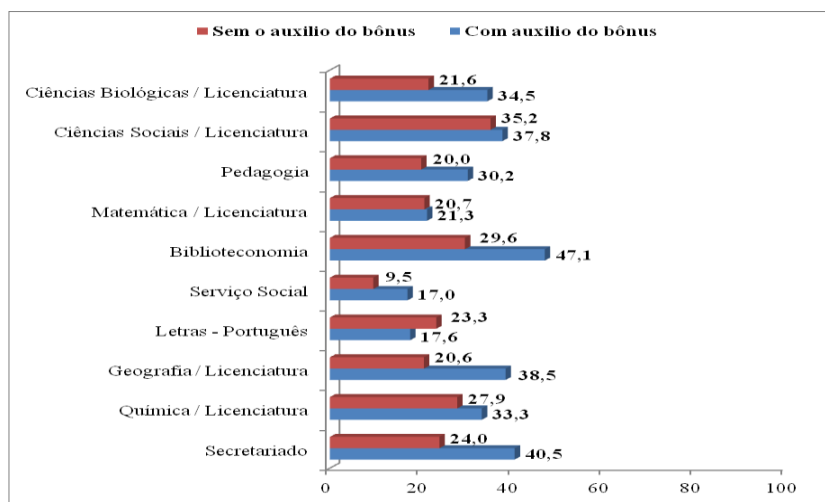


Figura 3. Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bonus dos dez cursos com maior proporção de solicitações de auxílio do bônus, vestibular 2010.

Na tabela 3 temos a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior proporção de solicitações de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, no vestibular 2011. Através dela observa-se que o curso com maior proporção de inscrito que solicitaram o bônus, no vestibular de 2011, foi o curso de Pedagogia em que 61,9% dos concorrentes estavam usando do auxílio do bônus. Em seguida veio o curso de Matemática/Licenciatura (61,4%) e Musica/Licenciatura (60,9%). Em todos os 10 cursos com maior proporção de inscritos que solicitaram a bolsa, o índice de classificados no vestibular para os que concorriam com o auxílio foi maior que o índice de classificados que concorriam sem o auxílio do bônus para todos os cursos, exceto, em Dança/Licenciatura, em que 70% dos que fizeram o vestibular sem o auxílio de bolsa foram classificados enquanto dos que utilizaram o auxílio o percentual de classificados foi de 66,7%.

Tabela 3. Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior proporção de solicitações de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2011.

Curso avaliado	TI	Com auxílio do bônus				Sem o auxílio do bônus			
		TI	TC	I_INSC	I_CLAS	TI	TC	I_INSC	I_CLAS
Pedagogia	798	494	163	61,9%	33,0%	304	87	38,1%	28,6%
Matemática / Licenciatura	171	105	32	61,4%	30,5%	66	8	38,6%	12,1%
Música / Licenciatura	197	120	41	60,9%	34,2%	77	19	39,1%	24,7%
Química / Licenciatura	94	56	21	59,6%	37,5%	38	9	40,4%	23,7%
Secretariado	301	176	71	58,5%	40,3%	125	49	41,5%	39,2%
Serviço Social	827	463	68	56,0%	14,7%	364	52	44,0%	14,3%
Ciências Biológicas / Licenciatura	262	145	61	55,3%	42,1%	117	39	44,7%	33,3%
Dança / Licenciatura	44	24	16	54,5%	66,7%	20	14	45,5%	70,0%
Letras - Espanhol	144	78	36	54,2%	46,2%	66	24	45,8%	36,4%
Geografia / Licenciatura	294	158	62	53,7%	39,2%	136	38	46,3%	27,9%

TI = Total de Inscritos; TC = Total de classificados; I_INSC = Índice de inscritos; I_CLAS = Índice de classificados.

Na figura abaixo temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior proporção de solicitações de auxílio do bônus, vestibular 2011.

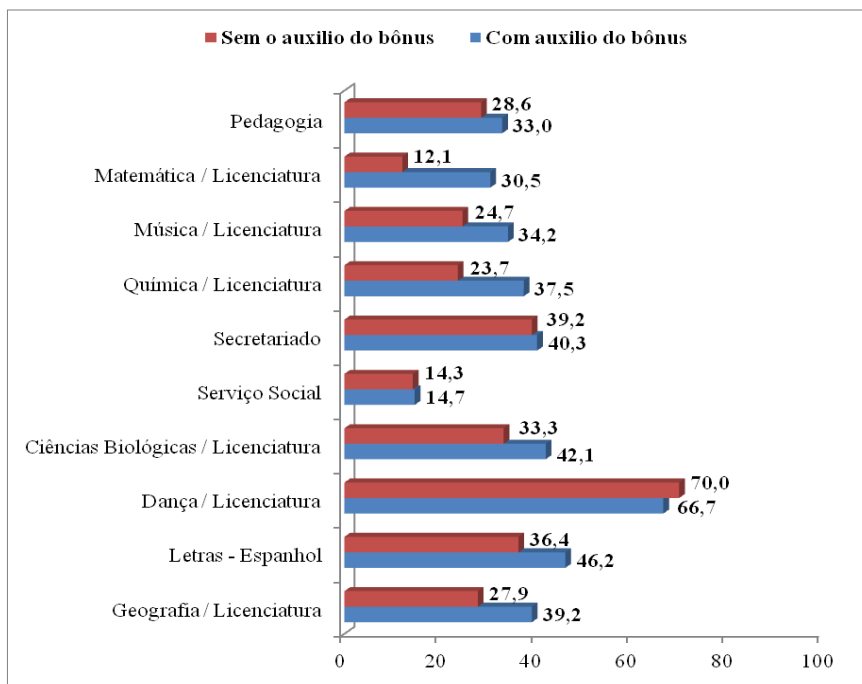


Figura 4. Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior proporção de solicitações de auxílio do bônus, vestibular 2011.

PELO PERCENTUAL DE CLASSIFICADOS COM BONUS

Na tabela 4 temos a do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que solicitaram o auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2010. Através dela verifica-se que o curso com maior índice de classificação dos alunos que solicitaram auxílio da bolsa é o curso de Biblioteconomia (47,1%) seguido de Filosofia/Licenciatura (45,5%) e secretariado (40,5%). Também é possível verificar que nestes cursos em que houve maior proporção de classificados que solicitaram o auxílio da bolsa, o índice dos alunos classificados sem o auxílio é menor, exceto para o curso de Filosofia/Licenciatura no qual o índice de classificados que solicitaram a bolsa é de 45,5% e dos classificados que não solicitaram a bolsa é de 65,2%.

Tabela 4. Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que solicitaram auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2010.

Curso avaliado	TI	Com auxílio do bônus				Sem o auxílio do bônus			
		TI	TC	I_INSC	I_CLAS	TI	TC	I_INSC	I_CLAS
Biblioteconomia	122	51	24	41,8	47,1	71	21	58,2	29,6
Filosofia / Licenciatura	68	22	10	32,4	45,5	46	30	67,6	65,2
Secretariado	398	148	60	37,2	40,5	250	60	62,8	24,0
Dança / Licenciatura	80	28	11	35,0	39,3	52	19	65,0	36,5
Fonoaudiologia	89	23	9	25,8	39,1	66	21	74,2	31,8
Geografia / Licenciatura	361	143	55	39,6	38,5	218	45	60,4	20,6
Geografia / Bacharelado	250	76	29	30,4	38,2	174	51	69,6	29,3
Engenharia da Cartográfica	82	29	11	35,4	37,9	53	19	64,6	35,8
Ciências Sociais / Licenciatura	165	74	28	44,8	37,8	91	32	55,2	35,2
Música / Licenciatura	169	61	23	36,1	37,7	108	37	63,9	34,3

TI = Total de Inscritos; TC = Total de classificados; I_INSC = Índice de inscritos; I_CLAS = Índice de classificados.

Na figura 5 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que solicitaram auxílio, vestibular 2010.

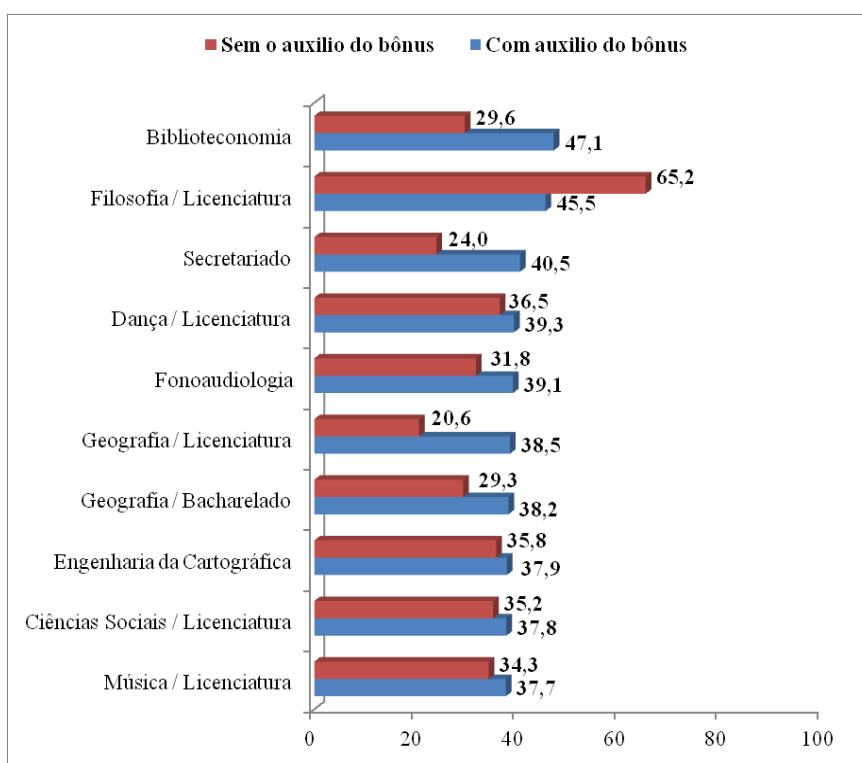


Figura 5. Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bonus dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que solicitaram auxílio do bônus, vestibular 2010.

Na tabela 5 temos a do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que solicitaram o auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2011. Através dela verifica-se que o curso com maior índice de classificação dos alunos que solicitaram auxílio da bolsa é o curso de Expressão Gráfica/Licenciatura (83,3%) seguido de Dança/Licenciatura (66,7%) e Ciências Atuariais (40,5%). Também é possível verificar que nestes cursos em que houve maior proporção de classificados que solicitaram o auxílio da bolsa, o índice dos alunos classificados sem o auxílio é menor, exceto para o curso de Dança/Licenciatura e Engenharia cartográfica no qual o índice de classificados que solicitaram a bolsa é de 66,7%, 47,1% e dos classificados que não solicitaram a bolsa é de 70% e 53,7%, respectivamente.

Tabela 5. Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que solicitaram auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2011.

Curso avaliado	TI	Com auxílio do bônus				Sem o auxílio do bônus			
		TI	TC	I_INSC	I_CLAS	TI	TC	I_INSC	I_CLAS
Expressão Gráfica / Licenciatura	21	6	5	28,6	83,3	15	12	71,4	80,0
Dança / Licenciatura	44	24	16	54,5	66,7	20	14	45,5	70,0
Ciências Atuariais	58	21	11	36,2	52,4	37	19	63,8	51,4
Engenharia da Cartográfica	118	51	24	43,2	47,1	67	36	56,8	53,7
Espanhol	144	78	36	54,2	46,2	66	24	45,8	36,4
Geografia / Bacharelado	217	89	41	41,0	46,1	128	39	59,0	30,5
Filosofia / Licenciatura	97	40	18	41,2	45,0	57	22	58,8	38,6
Física / Bacharelado	72	16	7	22,2	43,8	56	23	77,8	41,1
Biblioteconomia	131	60	26	45,8	43,3	71	19	54,2	26,8
Filosofia / Bacharelado	63	19	8	30,2	42,1	44	12	69,8	27,3

TI = Total de Inscritos; TC = Total de classificados; I_INSC = Índice de inscritos; I_CLAS = Índice de classificados.

Na figura 6 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que solicitaram auxílio, vestibular 2011.

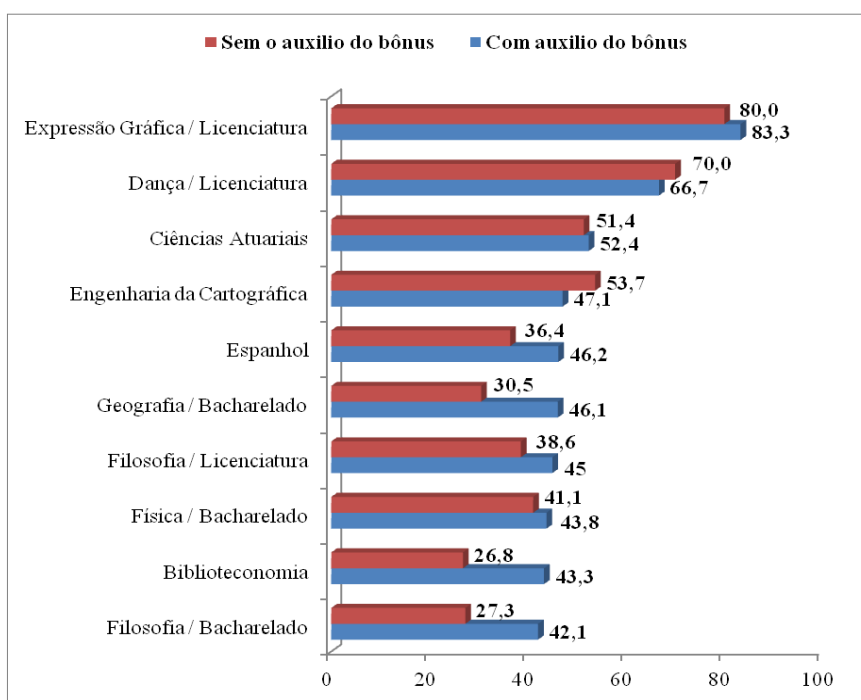


Figura 6. Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que solicitaram auxílio do bônus, vestibular 2011.

PELO PERCENTUAL DE INSCRITOS SEM BONUS

Na tabela 6 temos a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior proporção de não solicitações de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2010. Através dela observa-se que o curso com maior proporção de inscrito sem a solicitação do bônus, no vestibular de 2010, foi o curso de Oceanografia/Bacharelado, 90,0% dos concorrentes não usaram o auxílio. Em seguida vieram o curso de Expressão Gráfica/Licenciatura (89,5%) e Medicina (85,8%). Nos cursos de Oceanografia/Bacharelado, Medicina, Ciências Políticas/Relações Internacionais, Comunicação Social/Publicidade e propaganda, Design e Ciências da computação/Bacharelado o índice de candidatos classificados no vestibular para os que concorriam sem o auxílio foi maior que o índice de classificados que concorriam com o auxílio do bônus. Nos cursos expressão gráfica, física/bacharelado, hotelaria e arquitetura urbanismo a situação foi invertida, o índice de candidatos classificados no vestibular para os que concorriam com o auxílio do bônus foi maior que o índice de classificados que concorriam sem o auxílio do bônus.

Tabela 6. Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior proporção de inscritos sem a solicitação de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2010.

Curso avaliado	TI	Com auxílio do bônus				Sem o auxílio do bônus			
		TI	TC	I_INSC	I_CLAS	TI	TC	I_INSC	I_CLAS
Oceanografia / Bacharelado	120	12	2	10,0	16,7	108	23	90,0	21,3
Expressão Gráfica / Licenciatura	19	2	2	10,5	100,0	17	16	89,5	94,1
Medicina	4654	659	16	14,2	2,4	3995	124	85,8	3,1
Física / Bacharelado	104	16	5	15,4	31,3	88	25	84,6	28,4
Ciências Políticas / Relações Internacionais	550	93	5	16,9	5,4	457	45	83,1	9,8
Design	682	117	4	17,2	3,4	565	66	82,8	11,7
Comunicação Social / Publicidade e Propaganda	679	117	6	17,2	5,1	562	39	82,8	6,9
Ciência da Comp./ Bacharelado	955	172	9	18,0	5,2	783	91	82,0	11,6
Hotelaria	132	26	8	19,7	30,8	106	12	80,3	11,3
Arquitetura e Urbanismo	903	180	22	19,9	12,2	723	78	80,1	10,8

TI = Total de Inscritos; TC = Total de classificados; I_INSC = Índice de inscritos; I_CLAS = Índice de classificados.

Na figura 7 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior proporção de inscritos sem a solicitação de auxílio do bônus, vestibular 2010.

Percebe-se que mesmo nos cursos mais procurados pelos candidatos não optantes do bônus, os candidatos cotistas destacam-se em muitos deles, obtendo índices de aprovação consideráveis.

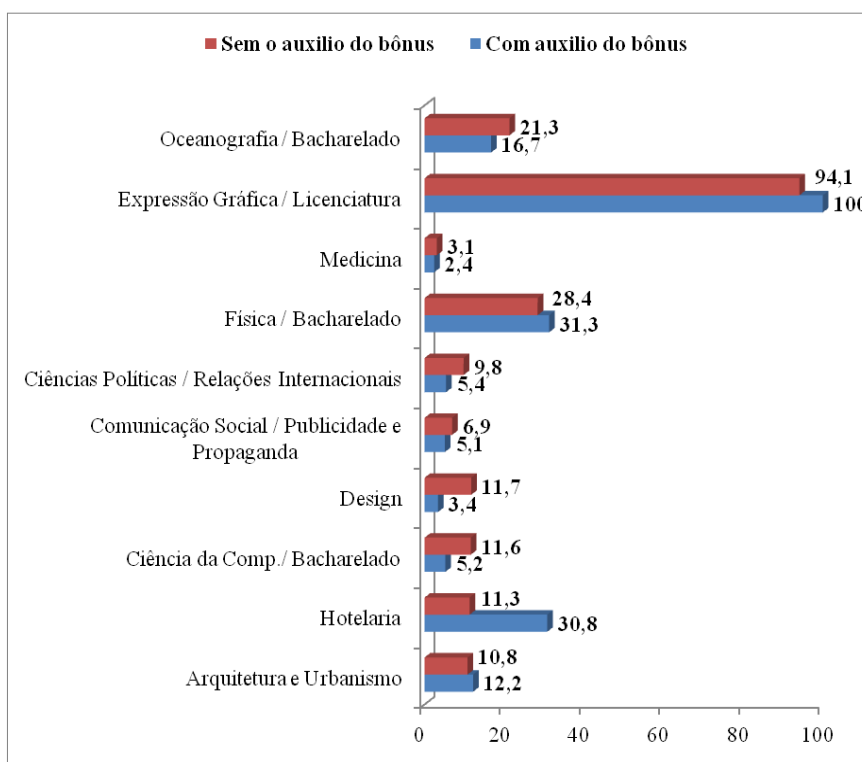


Figura 7. Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior proporção de inscritos sem a solicitação de auxílio do bônus, vestibular 2010.

Na tabela 7 temos a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior proporção de não solicitações de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2011. Através dela observa-se que o curso com maior proporção de inscrito sem a solicitação do bônus, no vestibular de 2010, foi o curso de Ciências Políticas / Relações Internacionais, 82,2% dos concorrentes não usaram o auxílio. Em seguida vieram o curso de Medicina (79,2%), Física / Bacharelado (77,8%) e Cinema (77,8%). Nos cursos de Ciências Políticas/Relações Internacionais, Medicina, Cinema, Letras/Bacharelado e Comunicação Social/Publicidade e Propaganda o índice

de candidatos classificados no vestibular para os que concorriam sem o auxílio foi maior que o índice de classificados que concorriam com o auxílio do bônus. Nos cursos Física/Bacharelado, História/Bacharelado, Ciências Econômicas e Design e Expressão Gráfica/Licenciatura a situação foi invertida, o índice de candidatos classificados no vestibular para os que concorriam com o auxílio do bônus foi maior que o índice de classificados que concorriam sem o auxílio do bônus.

Tabela 7. Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior proporção de inscritos sem a solicitação de auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2011.

Curso avaliado	TI	Com auxílio do bônus				Sem o auxílio do bônus			
		TI	TC	I_INSC	I_CLAS	TI	TC	I_INSC	I_CLAS
Ciências Políticas / Relações Internacionais	444	79	8	17,8	10,1	365	42	82,2	11,5
Medicina	4194	873	18	20,8	2,1	3321	122	79,2	3,7
Física / Bacharelado	72	16	7	22,2	43,8	56	23	77,8	41,1
Cinema	261	58	7	22,2	12,1	203	43	77,8	21,2
Letras/Bacharelado	91	21	4	23,1	19,0	70	26	76,9	37,1
História/bacharelado	208	52	19	25,0	36,5	156	36	75,0	23,1
Ciências Econômicas	409	105	31	25,7	29,5	304	89	74,3	29,3
Design	538	142	20	26,4	14,1	396	50	73,6	12,6
Comunicação Social / Publicidade e Propaganda	714	204	4	28,6	2,0	510	41	71,4	8,0
Expressão Gráfica / Licenciatura	21	6	5	28,6	83,3	15	12	71,4	80,0

TI = Total de Inscritos; TC = Total de classificados; I_INSC = Índice de inscritos; I_CLAS = Índice de classificados.

Na figura 8 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior proporção de inscritos sem a solicitação de auxílio do bônus, vestibular 2011.

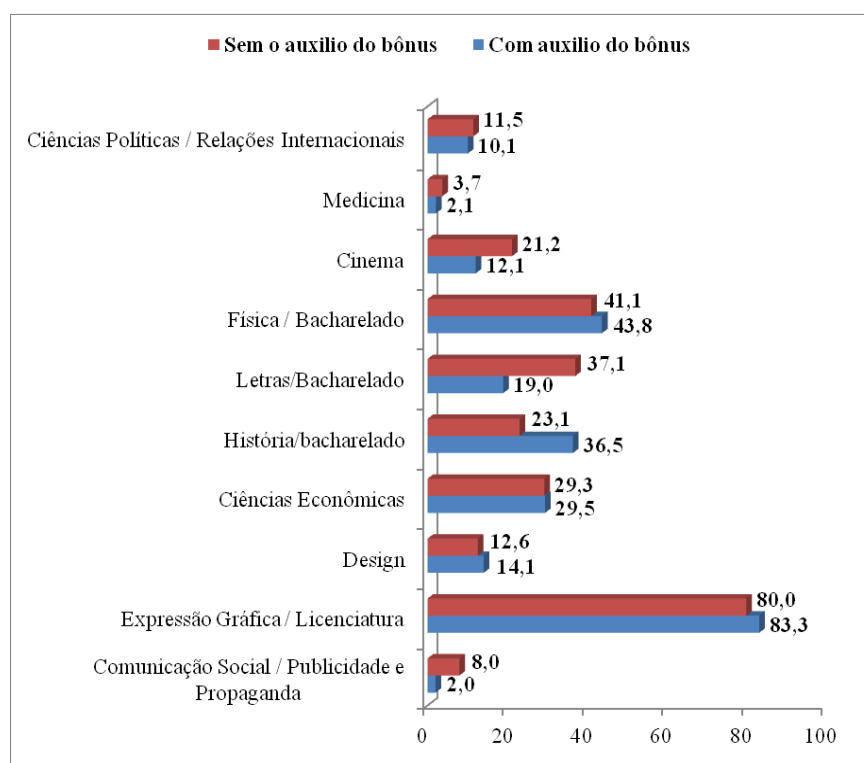


Figura 8. Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior proporção de inscritos sem a solicitação de auxílio do bônus, vestibular 2011.

PELO PERCENTUAL DE CLASSIFICADOS SEM BONUS

Na tabela 8 temos a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que não solicitaram auxílio do bônus, vestibular 2010. Através dela verifica-se que o curso com maior índice de classificação dos alunos que não solicitaram auxílio da bolsa é o curso de Filosofia / Licenciatura (65,2%) seguido de Letras - Espanhol (58,0%) e Ciências Atuariais (38,7%). Nos cursos de Ciências Filosofia/Licenciatura, Ciências Atuarias, Filosofia/Bacharelado e Museologia/Bacharelado o índice de candidatos classificados no vestibular para os que concorriam sem o auxílio foi maior que o índice de classificados que concorriam com o auxílio do bônus. Nos cursos Letras - Espanhol, Dança/Licenciatura, Engenharia da cartográfica, Ciências Sociais/Licenciatura, Música/Licenciatura e Fonoaudiologia a situação foi invertida, o índice de candidatos classificados no vestibular para os que concorriam com o auxílio do bônus foi maior que o índice de classificados que concorriam sem o auxílio do bônus.

Tabela 8. Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que não solicitaram auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2010.

Curso avaliado	TI	Com auxílio do bônus				Sem o auxílio do bônus			
		TI	TC	I_INSC	I_CLAS	TI	TC	I_INSC	I_CLAS
Filosofia / Licenciatura	68	22	10	32,4	45,5	46	30	67,6	65,2
Letras - Espanhol	102	33	20	32,4	60,6	69	40	67,6	58,0
Ciências Atuariais	78	16	6	20,5	37,5	62	24	79,5	38,7
Filosofia / Bacharelado	58	17	5	29,3	29,4	41	15	70,7	36,6
Dança / Licenciatura	80	28	11	35,0	39,3	52	19	65,0	36,5
Engenharia da Cartográfica	82	29	11	35,4	37,9	53	19	64,6	35,8
Ciências Sociais / Licenciatura	165	74	28	44,8	37,8	91	32	55,2	35,2
Música / Licenciatura	169	61	23	36,1	37,7	108	37	63,9	34,3
Fonoaudiologia	89	23	9	25,8	39,1	66	21	74,2	31,8
Museologia / Bacharelado	97	34	10	35,1	29,4	63	20	64,9	31,7

TI = Total de Inscritos; TC = Total de classificados; I_INSC = Índice de inscritos; I_CLAS = Índice de classificados.

Na figura 9 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que não solicitaram auxílio do bônus, vestibular 2010.

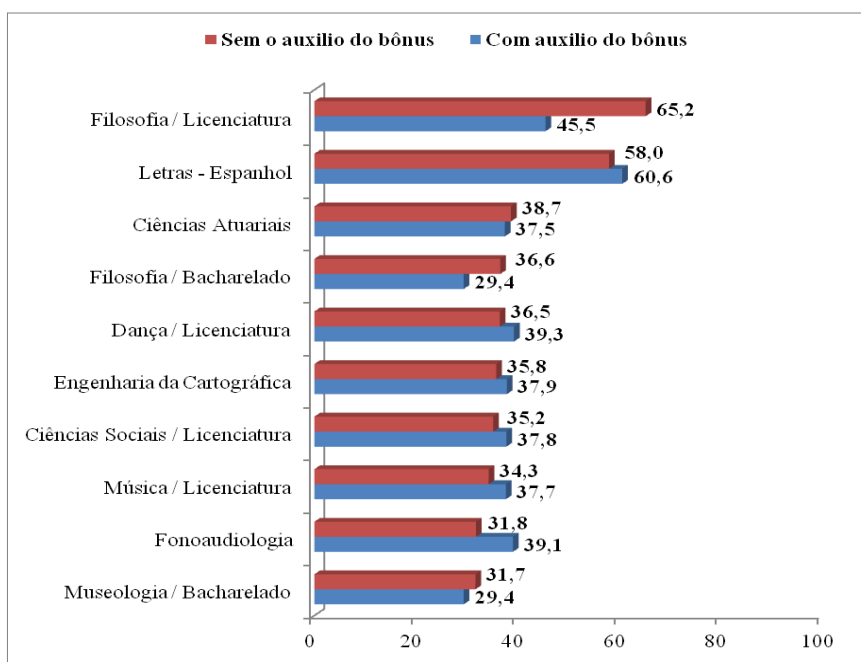


Figura 9. Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que não solicitaram auxílio do bônus, vestibular 2010.

Na tabela 9 temos a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que não solicitaram auxílio do bônus, vestibular 2011. Através dela verifica-se que o curso com maior índice de classificação dos alunos que não solicitaram auxílio da bolsa é o curso de Expressão Gráfica / Licenciatura (80,0%) seguido de Dança / Licenciatura (70,0%) e Engenharia da Cartográfica (53,7%). Nos cursos de Ciências Dança/Licenciatura, Engenharia Cartográfica, Ciências Sociais, Artes visuais e Letras/bacharelado o índice de candidatos classificados no vestibular para os que concorriam sem o auxílio foi maior que o índice de classificados que concorriam com o auxílio do bônus. Nos cursos Expressão gráfica/Licenciatura, Ciências Atuariais, Física/Bacharelado, Secretariado e Filosofia/Licenciatura a situação foi invertida, o índice de candidatos classificados no vestibular para os que concorriam com o auxílio do bônus foi maior que o índice de classificados que concorriam sem o auxílio do bônus.

Tabela 9. Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que não solicitaram auxílio do bônus segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2011.

Curso avaliado	TI	Com auxílio do bônus				Sem o auxílio do bônus			
		TI	TC	I_INSC	I_CLAS	TI	TC	I_INSC	I_CLAS
Expressão Gráfica / Licenciatura	21	6	5	28,6	83,3	15	12	71,4	80,0
Dança / Licenciatura	44	24	16	54,5	66,7	20	14	45,5	70,0
Engenharia da Cartográfica	118	51	24	43,2	47,1	67	36	56,8	53,7
Ciências Atuariais	58	21	11	36,2	52,4	37	19	63,8	51,4
Ciências Sociais / Licenciatura	143	76	26	53,1	34,2	67	34	46,9	50,7
Física / Bacharelado	72	16	7	22,2	43,8	56	23	77,8	41,1
Artes Visuais	93	42	15	45,2	35,7	51	20	54,8	39,2
Secretariado	301	176	71	58,5	40,3	125	49	41,5	39,2
Filosofia / Licenciatura	97	40	18	41,2	45,0	57	22	58,8	38,6
Letras/Bacharelado	91	21	4	23,1	19,0	70	26	76,9	37,1

TI = Total de Inscritos; TC = Total de classificados; I_INSC = Índice de inscritos; I_CLAS = Índice de classificados.

Na figura 10 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que não solicitaram auxílio do bônus, vestibular 2011.

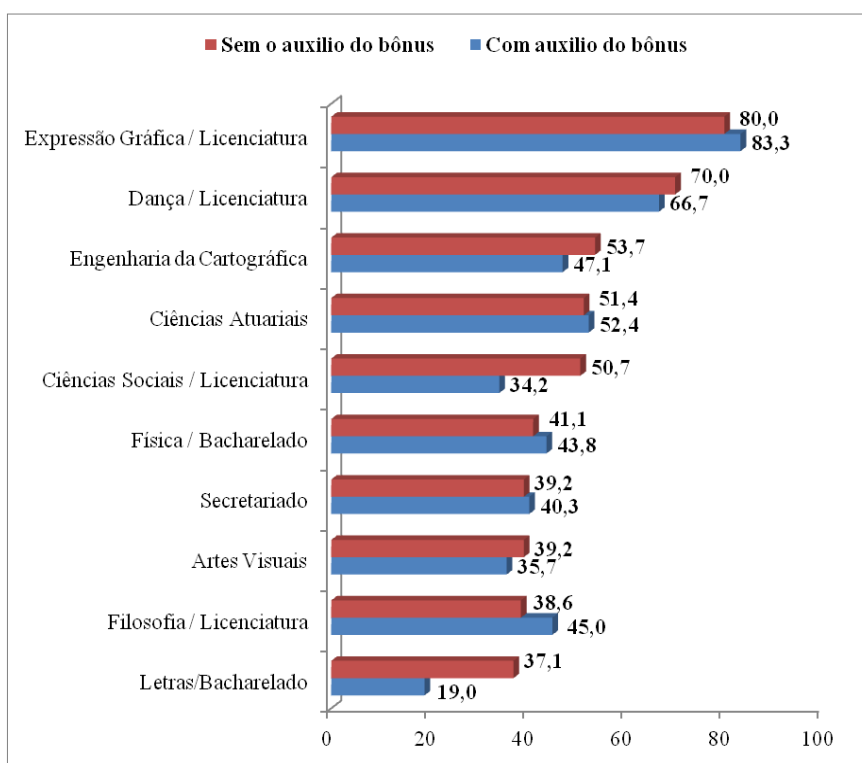


Figura 10. Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bonus dos dez cursos com maior classificação dos candidatos que não solicitaram auxílio do bônus, vestibular 2011.

PELO TOTAL DE INSCRITOS

Na tabela 10 temos a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior número de inscritos, vestibular 2010. Através dela verifica-se que o curso mais concorrido do vestibular é o curso de Medicina (4654 inscritos) seguido de Direito (4513 inscritos) e Administração (2247 inscritos). Nos cursos de Medicina, Direito, Administração e Ciência da computação/Bacharelado o índice de candidatos classificados no vestibular para os que concorriam sem o auxílio foi maior que o índice de classificados que concorriam com o auxílio do bônus. Nos cursos Ciências contábeis, Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem, Pedagogia e Odontologia a situação foi invertida, o índice de candidatos classificados no vestibular para os que concorriam com o auxílio do bônus foi maior que o índice de classificados que concorriam sem o auxílio do bônus.

Tabela 10. Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior número de inscritos segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2010.

Curso avaliado	TI	Com auxílio do bônus				Sem o auxílio do bônus			
		TI	TC	I_INSC	I_CLAS	TI	TC	I_INSC	I_CLAS
Medicina	4654	659	16	14,2	2,4	3995	124	85,8	3,1
Direito	4513	930	36	20,6	3,9	3583	189	79,4	5,3
Administração	2247	492	30	21,9	6,1	1755	170	78,1	9,7
Ciências Contábeis	1283	364	72	28,4	19,8	919	148	71,6	16,1
Psicologia	1062	339	29	31,9	8,6	723	51	68,1	7,1
Fisioterapia	1060	229	15	21,6	6,6	831	51	78,4	6,1
Enfermagem	1041	257	25	24,7	9,7	784	55	75,3	7,0
Pedagogia	1019	454	137	44,6	30,2	565	113	55,4	20,0
Odontologia	1011	208	30	20,6	14,4	803	110	79,4	13,7
Ciência da Comp./ Bacharelado	955	172	9	18,0	5,2	783	91	82,0	11,6

TI = Total de Inscritos; TC = Total de classificados; I_INSC = Índice de inscritos; I_CLAS = Índice de classificados.

Na figura 11 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior número de inscritos, vestibular 2010.

Segundo os dados apresentados na figura 11, em 6 dos 10 cursos mais concorridos do vestibular da UFPE, os alunos optantes do bônus, alcançaram índices de aprovação superior aos alunos não contistas.

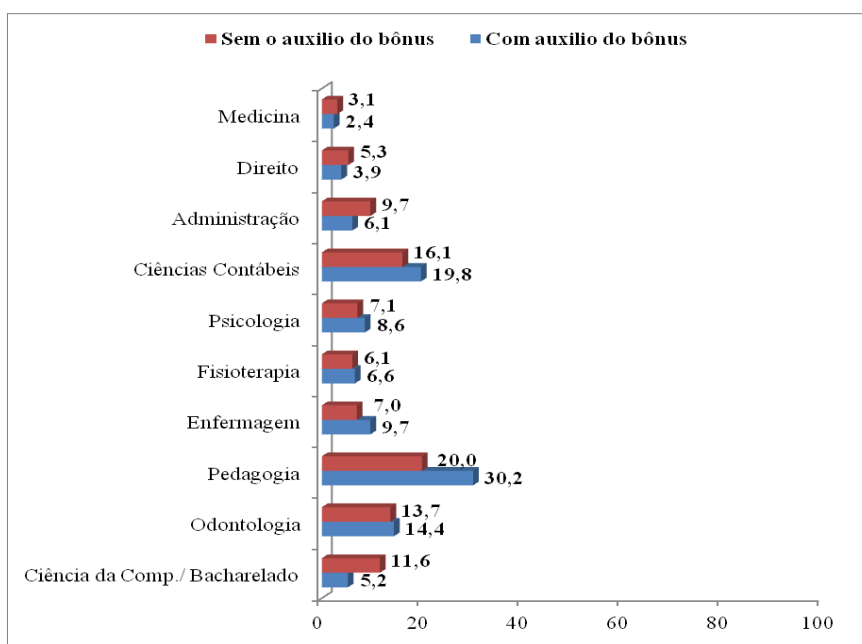


Figura 11. Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bonus dos dez cursos com maior número de inscritos, vestibular 2010.

Na tabela 11 temos a distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior número de inscritos, vestibular 2011. Através dela verifica-se que o curso mais concorrido do vestibular é o curso de Direito (4321 inscritos) seguido de Medicina (4194 inscritos) e Administração (1878 inscritos). Nos cursos de Direito, Medicina, Administração, Odontologia, Fisioterapia, Psicologia, arquitetura e Urbanismo e Enfermagem o índice de candidatos classificados no vestibular para os que concorriam sem o auxílio foi maior que o índice de classificados que concorriam com o auxílio do bônus. Nos cursos Ciência contábeis e Serviço Social a situação foi invertida, o índice de candidatos classificados no vestibular para os que concorriam com o auxílio do bônus foi maior que o índice de classificados que concorriam sem o auxílio do bônus.

Tabela 11. Distribuição do total de inscritos (TI), total de classificados (TC), índice de inscritos (I_INSC) e o índice de classificados (I_CLAS) dos dez cursos com maior número de inscritos segundo a condição de seleção dos candidatos, vestibular 2011.

Curso avaliado	TI	Com auxílio do bônus				Sem o auxílio do bônus			
		TI	TC	I_INSC	I_CLAS	TI	TC	I_INSC	I_CLAS
Direito	4321	1311	66	30,3	5,0	3010	184	69,7	6,1
Medicina	4194	873	18	20,8	2,1	3321	122	79,2	3,7
Administração	1878	678	45	36,1	6,6	1200	155	63,9	12,9
Ciências Contábeis	1119	451	94	40,3	20,8	668	126	59,7	18,9
Odontologia	1057	355	40	33,6	11,3	702	100	66,4	14,2
Fisioterapia	996	437	22	43,9	5,0	559	44	56,1	7,9
Psicologia	971	464	29	47,8	6,3	507	51	52,2	10,1
Arquitetura e Urbanismo	968	300	23	31,0	7,7	668	77	69,0	11,5
Enfermagem	918	446	33	48,6	7,4	472	47	51,4	10,0
Serviço Social	827	463	68	56,0	14,7	364	52	44,0	14,3

TI = Total de Inscritos; TC = Total de classificados; I_INSC = Índice de inscritos; I_CLAS = Índice de classificados.

Na figura 12 temos o gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bônus dos dez cursos com maior número de inscritos, vestibular 2011.

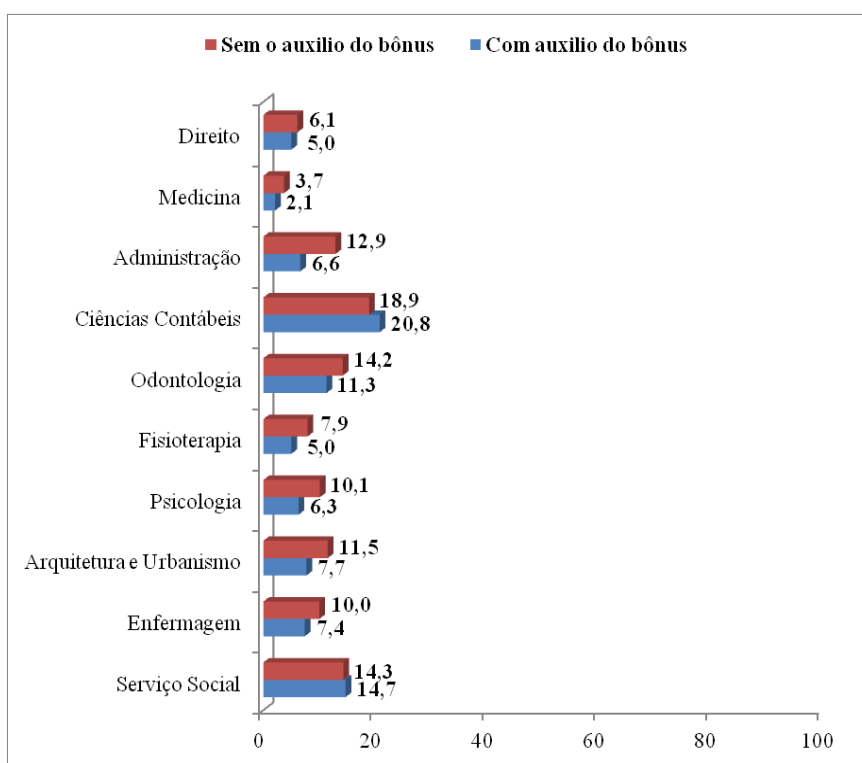


Figura 12. Gráfico da distribuição do índice de classificados segundo a solicitação ou não do bonus dos dez cursos com maior número de inscritos, vestibular 2011.

Diante dos dados apresentados, verificamos que os alunos inscritos nos vestibulares em estudo possuem autonomia em suas escolhas, independente das ações afirmativas, e dentro de suas escolhas, percebe-se que os mesmos veem obtendo sucesso, segundo Severino (2007:18) vivenciamos, na atualidade, um sujeito livre em seu próprio destino, sem moldes previamente traçados.

Evidente que o vestibular trata-se de um concurso, extremamente concorrido, e que por sua própria natureza é um mecanismo de disputa, de rivalidade, de competição, sendo estes aspectos potencializados quando vivemos em um mundo globalizado, onde para Sacavino (2003) “o outro é um adversário em potencial, concorrente ou até inimigo notando-se, assim, uma promoção do individualismo dentro do processo de globalização.”

Outrossim, Delors (2012:202) remete que devemos viver em “um mundo baseado na solidariedade e, não na destruição mútua.”

Percebe-se que as cotas sevem para proporcionar acessibilidade ao conhecimento, e por consequência, auxilia na formação da identidade do indivíduo, neste sentido, Castells (2010) remete que “ em um mundo de fluxos globais de

riquezas, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social.”

Em consonância com os dados, onde observa-se o ingresso dos alunos oriundos de escolas públicas no vestibular da UFPE, Bobbio (2010:39) afirma que “o sentido da história é a igualdade entre os homens. Senão não tem sentido, é uma absurda loucura.

3.2. Análise e Resultados Qualitativos

3.2.1. Perfil dos Entrevistados

AP1 está com 18 anos de idade, sempre estudou em escola pública, vez vestibular para curso de estatística sendo aprovada na primeira oportunidade. Afirma que utilizou o bônus de 10% em sua nota e que mesmo sem tal benefício, teria sido aprovada no curso escolhido.

AP2 está com 22 anos de idade, sempre estudou em escola pública, prestou vestibular para o curso de publicidade e propaganda por duas vezes, sendo aprovado na segunda oportunidade, utilizando-se do bônus de 10% em sua nota, nas duas vezes que prestou o vestibular.

AP3 está com 20 anos de idade, até a 7ª série estudou em uma escola particular, ingressando a partir da 8ª série em uma escola pública. Prestou vestibular uma vez para o curso de direito, sendo aprovado nesta oportunidade, utilizando-se do bônus de 10% em sua nota, afirmando que mesmo sem a utilização do referido benefício teria sido aprovado no vestibular. Encontra-se cursando o 6º período do curso de direito.

AP4 está com 22 anos de idade, sempre estudou em escola pública, tendo prestado vestibular, por duas vezes, para o curso de licenciatura em geografia, sendo aprovado na segunda oportunidade, tendo se utilizado do bônus de 10% nas duas vezes que prestou vestibular. Afirma que na segunda vez que prestou vestibular, teria sido aprovado, mesmo sem a utilização do bônus. Encontra-se cursando o 4º período do curso.

AP5 está com 18 anos, sempre estudou em escola pública, tendo prestado

vestibular uma única vez, sendo aprovado no curso de ciências contábeis, utilizando-se do bônus de 10% em sua nota. Afirma que mesmo se não utilizasse o bônus, teria sido aprovado. Encontra-se cursando o 2º período do curso.

NAP1 está com 18 anos de idade, estudou em escola pública por 07 anos. Tendo prestado vestibular para o curso de administração, uma única vez, e mesmo utilizando-se do bônus de 10% em sua nota, não conseguiu a aprovação.

NAP2 está com 23 anos de idade, sempre estudou em escola pública e prestou vestibular por duas vezes, sendo a primeira para o curso de psicologia e a segunda para o curso de engenharia civil, utilizando-se do bônus de 10% em sua nota, nas duas oportunidades e mesmo assim não conseguiu ser aprovados em nenhum dos dois cursos.

NAP3 está com 35 anos, sempre estudou em escola pública, tendo prestado vestibular por quatro vezes, sendo três delas para o curso de pedagogia e uma delas para o curso de secretariado, e mesmo utilizando-se do bônus de 10% em sua nota, nas quatro vezes em que prestou vestibular, não fora aprovada em nenhum dos dois cursos.

NAP4 está com 21 anos, sempre estudou em escola pública, tendo prestado vestibular por duas vezes, sendo as duas oportunidades para o curso de administração, e mesmo utilizando-se do bônus de 10% em sua nota, nas duas vezes que prestou vestibular, não conseguiu a aprovação.

NAP5 está com 24 anos de idade, sempre estudou em escola pública, prestou vestibular para o curso de bacharelado em geografia e mesmo utilizando-se do bônus de 10% em sua nota não conseguiu a aprovação.

3.2.2. Formação Discursiva (FD) – Globalização

A globalização é um processo avassalador vivenciado nos dias atuais, que segundo Giddens(2000), além de muito novo é um fenômeno revolucionário, sendo um erro afirmar que a globalização é um fenômeno meramente econômico, tendo em vista a pulsante característica da política, tecnológica e cultural, além, segundo o teórico, de econômica.

Quando interrogado sobre a formação discursiva em estudo, AP1 expõe que globalização seria uma forma de interação, onde não existem fronteiras, e todo mundo seria uma coisa só. Para Candau (2003) a globalização influencia na nossa vida cotidiana, no nosso modo de pensar o tempo e o espaço, ideia que corrobora com o

pensamento de Hall(2000) : “Uma de suas características principais é a “compressão espaço-tempo”, a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias são mais curtas”.

Podemos perceber que AP1 denota um conceito geográfico de globalização quando afirma que este fenômeno culmina para uma mundialização onde não haveriam fronteiras entre países, sendo um Mundo um grande país, ao mesmo passo que apresenta uma visão social do conceito ao afirmar que o fenômeno em estudo causa uma interação entre as pessoas, tornando-as, inclusive, iguais, onde podemos perceber que para este sujeito, dentro do contexto elencado, a globalização seria uma forma de inclusão. Contudo, o sujeito, ora entrevistado, não consegue conceber qualquer relação este a globalização e o sistema de cotas.

Em seu discurso, AP2 alude que a globalização, no Brasil, seria um caos, não trazendo maiores detalhes do que seria o caos para ele e nem porque trata o tema com tanto extremismo. Ao mesmo passo que nos remonta a tais afirmativas, AP2 argumenta que tenta terminar seu curso em outro país, não percebendo que diante de tal tentativa, encontra-se submerso na globalização, miscigenando culturas e buscando aprimoramento de seus conhecimentos em outros locais, ao mesmo tempo em que ofertará os conhecimentos aqui adquiridos, por ele, aos demais. Severino(2007) afirma que estamos diante de um homem em plena formação, livre e desraigado de formas pré existentes, buscando a construção de sua formação, sendo exatamente isso que almeja o sujeito AP2. Este entrevistado também não consegue observar qualquer relação entre a globalização e o sistema de cotas.

No que tange ao sujeito AP3 o mesmo tem um conceito de globalização afirmando que o tema envolve vários aspectos, mas que quando se fala em educação, este fenômeno serve para democratizar o conhecimento, tornando mais acessível as informações e desta forma, por consequência, seria uma ferramenta de inclusão. Alega que a globalização se faz presente em sua vida, no instante em que abre seu aparelho celular, conecta-se a internet e usufrui da rede, afirmando que neste ato, sente-se incluído, contudo, também não consegue relacionar a globalização com o sistema de cotas.

Assim, em seu discurso, para Giddens (2000) a globalização não afeta apenas os grandes sistemas, ela possui interferência direta na vida dos indivíduos, altera o cotidiano das pessoas.

Se observarmos o discurso proferido por AP3 podemos perceber que o mesmo

ênfatiza que a globalização apresenta-se como fator preponderante para a democratização da educação, discurso semelhante ao de AP2, sob aspectos distintos, tendo em vista que AP2 busca usufruir das consequências oriundas da globalização, tentando alcançar o patamar da democratização da educação em outros países, sem se dar conta de que estaria envolto ao fenômeno.

Em sua fala, AP4 utilizando-se de argumento semelhantes ao de AP1, contempla a globalização como uma forma de integração, de inclusão das pessoas do mundo, mas vai mais além ao afirmar que o sistema capitalista é fator importante nesta integração e caminha junto a globalização. Apresenta que as cotas seriam uma forma das pessoas de baixa rendas ingressarem na Universidade, não trazendo fundamentos concretos para tal comparação, reportando-se a um pensamento vago e frágil. Segundo Delors(2012) devemos somar esforços para construção de mundo baseado no solidariedade e não da destruição mutua, ou seja, um mundo globalizado, contudo com pessoas inclusas na sociedade, como preconiza o sujeito AP4.

Podemos perceber, analisando os pensamentos de AP5 que este sujeito concebe o conceito de globalização, interligado a fatores de cunho social, contudo de uma forma muito imprecisa e objetiva, limitando-se a afirmar que a vida social possui relação com a globalização, sem nos apresentar argumentos plausíveis capazes de convencer quais os fundamentos que o levaram a tal convicção. O sujeito AP5, não percebe qualquer relação entre a globalização e o sistema de cotas.

Para o sujeito NAP1 a globalização encontra-se intimamente ligada ao desenvolvimento, em seu discurso o entrevistado fora incisivo: “ globalização é desenvolvimento!” Trouxe ainda que este fenômeno, ao longo do tempo, vai aprimorando os conhecimento, contudo não nos deu suporte para fundamentar sua avaliação, limitando-se a proceder a afirmativa, sem maiores explicações, contudo, seu discurso, na essência do que acredita-se que quis dizer, assemelha-se com outros aqui estudados, em uma visão de que a globalização é uma mola propulsora de acessibilidade a novos conhecimentos. O entrevistado não relaciona o sistema de cotas com a globalização.

O sujeito NAP2 faz uma explanação mais extensa sobre globalização afirmando que trata-se de uma fenômeno ao qual estamos vivenciando neste instante, que nos propicia usufruir de novas tecnologias com celeridade, tendo em vista a ausência de fronteiras, mas remete que estes benefícios estão relacionados a alguns males, como o desgaste dos recursos naturais, uma preocupação latente no discurso de NAP2, que fora

um único entrevistado a mencionar tal aspecto em seu discurso. Argumenta ainda que a globalização visa uma unificação de culturas, tendo em vista a influencia que algumas culturas dominantes veem exercendo sobre outras. “A globalização se refere, essencialmente, a este processo de alongamento, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredam através da superfície da terra como um todo” (Giddens, 1991:63)

Em contra partida ao discurso de NAP2, ao mesmo passo que vivencia-se, mundialmente, o fenômeno da globalização, grande são as buscas pelo resgate de uma identidade própria, gerando dentro da realidade global, um realidade glocal, explicada por Sacavino (2003:16) nos seguintes moldes: “A cidadania glocal cria uma cultura democrática dos direitos das pessoas, grupos e povos que exige iniciativas autônomas e horizontais em cada latitude, fortalecimento próprio de cada grupo, ao invés de concentração de poder.” Giddens (2000), aponta a globalização como um fenômeno capaz de fazer reaparecer identidades culturais em diversas partes do mundo, alude, o autor, que o nacionalismo local evidencia-se frente às tendências globalizantes, sendo uma resposta direta às mesmas.

O sujeito NAP3, demonstrou-se bastante inseguro quanto ao tema, tendo pensando muito antes de responder que a globalização se dá quando todos possuem acesso ao conteúdo, não informando que conteúdo seria este, levando-nos a acreditar que o entrevistado, comungando do mesmo pensamento de outros percebe a globalização como um facilitador de acesso ao conhecimento.

Apresenta seu discurso, o sujeito NAP4, sob um prisma social, aludindo que a globalização não refere-se apenas a mercado, onde possivelmente afirma que a globalização não é apenas econômica, mas também social, remete que o relacionamento entre as pessoas, independente de qualquer contexto, é uma forma de globalização, aludindo que seu convívio dentro da sociedade é também globalização, relacionando, se forma indireta, a globalização como uma forma de inclusão, assim como outros entrevistados também denotaram. Neste diapasão, para o entrevistado NAP4, a globalização é um fenômeno de caráter não apenas mundial, mas também pessoal, tendo em vista que envolve a relação entre pessoas.

Giddens (2000), afirma que torna-se um erro pensar que a globalização é algo que diz respeito, tão somente a grandes sistemas, ao contrário, para ele a globalização afeta, também a intimidade dos indivíduos, é algo particular, individual, um fenômeno interior, o qual influencia, diretamente, em aspectos pessoais de nossas vidas.

O sujeito NAP5 caracteriza sua fala arguindo que a globalização seria uma forma de integração entre os povos, através do mercado de trabalho, aludindo que a sociedade vive em torno do sistema capitalista, através de um bloco econômico. Remete que a globalização também seria uma possibilidade de acesso a novas culturas.

APROVADOS
FD - Globalização

Entrevistados	Depoimentos
AP1	Bom, com a globalização as pessoas interagem de uma forma mais prática... é assim a globalização. Não existem fronteiras para as pessoas, junta todo mundo e todo mundo é a mesma coisa... veja bem, eu teria um contato com pessoas de outros estados que faz o mesmo curso que o meu ,a gente troca ideias troca perguntas soluções isso para mim que é a globalização... não pode ter relação mas eu num sei defini-la.
AP2	Globalização... olhe eu vou falar um pouco do Brasil, na minha concepção no Brasil, é um caos e tanto que até hoje eu tenho que fazer provas e tentar mudar o meu curso para fora do Brasil, para conhecer um pouco mais lá fora do que dentro do Brasil que é um país que não mais me enche a visão.
AP3	O fenômeno da globalização, tem vários aspectos, mas o aspecto educacional que é o que agente está tratando é uma forma de democratizar o conhecimento... então a globalização influencia nesse aspecto educacional, qualquer pessoal pode ter inclusão... em todo momento eu abri meu celular e entrar na internet já estou usufruindo dessa inclusão.
AP4	Globalização seria uma forma de incluir todo mundo ,no atual momento em que a sociedade vive... no caso no sistema capitalista todo mundo integrado nisso... a questão da universalização não é? A integração e a oportunidade para que as pessoas de baixa renda entre na Universidade
AP5	Na minha vida social, eu acho que tem haver com a globalização.

Quadro 1 - Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (aprovados) na FD “Globalização”.

Fonte: Entrevista realizada (2011).

NÃO APROVADOS
FD - Globalização

Entrevistados	Depoimentos
NAP1	Globalização é desenvolvimento... globalização vai aprimorando mais o conhecimento.
NAP2	Globalização é o que a gente esta vivendo agora... com a globalização o avanço da tecnologia aumenta também os desgastes dos recursos naturais... a globalização trás uma unificação dos países...

NAP3	Globalização... quando todos tem acesso a esse conteúdo.
NAP4	Globalização não é só o mercado não é só mundo, globalização é você viver dentro daquela sociedade que você participa.
NAP5	Globalização seria o mundo todo, através do capitalismo ,uma interação entre os povos no mundo através do mercado de trabalho...seria um bloco econômico... o mundo vive em volta de um capitalismo na sociedade.

Quadro 2 - Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (não aprovados) na FD “Globalização”.

Fonte: Entrevista realizada (2011).

3.2.3. Formação Discursiva (FD) - Exclusão

“Exclusão” seria o ato de deixar de fora, de não incluir algo ou alguém. É o não fazer parte de um todo social, todavia, não por livre vontade, mas, por imposição da condição à qual está atrelado o indivíduo que sofre a exclusão.

Ao ser indagado o sujeito AP1 sobre “exclusão”, o mesmo indica caminhos óbvios para o sentido da palavra: “exclusão vem de excluir, não é?”, no entanto, acrescenta: “Exclusão social seria uma pessoa excluída da sociedade.”: conclusão, também beirando a obviedade, sem muita reflexão sobre a temática. Todavia, quando a questão de incluir ou excluir referentes à entrada na Universidade pública pelas cotas, o mesmo sujeito se porta incluído: “não tenho vergonha de falar para os meus colegas de classe que, eu vindo de escola pública, eu tenho cotas”. Como não há reflexão do entrevistado sobre o que é a exclusão, ficamos sem objetividade para as referências de saber se o mesmo se sente realmente incluído através do percentual das cotas.

Quando questionado, AP2, sobre exclusão, o mesmo se porta como desconhecedor da matéria – “não conheço muito esses negócios” – sem, também, nos dar a devida referência do que seria, para ele, o ato exclusivo ou inclusivo. Assim, opta o sujeito AP2 pelo silêncio, preconizado por Orlandi (2005), omitindo-se quanto ao tema sem deixar vestígios do motivo da ausência de fala. Todavia, para o mesmo, as cotas não são inclusivas, diferenciando-se, assim, do sujeito AP1. Por ter partilhado das dificuldades da escola pública, o mesmo indica que o sistema público de escolas o faz excluído: “se eu dependesse da escola pública, não passaria na Federal”. O entrevistado aponta que precisou de um “cursinho ótimo” para obter o ingresso à Universidade pública. Ainda em 1973, Ianni já apontava as idéias o estudante, quanto ao vestibular, e dizia:

O sucesso do estudante no exame vestibular tem sido associado, pelo próprio estudante, à realização ou não de cursinho. O estudante mais bem informado sobre o que se ensina no cursinho e o que se pede para exame no ingresso em faculdades sabe que o cursinho funciona, em última instância, como uma agência de transmissão de técnicas de exames. Além do mais os custos do cursinho para o estudante ou sua família são elevados. Às vezes, representa uma sobrecarga para o orçamento doméstico da família que já mantém o estudante em curso secundário pago. Portanto, a frequência á cursinho é também um indicador indireto da situação econômica do estudante. (IANNI, 2004, p. 275)

Mesmo que Octavio Ianni se remeta aos problemas de uma classe que se sacrifica para pagar colégio e curso pré-vestibular, o seu texto também pode ser aplicado à condição do sujeito AP2, posto que o mesmo encontra-se com a mesma mentalidade, recorrente desde a década de 1970 até os nossos dias, da necessidade do cursinho para o ingresso na universidade pública. Mas, não apenas isso: se não há dinheiro para o pagar os estudo secundários, é necessário havê-lo para o cursinho. Ainda é perceptível em AP2 o valor dado ao investimento no cursinho pré-vestibular, em detrimento das cotas, e também, do ensino público. Segundo o mesmo, só alcançou o objetivo através dos estudos fora do sistema público de ensino secundário.

Em AP3, a questão da exclusão passa pela falta de acesso ao que não seria disponível para todos, mesmo sem o sujeito ter dado indicativos do que seria disponível, ou, neste caso, indisponível. Quando reflete sobre as cotas junto ao processo de exclusão, as mesmas visam solucionar um problema que não está na simplificação da matéria, todavia, no cerne da intenção pública: a educação oferecida pelo sistema do governo. Quanto ao próprio ingresso na Universidade pública, AP3 expressa que a nota auxiliada pela cota apenas serviu como um cosmético para o seu ego, já que teria ingressado à mesma, sem a ajuda do adicional dos 10%. Para ele, ainda, as cotas ligadas à Universidade de Pernambuco (UPE), diferentemente da UFPE, seriam mais eficazes, pelo processo donde vagas são reservadas aos alunos oriundos do sistema público de ensino.

O sujeito AP4, sem muito a acrescentar em suas ideias sobre a inclusão ou exclusão, ofereceu uma brevíssima reflexão, um tanto tangente, donde o processo de exclusão estaria ligado a jamais incluir em trabalhos sociais, divergindo da ideia principal do que seria realmente a exclusão social. Para ele, as cotas seriam eficazes na inclusão, já que, ele mesmo, havia se beneficiado, sentindo-se incluído. Para Paugam (2009), quanto mais tempo o indivíduo encontra-se excluído da sociedade, mais ele necessita de amparo e assistência social. O sujeito em questão só consegue o ingresso à

Universidade na segunda tentativa de entrada, mesmo tendo utilizado o sistema de cotas na primeira, sem obter o esperado sucesso.

AP5, sem definir ou, ao menos, procurar definir exclusão, apenas coloca que seria o aluno que não tem as mesmas coisas que os outros, levando a exclusão para um viés puramente econômico, donde, ao que leva a parecer, que o mesmo não reflete sobre o problema do excluído por volta da sociedade, mesmo porque, para Sawaia (2009:09) exclusão não é um processo de simples análise, mas bastante complexo, cheio de dimensões, e composto por fatores diversos. O sujeito AP5 diz que as cotas são inclusão, já que os 10% adicionados à nota real pode ajudar o aluno a entrar na faculdade. Todavia, para ele, o problema a ser resolvido está na escola pública, sendo, nesse ponto, a discussão aproximada à temática levantada por AP3.

Seguindo às reflexões dos aprovados, os não aprovados referem-se, algumas vezes, a um discurso donde a exclusão passa pela questão econômica, e em outras, econômica e social. Todavia, quando alcança o problema das cotas, tendem a perceber que o adicional dos 10% é um consolo ao déficit educacional do sistema público brasileiro, todavia, o consideram como forma de inclusão.

Para NAP1, exclusão seria deixar de fora, uma pessoa, da sociedade, sem mais reflexões sobre a temática. Quanto às cotas, a mesma já se apresenta como inclusão, reforçando certos discursos de aprovados, que perceberam, na escola pública, o cerne da questão, sendo a preparação da escola privada, o diferencial para uma acessibilidade à Universidade pública. A cota não passaria de um incentivo do governo para introduzir o aluno deficitário do sistema público de ensino, à Universidade. NAP1 ainda coloca que o auxílio dos 10% a ajudou na nota, mas, não foi suficiente para o seu ingresso, por causa da má preparação que recebeu da escola pública.

NAP2 faz uma reflexão sobre o sujeito humano, e pessoa. A exclusão seria um processo pessoal, de retirar alguém dos seus objetivos, ainda mesmo, não a auxiliando. Neste diapasão, segundo Hespanha (2005:161) “a transição da modernidade para a modernidade tardia pode ser vista como uma passagem de uma sociedade includente para uma sociedade excludente” No entanto, as cotas, a seu ver, ajudam bastante. E no mesmo discurso que tantos outros entrevistados, a vilã ainda é, a escola pública. A cota seria, apenas, uma “vantagenzinha”, mesmo que o beneficiário esteja sendo preconceituoso com ele próprio, segundo o discurso de NAP2, já que todos têm a mesma capacidade de competir por uma mesma vaga. Então, ainda para o mesmo sujeito, o que deveria acontecer era a igualdade de oportunidade nos estudos: igualdade

entre escola pública e privada no preparo educacional.

Em NAP3, o discurso é estritamente econômico. A exclusão passa pelas pessoas de baixa renda, pelo sujeito desfavorecido economicamente. Consequentemente, apenas tem bom estudo quem possui alta renda. Segundo Barganha(2005:137) a ideia de mundo é bastante bipolar, dividindo-se entre os incluídos e excluídos pela globalização.

Já em NAP4, excluída é a pessoa que “todo mundo não tem interesse nela (...): os pobres.”, que não devem servir, segundo o sujeito em questão, para algo na sociedade. Dessa forma, o discurso econômico perpassa o social, adentrando a seara da marginalização pelo não possuir a utilidade dentro de um sistema humano mecanizado, como o que vivemos nos dias de hoje. Ainda para NAP4, as cotas são uma forma de inclusão, compensando o déficit na educação: nada muito diferente dos outros sujeitos já apresentados.

NAP5 pensa um caráter generalizado da sociedade. A exclusão, ou a não-inclusão, passa pela classe, raça ou gênero. As cotas seriam inclusão, para o mesmo, sendo, o grande problema da educação, ainda a ser resolvido, não estando nas cotas o bastar-se necessário. O que não é suficiente é o preparo, o ensino oferecido pelo Estado. Os 10% são o consolo da chance que quase, quase não existe.

APROVADOS	
FD - Exclusão	
Entrevistados	Depoimentos
AP1	Exclusão social, exclusão vem de excluir não é? Exclusão social seria uma pessoa excluída da sociedade... eu vindo de escola pública e hoje em dia eu estou na federal eu me sinto mas que respeitada, eu me sinto incluída
AP2	Eu não sei falar um pouco sobre isso porque eu não conheço muitos esses negócios... por que na verdade cota ela está ali como um símbolo, só para é (pensou) como eu posso dizer é criar a imaginação dos alunos o que eu acho que na verdade, porque se os alunos não estudarem muito, procurarem o que é para estudar mesmo, você não passa. Então não acho que a cota iria ajudar muito não.
AP3	Exclusão social seria a falta de acesso ao que normalmente é... não seria disponível para todos, acho que seria isso exclusão social... o acesso à Universidade hoje em dia está cada vez, mais democratizado, mas a Universidade particular contraditoriamente os alunos de escolas públicas terminam indo para escolas particulares os alunos de escolas particulares também vindas para as Universidades Públicas, mas acredito que isso é o sistema de cotas é um sistema estanque é visa solucionar os problemas, mas se for na conjuntura das escolas públicas, podem trazer boas soluções, mas só cotas por cotas não resolve os problemas... rapaz acho que o sistema de cotas da UPE (Universidade de Pernambuco) seria, mais eficiente, por reservar vagas principalmente o curso de direito, é para entrar aqui eu já tive notas sem as cotas para entrar na minha época eu tirei 7.78 sem as cotas, com as cotas eu fiquei com, mas de 8.5, então assim eu já teria entrado sem cota, mas

	veja você tirar 7.78 numa prova de 1º e 2º fase que antigamente era da COVEST não era fácil então esse 10% para mim para o meu ego ha tirei 8.5 na prova eu não acredito que seja suficiente pra incluir um aluno... rapaz a única vantagem foi que me tirou do segundo período manha, e me colocou no primeiro período manhã.
AP4	Não incluir em trabalhos sociais, dar oportunidade para quem precisa.
AP5	Exclusão social, acho que quando o aluno está meio que excluído da sociedade, não tem os mesmos, é como é que eu vou dizer... as mesmas coisas que os outros tem, eu acho que mas o menos isso.

Quadro 3 - Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (aprovados) na FD “Exclusão”.

Fonte: Entrevista realizada (2011).

NÃO APROVADOS
FD - Exclusão

Entrevistados	Depoimentos
NAP1	Uma pessoa fora da sociedade... como as pessoas de escola privada tem uma preparação, mais profunda do que pessoa de escola pública... aí é tipo um incentivo do governo pra introduzir os alunos de escolas de rede pública na Universidade... assim para mim ajudou muito na nota mas como o curso e a preparação não estava tão aperfeiçoada ai eu já vi que não dava para mim.
NAP2	A exclusão é você excluir uma pessoa de um objetivo próprio num auxiliar ela, eu acho na minha visão é isso... o governo tem que visar muito a questão de educação principalmente na pública, porque a massa da população tem mas acesso a escola pública ,para poder melhorar, para ter uma avanço não só na economia mas também na população em si educação é importante..não é nessa questão do incentivo é muito complicado porque, em vantagem você tem uma vantagenzinha, mas em compensação, psicologicamente você está sendo preconceituoso com você mesmo, porque se você tem a igualdade de competir com qualquer tipo de pessoas que estudou em público ou particular você tem que ser instruído pelo governo, ela escola pública da mesma forma que uma pessoa numa escola particular, então não deveria ter essa questão de cotas deveria ter igualdade em relação ao estudo, se eu pago eu tenho um bom estudo, se eu não pago eu não tenho um bom estudo, apesar de que o imposto é pago normalmente essa é a questão.
NAP3	Seria uma forma de excluir principalmente as pessoas que tem uma renda baixa né? Diante da sociedade porque você só é alguém quando você tem uma boa renda ou se você tem um bom estudo, e para isso você tem que ter uma renda não é?
NAP4	Exclusão social para mim seria aquela pessoa que a qual todo mundo não tem interesse nela, seriam as pessoas pobres e não demonstra que

	pode servi para alguma coisa na sociedade.
NAP5	Eu acho que seria a não inclusão né? De toda uma sociedade de classe raça gênero ... sim por que eu acho que,acredito que foi uma maneira.. já que o ensino não é suficiente então é uma maneira de tentar incluir aquele que com certeza se não tivesse os 10% não teria nenhuma chance.

Quadro 4 - Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (não aprovados) na FD “Exclusão”.

Fonte: Entrevista realizada (2011).

3.2.4. Formação Discursiva (FD) – Democracia

A democracia, segundo Giddens (2000) é o sistema mais motivador do século XX, sendo raros os países, que não se dizem democráticos, sendo uma mola propulsora do exercício da cidadania.

É importante demonstrar que o sujeito AP1 não apresentou fala quanto à expressão democracia, nem a relacionou com o sistema das cotas. Todavia, AP2 apresentou fala expressa nas seguintes palavras: “Como eu vejo democracia: uma plena baixaria. Principalmente vindo dos nossos governantes. É que é a partir deles que não se segue a democracia do respeito, que não tem por que agente que tem, é a gente que eles devem todo esse respeito por que eles não nos dá o respeito”.

As palavras ditas como “uma plena baixaria”, refletem a indignação do sujeito frente ao sistema representativo brasileiro. Por analogia, levamo-nos a crer que seu pensamento é de ausência democrática, tendo em vista a falta de respeito dos governantes para com os eleitores, passando, assim, pela discussão anteriormente apresentada junto às reflexões de Norberto Bobbio(2010), de que a ausência de responsabilidade por parte do eleito, leva à sucumbência da democracia.

O sujeito AP3, aponta ditos relativos ao que comumente se conhece por democracia, sendo “a construção igualitária, acredito que seja também todos expor suas opiniões em qualquer espaço e ser o conjunto da maioria e não por uma, somente uma parte.” (AP3).Coaduna-se com o que afirma Vieira(1998): “Democracia é uma sociedade aberta, que permite sempre a criação de novos direitos.” No entanto,

relacionando as temáticas democracia e cotas, AP3 remete que “a democracia é uma forma de inclusão, não as cotas são uma forma de inclusão nas universidades públicas.” Pode-se perceber um alinhamento no discurso de AP3, tendo em vista que quanto à abordagem da expressão democracia, acredita numa “construção igualitária” e no instante em que relaciona com as cotas, alude ser uma forma de inclusão à democracia, sem considerar as cotas inclusão, já que se democracia é igualdade as cotas se afastariam de tais conceitos.

Em AP4, democracia toma o sentido já conhecido pelos tantos sujeitos relacionados nesse estudo, trazendo, pois, as afirmativas de “no ponto de vista falado seria o convívio de todos, democracia seria ter liberdade de expressão para o que for necessário para melhorar a sociedade.” Neste aspecto, o discurso se repete, conforme aponta Orlandi(2005): “a repetição formal que é outro modo de dizer o mesmo”. Mas, quando comunga em sentido às cotas, AP4 diz: “democracia e cotas... a questão de incluir a minoria, não é? Nas faculdades públicas... Está aí a questão de democracia.” (AP4) Nesse caso, o sujeito diverge de todos os pensamentos anteriores, chegando a afirmar que cotas e democracia estão intimamente ligados por laços indissolúveis, chegando até a crer que as cotas são uma questão de democracia, enquanto os outros sujeitos apontam o afastamento dos dois vetores.

AP5 é diferenciado nas palavras ao apontar democracia como forma de “limite” e não de igualdade, indo de oposição direta a NAP4, que chega a concluir que democracia é liberdade. Quando aborda as cotas, corrobora com o pensamento de AP4, dizendo: “Democracia é como é para todos terem o direito no vestibular. As cotas ajudam o aluno da escola pública também ingressar. Não só de particular... Acho que democracia, assim, tem alguma coisa a ver com as cotas”. (AP5) O sujeito, mesmo tendo feito ligações entre democracia e cotas, não consegue ver com nitidez as relações entre os conceitos, tendo em vista afirmar que “tem alguma coisa a ver”, simplesmente. Todavia, acredita nas cotas colaborando com o ingresso dos alunos provenientes de escolas públicas na UFPE.

Em meio às entrevistas efetuadas como objeto de análise nesta pesquisa, para o sujeito NAP 1, a democracia está condicionada à questão da renda: aqueles que detêm relações diretas com a democracia, são os possuidores do maior poder econômico. Sacavino (2003:37) analisa a postura do Estado, afirmando: “as reformas, privatizações, enfraquecimento e colocação dos principais direitos sociais na esfera do mercado, acentuam na esfera social as diferentes formas de exclusão, a polarização social, a

violência e a marginalização.” Para NAP1, isso se faz notório no ambiente da universidade pública, levando-o a acreditar que as cotas fazem parte de um incentivo, apenas, e não mais que isso, para aqueles que estão fora do grupo beneficiado economicamente. Nesse caso, a cota seria um alento para aqueles que, mesmo sem esperança, poderiam pleitear uma vaga à universidade. Deixou claro o sujeito NAP1, serem as cotas apenas um paliativo, longe de uma solução.

Para o sujeito NAP2, a democracia se relaciona com a liberdade política. Quando se refere à cota, liga-se ao pensamento de Norberto Bobbio (2010), no sentido de que não basta que haja um consenso e legitime-se o poder de um governo, sem que de tempo a tempo esse consenso seja renovado, pois caso contrário, não podemos falar em democracia. Um princípio bastante relevante e inerente à confirmação do consenso anteriormente albergado, refere-se ao princípio da responsabilidade do eleito frente aos seus eleitores onde afirma o autor que este princípio só faz sentido, diante da confirmação do consenso de forma periódica: “Sem a verificação do consenso não haveria responsabilidade política diante do corpo eleitoral. E sem essa relação de responsabilidade não existe democracia.” (BOBBIO, 2010, p. 25.) Quanto ao sujeito, o mesmo indica uma rejeição ao sistema das cotas, apontando como solução, aquilo que Bobbio aponta como responsabilidade do eleito: o fortalecimento do sistema educacional, “investimento no estudo do povo.” (NAP2)

No mesmo sentido do sujeito NAP2, NAP3 faz referência ao sentido de democracia como igualdade, mesmo que o último sujeito não acredite na existência democrática. No tocante às cotas, relaciona: “Se houvesse democracia haveria direitos iguais para todos. Então, a partir do momento que você dá 10%, isso não quer dizer que seja uma democracia. Quer dizer que há uma desigualdade.” (NAP3)

Para o sujeito NAP4, democracia se assemelha quase a uma liberdade total e sem limites, sem regras, donde “você tem as suas escolas que tem que seguir normas e padrão: coisas que não são adequadas para sociedade brasileira (...) para mim democracia no Brasil não existe.” (NAP4) No que tange às cotas, o sujeito remonta que “os 10% é um valor de incluir alguma coisa que foi deixada para trás na aprendizagem do aluno no ensino fundamental e médio.” (NAP 4) Desta forma, temos por reflexão, o já exposto fragmento de Bobbio (2010), para o qual deve existir responsabilidade política do eleito para com o eleitor, e sem tal relação, não há democracia. Portanto, as cotas seriam o encobrimento de um problema no qual o Estado ainda não se responsabilizou por resolver, mesmo havendo a alternância de poder, sugerida por

Bobbio(2010), para legitimação da democracia. Tal discurso alinha-se ao do sujeito NAP2, que alude a ausência de “investimento no estudo do povo”.

Corroborando com os sujeitos anteriores, NAP5 afirma que a democracia está relacionada à problemática da igualdade. Quanto ao sentido das cotas, as mesmas não solucionam o problema da educação no Brasil, todavia, ameniza a questão. O sujeito enfatiza que o sistema de cotas implementado pela UFPE não é capaz de dar solução à possibilidade do ingresso de alunos oriundos das escolas públicas à universidade pública.

APROVADOS	
FD - Democracia	
Entrevistados	Depoimentos
AP1	
AP2	Democracia, está tão difícil de falar de democracia hoje em dia (risos). Boa, se eu fosse falar de democracia eu falaria tudo o que eu gostaria, mas como eu posso dizer... não sei por que eu não tenho muita base nesse negócio de democracia, mas... como eu vejo democracia, uma plena baixaria, principalmente vindo dos nossos governantes que é partir deles que não se segue a democracia do respeito, é a gente que eles devem todo esse respeito por que eles não nos dão o respeito.
AP3	Democracia seria a construção igualitária, acredito que seja também todos expor suas opiniões em qualquer espaço e ser o conjunto da maioria e não por uma, somente uma parte não é? Nessa conjuntura acredito que a inclusão da sociedade das camadas mais baixas da sociedade na Universidade é uma forma de democracia (...) é o que eu disse anteriormente a democracia é uma forma de inclusão, não as cotas são uma forma de inclusão nas Universidades Públicas e as Universidades Públicas formam os intelectuais que vão influenciar nas decisões do país não é?
AP4	Democracia no ponto de vista falado seria o convívio de todos, democracia seria ter liberdade de expressão para o que for necessário para melhorar a sociedade... Democracia e cotas, a questão de incluir a minoria não é? Nas faculdades públicas está aí a questão de democracia.
AP5	Democracia (pensou) eu acho que, me deixa pensar, eu acho que quando todos tem o mesmo limite... Acho que sim por que a democracia é como é para todos terem o direito no vestibular, as cotas ajudam o aluno da escola pública também ingressar não só de particular, acho que democracia assim tem alguma coisa haver com as cotas.

Quadro 5 - Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (aprovados) na FD “Democracia”.

Fonte: Entrevista realizada (2011).

NÃO APROVADOS	
FD - DEMOCRACIA	
Entrevistados	Depoimentos
NAP1	Democracia (pensou) deixa eu ver assim um direito que as pessoas podem ter por causa da... assim como é que eu posso dizer... em parte a renda familiar na federal ajuda a isso já que como quem tem uma renda maior eles não consideram tanto, isso faz parte da democracia ... em partes por que a democracia como eu falei aluno de rede pública possui os 10% aluno de rede privada não isso é um incentivo para o aluno da rede pública.
NAP2	Democracia é o que a gente vive no Brasil é no mundo da gente. A gente tem que se adequar mais a ela. A democracia é a questão de que escolhemos os nossos líderes e determinada opinião do povo, então o povo que escolhe as pessoas que devem liderar por certo período a sua, como é que eu posso falar... que deve liderar o seu país, a sua cidade, o seu estado, essa é a forma que eu vejo de democracia. ...já nessa questão de democracia e sistema de cotas, é um pouco complicado se não vai entrar em divergência com o que eu respondi na questão anterior. O sistema de cotas ele não deveria existir, porque as pessoas tem que estudar com igualdade, e não com uma vantagem a mais sobre outra pessoa que estudou em escola particular. Então deveria ser igual para todos, se houver investimento no estudo do povo, se não tem que manter essa cota.
NAP3	Seriam direitos iguais para todos...não existe isso não. Democracia seria se eles oferecessem ensino de boa qualidade para todos...eu não concordo (riso) porque se houvesse democracia haveria direitos iguais para todos então a partir do momento que você dá 10%, isso não quer dizer que seja uma democracia, quer dizer que há uma desigualdade.
NAP4	(pensou) democracia eu acho que é cada um ter sua escolha de saber o que é certo e o que é errado. Mas não no Brasil não há democracia assim certa, que é onde você tem as suas escolas, que tem que seguir normas e padrão, coisas que não são adequadas para sociedade brasileira.... que você está estabelecido a atingir aquele determinado local mesmo com incentivo que ocorre hoje em dia, que a globalização e democracia são totalmente errados para mim democracia no Brasil não existe e os 10% é um valor de incluir alguma coisa que foi deixada para trás na aprendizagem do aluno no ensino fundamental e médio.
NAP 5	É porque é assim, a cota eu vejo no sentido de minimizar aquilo que está faltando. Então numa democracia seria a questão de ter igualdade para todo não é? Nesse caso aí as cotas não iriam resolver o problema e sim iriam amenizar.

Quadro 6 - Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (não aprovados) na FD “Democracia”.

Fonte: Entrevista realizada (2011).

3.2.5. Formação Discursiva (FD) – Cidadania

Analisando o discurso proposto pelo sujeito AP1, podemos perceber que o mesmo remete seus pensamentos quanto ao conceito de cidadania criado por ele mesmo, atrelando-o ao de igualdade. Ele nos leva a crer, que para si, a cidadania só é exercida quando existe igualdade para os membros de uma comunidade, quando todos possuem os mesmos direitos independente das origens escolares. Para nós, os problemas da cidadania estão ligados à ideia de sujeito inserido em um mundo globalizado, em uma nação em fase de democratização que busca a igualdade dos direitos sociais, fazendo uma ponte entre o sujeito em pauta e o pensamento que trazemos nesse texto.

AP2 é um sujeito apresentado imediatista. Para ele, uma solução a longo prazo não seria de boa ideia, já que poderia durar uns 20 anos para que isso acontecesse. A cota seria esse ultrapassar o limite das barreiras do tempo, e resolver uma deficiência de forma imediata, mesmo que não possua total eficácia. Ainda lembra que tem de haver uma forma para que eles, os jovens, – na terceira pessoa do plural, excluindo-se da própria fala e das conseqüências recorrentes da mesma – possam entrar na Universidade Pública. Para Delors (2012) e seus colaboradores, a cidadania estaria ligada à oferta, para todos, dos meios necessários à cidadania que seja consciente e ativa. O autor busca o envolvimento de todos na cidadania, e não só de alguns, o que não acontece com o sujeito AP2, que observa, apenas, a entrada dos jovens na Universidade Pública e não olha para as qualidades de integrantes da sociedade, de idade mais avançada, participando da comunidade acadêmica.

O sujeito AP3 não define cidadania. Todavia, quando abordado sobre o assunto das cotas, o mesmo refere-se à temática muito semelhante à de AP2. Faz-se necessário uma solução imediata para a população de escola pública entrar nas Universidades Públicas, que viria das cotas. No entanto, atrelado a essa solução com caráter de “já”, deveriam vir as medidas a longo prazo. O sujeito só vê solução se os dois caminhos estiverem juntos. José Murilo de Carvalho (2008), apontando os processos da democratização no Brasil, coloca que não tardou a frustração, por parte da população, para com tal fenômeno. Perceberam que os problemas brasileiros não se resolveriam instantaneamente. Os políticos demonstravam, apenas, interesses próprios, estando a sociedade posta abaixo dos seus planos. AP3 quer pressa na resolução dos problemas

quanto às cotas, por essa desesperança que ainda persegue o povo, no Brasil. Como se nada acontecesse, a longo prazo, como promessas infundadas de políticos que apenas pensam o público, da forma do privado, confundido suas casas com a rua. É essa problemática a qual AP3 se funda, como forma de reconhecer a incapacidade das políticas de melhoramento do ensino público, entregue nas mãos dos governantes, que nada fizeram, ou fazem, nesse longo caminho percorrido pela história do Brasil.

AP4 percebe na exclusão, a inclusão. Para ele, quando afastada das cotas a população com melhores condições financeiras, acontece a inclusão das pessoas de baixa renda. É dessa forma que ele entende, nas cotas, um exercício de cidadania, atrelado à democracia. Este sujeito também não define o termo “cidadania”. Para Carvalho (2008), os grandes problemas da sociedade estão ligados à manutenção das desigualdades sociais. O Brasil atualmente é o oitavo país do mundo, quando se fala de produto interno bruto. Todavia, para renda per capita, é o 34°. A desigualdade concentrada nas mãos de alguns e a riqueza nacional tem como consequência níveis absurdos de pobreza e miséria. É essa percepção a qual atende AP4. Quando acontecem os problemas da desigualdade social, as cotas vêm auxiliar aqueles que nada têm financeiramente, como fosse um peso a equilibrar balanças de miséria, falta de educação de qualidade e riqueza.

AP5 segue um discurso da ajuda ao menos favorecido financeiramente. Faz uma relação quase religiosa, fazendo referência ao “próximo”, como se as cotas possuíssem caráter de “bem-aventurança” para quem a concede. As cotas seriam, se assim pensarmos, processo de bem fazer dos homens públicos para os menos favorecidos.

Quando questionados os não-aprovados, NAP1 não apresentou nenhuma reflexão ou indagação sobre o tema. Todavia, NAP2 afirma não aprovar as cotas. Entretanto, prefere que o governo invista na educação pública, a oferecendo, com qualidade, aos cidadãos. Assim, haveria igualdade na disputa por vagas nas Universidades Públicas, e também, nos concursos públicos. Para ele, o importante é ir afastando as cotas da realidade brasileira, investindo na educação pública. Contudo, mesmo com todas essas palavras sobre as relações das cotas e sua não aprovação para com as mesmas, não informou o que fosse, para ele, cidadania.

NAP3 não define cidadania. No entanto, reflete sobre o seu caráter aparente na sociedade. Para ele, se houvesse a cidadania, não haveria cotas, já que negro, branco, pobre ou rico, teriam as mesmas condições de acesso à Universidade Pública. Contudo, para nos esclarecer mais sobre o problema da cidadania na fala de NAP3, não

encontramos recursos, posto que o mesmo sujeito, não nos deu.

NAP4 não indica muitos caminhos para analisarmos a sua fala. Num discurso um tanto vago, coloca que o ser humano, pelo que entendemos, já é cidadão desde o momento do nascimento, donde a cidadania deve estar envolvida em tudo e todos. Quanto ao problema das cotas, não indicou nenhuma reflexão sobre.

APROVADOS	
FD - Cidadania	
Entrevistados	Depoimentos
AP1	É igualdade de todos. Todo mundo ter o direito independente de escola pública ou não. Todo mundo tem o direito de cursar uma Universidade Federal.
AP2	Porque a cota é como eu disse: ela vai tentar me limitar aquilo que está deficiente. Então, querendo ou não, ela está contribuindo porque se for mudar o ensino público pode demorar uns 20 anos e isso não vai acontecer com os jovens. Agora, tem que ter uma maneira para que eles também entrem num ensino superior.
AP3	Rapaz, seria assim... é como eu disse: é estanque, é para acabar com o problema temporariamente. Mas, se vier junto com medidas de inclusão e de fato melhorar o nível de ensino, com um todo, pode ajudar porque veja: é a mesma coisa das políticas populistas, elas visam trazer auxílio as camadas mais baixas da população, mas isso faz o político, com certeza faz, mas também quem está com fome está com fome agora por mais que as políticas públicas possam melhorar o nível social, como um todo, radicar a miséria, mas isso tem que pensar também que a pessoa está com fome hoje ,a mãe está precisando hoje, o filho está chorando hoje, então tem que ser medidas de estanque e medidas de longo prazo se não for esses 2 então aí é inútil o sistema de cotas ,não vai ser eficaz.
AP4	[as cotas são exercício de cidadania] porque está dando benefícios, dando prioridade às pessoas de baixa renda. As pessoas que tem um pouco mais de condições não usufrui dessa cota. Por isso, é atualmente uma democracia...uma cidadania.
AP5	Sim porque ajuda quem é menos favorecido a entrar numa Universidade Pública...seria cidadania. É, eu acho que seria o ponto de vista do cidadão com referência ao próximo, por que é essa ideia, não sabe?

Quadro 7 - Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (aprovados) na FD “Cidadania”.

Fonte: Entrevista realizada (2011).

NÃO APROVADOS
FD - Cidadania

Entrevistados	Depoimentos
NAP1	
NAP2	Não. É como eu disse para você: eu não sou a favor das cotas, mediante que o governo invista bem na educação pública. Porque, como eu falei, a igualdade ela tem que ser unitária, tem que ter cada indivíduo, tem que ter a igualdade entre os outros nas disputas, tanto de vestibular quanto de concursos. Todos os procedimentos da sociedade em questão é a escola pública, aquela estrutura, e não tem a capacidade de oferecer um estudo. Mas, essa necessidade das cotas, realmente, a minha questão é essa: tem que se investir para tirar ela e não aumentar ela por que isso é uma forma de evitar uma cultura de que eu tenho os 10%. Meu investimento na escola, no estudo, é menor. Então, minha visão é não... exatamente investir em educação e não em cotas.
NAP3	Porque se houvesse cidadania não seria necessário as cotas, porque tanto negros,brancos ,pobre ou rico teria o mesmo direito.
NAP4	Cidadania num é, isso, ajuda. Cidadania é a pessoa saber onde mostrar que pode um cidadão porque você a partir do nascimento já é um cidadão, mas a cidadania ela tem que estar envolvida em você na sociedade seus amigos e na sociedade num todo.
NAP5	

Quadro 8 - Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (aprovados) na FD “Cidadania”.

Fonte: Entrevista realizada (2011).

3.2.6. Formação Discursiva (FD) – Igualdade

O direito a igualdade encontra-se firmado nos pilares dos direitos fundamentais, elencados na Constituição Federal de 1988, albergando um tratamento igualitário para todos os cidadãos brasileiro, com igualdade de oportunidades e direitos, sendo um princípio norteador do nosso texto constitucional.

Em análise ao discurso de AP1, o entrevistado percebe uma diferença entre o que preceitua a norma jurídica e o que é praticado na sociedade. Para ele, a afirmativa de que todos são iguais perante a lei, não possui plenitude na prática, tendo em vista que, segundo o sujeito AP1, nem todo mundo concorda com isso. Tal entrevistado, alude que as cotas, no que concerne aos alunos de escolas públicas, são merecidas, tendo em vista o déficit no aprendizado dos alunos oriundos dessas escolas, em comparação com os

alunos provenientes das escolas privadas, onde o ensino possui uma qualidade superior. Percebe que a cota serve para amenizar as diferenças agindo como um bônus para os alunos das escolas públicas e que só existe em virtude da deficiência da educação das instituições de ensino público secundário. Segundo Bobbio (2010) os homens devem ser socialmente iguais, e partindo dessa premissa, a qualidade de ensino nas escolas públicas deveria, respeitar os mesmos padrões de qualidade das escolas particulares.

O sujeito AP2 também constata que existe uma diferença em o texto legal e a sua aplicação, tendo em vista que para o entrevistado o público Gay, sofre preconceitos e se caso a lei fosse aplicada em seu contexto, essas formas de discriminação não existiriam. Quando o entrevistado é conduzido a voltar ao tema educação, afirma que existem grandes diferenças entre o ensino da escola pública e privada, demonstrando a superioridade da qualidade do ensino das escolas privadas em detrimento aos da escola pública. Segundo Delors (2012:144) os países – em especial os em desenvolvimento – precisam aumentar a destinação dos recursos públicos para as despesas com educação, tendo em vista que esse investimento é essencial para o futuro.

No que tange a relação entre as cotas e o princípio da igualdade, o sujeito AP2 remonta que as cotas seriam um afronto ao princípio, sob o argumento de que as cotas deveriam ser exclusivamente para pessoas pobres, no entanto, segundo o entrevistado, pessoas com condições financeiras privilegiadas, requerem as cotas e fazem uso delas, ingressando nas Universidades Públicas, ocupando vagas que seriam destinadas as camadas menos favorecidas da sociedade.

Em uma visão mais ampla sobre o princípio da igualdade, o sujeito AP3 remete que a forma adequada da aplicação deste princípio condiz que deve-se tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente, na proporção de suas desigualdades, tendo em vista se o Estado vir a tratar todas as pessoas da mesma forma, estaria ele afastando-se do princípio da igualdade já que acabaria por fornecer privilégios a quem não os necessita em detrimento daqueles que mais precisam, sendo verdadeiramente o que afirmou, sem seu discurso, o sujeito AP2 quando trouxe que algumas pessoas de poder aquisitivo alto, utilizam-se do sistema de cotas, sem que necessitassem dele, podendo a possibilidade de ingresso, ainda mais, daqueles oriundos de escolas públicas com poder aquisitivo reduzido. Para Bandeira de Melo (2003) o texto constitucional não nos remete a pensar que a intenção do legislador ser de que devemos tão somente nivelar os cidadãos frente a norma, mas de que o próprio legislador deve criar normas em

respeito a isonomia. O sujeito AP3 ampliando seu pensamento, afirma que uma escola de qualidade, de forma isoladas, ainda não seria a solução para os baixos índices de ingresso dos alunos de escolas públicas nas Universidades Públicas, tendo em vista que esses alunos necessitam de fatores externos, como uma qualidade de vida, com alimentação condizente com suas necessidades, culpando o Estado pela ausência desses fatores.

Caminhando no mesmo sentido dos demais entrevistados, aqui analisados, AP4 afirma que a teoria não coaduna com a prática e que as pessoas menos favorecidas, economicamente, possuem dificuldades para exercerem a cidadania, o que não deveria ocorrer caso o texto legal fosse executado. Quando aborda a relação entre as cotas e o princípio da igualdade, alude que as cotas são uma forma de exercício da igualdade já que proporcionam a inclusão do indivíduo na Universidade, dando-lhe oportunidade de acesso a uma educação superior, que, segundo o sujeito AP4 pode trazer-lhe benefícios futuros, como uma acessão social, e por consequência, beneficia também a sociedade que poderá desfrutar dos conhecimentos adquiridos por este.

O sujeito AP5 trás um discurso postado em vários vieses, tendo em vista que primeiramente afirma que o princípio da igualdade não é concretamente empregado, mesmo estando estampado na carta maior da nação, aludindo que podemos ter como exemplo o bairro de Boa Viagem, em Recife, onde na orla a população de baixa renda não possui acesso, restando as mesmas as favelas que permeiam o bairro, sendo para ele um exemplo claro da diversidade econômica que o bairro apresenta, não havendo igualdade de tratamento. Quando conduzido de volta ao tema educação, o sujeito remete que os alunos oriundos de escolas privadas possuem privilégios frente aos oriundos de escolas públicas, tendo em vista que o ensino lecionado na escola privada é de qualidade superior. Ainda em sua entrevista, AP5 afirma que considera as cotas como uma forma de buscar-se a igualdade, contudo, ressalta que seria mais eficaz se houve a melhora na qualidade de ensino das escolas públicas, tendo em vista que as cotas, nesta situação, seria uma confissão do Estado de que dispõe um ensino deficitário que necessita de amparo através de ações afirmativas. Observando ainda que as cotas, da forma que são executadas na UFPE, podem servir de motivo para acomodação dos alunos das escolas públicas, tendo em vista a certeza de que contarão com a bonificação de 10% em suas notas, no vestibular.

NAP1 remete, também, em seu discurso a superioridade na qualidade de ensino das escolas privadas, frente as escolas públicas, afirmando que tal fato não deveria

acontecer tendo em vista que a Constituição assegura igualdade de tratamento para todos os cidadãos. Remete que as cotas são uma forma de tentar igualar as notas já que em virtude da superioridade na qualidade do ensino as notas dos alunos oriundos de escolas privadas são maiores das que as dos alunos de escolas públicas.

O discurso de NAP2 é mais incisivo, visando demonstrar que as cotas são uma forma de segregação social, já que aqueles que utilizam-se das cotas são marcados como incapazes, por terem sido oriundos de escolas públicas, afirmando que os alunos das escolas particulares possuem um ensino de qualidade superior e por isso são mais capazes, vindo as cotas a tentar dar equivalência a essa disputa, sentindo-se envergonhado, o sujeito NAP2 por ter que utilizar-se de tais artifícios, ressaltando a inexistência da igualdade e da cidadania no caso em tela.

As palavras de NAP3 não trazem nada de novo ao que já fora dita anteriormente, deixando claro que o princípio da igualdade não consegue deixar de ser letra fria de lei, não sendo exercido na prática, aludindo que as cotas só existem em virtude da deficiência do ensino lecionado nas escolas públicas.

Em análise as palavras de NAP4, podemos observar que o mesmo também afirma que o princípio da igualdade não praticado em nossa sociedade, fazendo menção não apenas as classes sociais, mas também a raças, e gêneros, aludindo que a capacidade não pode ser vinculada ao estereótipo. Trás ainda que as cotas são uma forma de tentar fazer com que alguém fique igual ao outro, mas não é uma forma de exercício da igualdade.

Em um discurso bastante vago, NAP5 corrobora com o que fora afirmando pelos demais entrevistando, remetendo que o princípio da igualdade elencado no texto Constitucional não é executado em nossa nação, na prática, e o certo seria que todos fossem, de fato iguais, nos direitos e deveres.

APROVADOS
FD - Igualdade

Entrevistados	Depoimentos
AP1	Bom o que tem no livro é uma coisa , já no cotidiano, no dia-dia é outra coisa ,nem todo mundo acha que todos são iguais perante a lei ... no princípio da igualdade você está dizendo que uma pessoa sendo de escola privada não tem o mesmo direito que uma da escola pública por que veja bem, como eu tinha falado antes, um aluno de escola pública não tem tanto privilegio de estudar com veracidade como um aluno de escola privada.Eu acho que a cota para um aluno de escola pública seria bem mais do que merecido. Assim, no fundo no fundo, a cota vem como se fosse um bônus como se a educação não fosse tão para lá de boa, entendeu?
AP2	Se todos fossem iguais, vou falar do caso gay por exemplo,eu acho que se todo mundo pensasse que eram iguais perante a lei eu acho que não teria essa grande diferença de hétero com gay e etc... E é o que a gente, mas vê hoje. Enquanto a escola pública se tem alguma diferença. Tem muita diferença em relação ao estudo...Acho que as contas afrontam a igualdade, porque cota, é só para quem precisa mesmo, mas vejo as pessoas ricas, com condições, pedindo cotas e entrando na Universidade. Então eu acho que isso não é justo, entendeu?
AP3	Rapaz, a igualdade seria uma aplicação para os iguais na medida das suas igualdades. É assim que eu penso. Então essa é a lógica da política de cotas para incluir os desiguais, como uma forma de inclusão a quem não teria acesso a tanta informação ou não há meios de obter uma formação. Porque exemplo não é só uma escola boa às vezes, o aluno de alguma forma conseguiu estudar em uma escola boa, mas em casa não tem o que comer, então não é simplesmente uma escola boa. Esses fatores então, a igualdade seria sanar alguns defeitos do próprio estado na sua existência à população.
AP4	Na teoria é muito bom não é? Todos são iguais perante a lei. Mas de fato as pessoas de baixa renda tem um pouco mais de dificuldade para conseguir perante a lei de exercer cidadania... Estaria se aproximando, por que está dando oportunidade as pessoas que precisam tentando incluir ele com um grau maior na educação ,para que futuramente tenha um emprego digno ,uma boa família e da prosseguimento a sociedade.
AP5	Tem na constituição isso não é? Mas a gente não vê concretamente, era para ser assim, mas não é, a gente tem um exemplo que não é desse jeito realmente, Boa Viagem por exemplo, tem a orla, onde poucos tem acesso e as favelas ao lado. Assim eu só acho que na escola privada é o melhor ensino que uma escola pública então as pessoas acham que a escola privada é melhor assim, por uma parte até dependendo da escola

	pública é melhor...quem vem de uma escola privada é mais privilegiado do que quem vem de uma escola pública... eu acho que assim por um lado está, o sistema de cotas colaborando com o princípio da igualdade, que inclui essas pessoas de baixa renda que não tem, que é desfavorecido, ir para uma universidade não é? Só que olhando pelo outro lado era para, incentivar melhor, melhorar as escolas públicas, do que o sistema de cotas pelo menos assim igualava a questão do ensino por que com essas cotas acho que quer dizer que as escolas públicas são piores do que uma escola particular, e pode gerar a acomodação dos alunos da escola pública pela existência das cotas.
--	---

Quadro 9 - Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (aprovados) na FD “Igualdade”.

Fonte: Entrevista realizada (2011).

NÃO APROVADOS	
FD - Igualdade	
Entrevistados	Depoimentos
NAP1	Os alunos de rede privada tem mais aprimoramento de que os da rede pública, isso ajuda, mas assim, perante a lei todos deveriam ser iguais ... Não afronta tanto porque assim os alunos de rede privada eles sabem que a nota será maior do que o de rede pública é por isso que os 10% já vão para igualar a nota para a concorrência ser de igualdade.
NAP2	Se são todos iguais, a diferença de eu ter 10%, já estou me distinguindo por uma característica para sociedade porque eu por ter estudado em escola publica eu tenho 10% eu tenho entre aspas uma vantagem e uma desvantagem sobre as pessoas que estudam em particular, a particular teve um estudo, mais especifico, puxou, mas o cara tem, mais capacidade, mas por eu ter vindo de escola pública eu vou ter um acréscimo de 10% na minha nota porque eu não tive aquele estudo, então isso se torna vergonhoso em questão tanto de igualdade com de cidadania.
NAP3	Deveria ser assim mas de fato ela só consegue ser nesse artigo,mas assim na prática ela não acontece...igualdade seria que todos tivessem o ensino de qualidade e não um desconto pela deficiência desse ensino
NAP4	Na teoria seria o correto, mas na prática não temos isso. A igualdade em determinadas funções e mesmo no mercado de trabalho na área de educação mesmo você tem funções quem é homem tem que ganhar x e a mulher tem que ganhar x quer dizer que isso não é igualdade porque eu sou branco não posso ter o mesmo estudo que um negro não? Por que eu sou negro não posso ter o mesmo potencial de um branco não isso não é cidadania, isso não é igualdade...é um afronto ao princípio da Constituição porque isso aí não é igualdade isso é um meio de tentar ajudar a alguém a tentar ser igual, mas não é igualdade.
NAP5	Eu concordo com esse artigo não é? Mas eu acho que o que está nesse artigo deveria ser exercido na sociedade não é? É que realmente todos tivessem seus direitos e deveres.

Quadro 10 - Apresentação dos depoimentos dos entrevistados (não aprovados) na FD “Igualdade”.

Fonte: Entrevista realizada (2011).

3.3. Relação entre os Dados Qualitativos e Quantitativos

Podemos observar, em análise aos dados quantitativos que os alunos oriundos de escolas públicas, os quais são beneficiados pelo bônus de 10% em suas notas de vestibulares, ingressam em maior quantidade que os alunos oriundos de escolas provadas, segundo os dados dos vestibulares de 2010 e 2011 da UFPE.

Percebe-se ainda, que nos cursos mais procurados pelos alunos advindos de escolas públicas, os mesmos possuem altos índices de aprovação, superando os alunos egressos de escolas particulares e mesmo nos cursos mais procurados por alunos da rede particular de ensino, os alunos das escolas públicas alcançam números de aprovação consideráveis.

Em escala global, nos cursos mais procurados pelos candidatos a vagas na UFPE nos vestibulares de 2010 e 2011, os alunos de escolas públicas, em vários cursos obtiveram melhores resultados do que os alunos da rede provada de ensino.

Contudo, mesmo após as constatações trazidas pelos números, observando os discursos dos entrevistados, aprovados no vestibular da UFPE, sendo beneficiado pelo bônus em sua nota, por ser oriundo de escola pública, 100% afirma que necessitaria do bônus para alcançar a aprovação, ou seja, todos os entrevistados aprovados, dizem que seria aprovados no vestibular, mesmo se não houvesse o bônus. Mas, quando questionados sobre a necessidade da existência de ações afirmativas para alunos oriundos de escolas públicas, a maioria deles confirma a necessidade e garante a eficácia, ressaltando que ao mesmo passo que se faz latente a necessidade de ações afirmativas, necessita-se também de medidas a longo prazo, como a melhora na qualidade de ensino ofertado nas escolas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um mundo globalizado, onde a influência desse fenômeno permeia o espaço privado dos indivíduos assim como também a sociedade como um todo, vivenciamos reflexos na esfera política, cultural, econômica, financeira e cotidiana, mesmo que relutemos para não sermos alvo da globalização, ela é um fato notório e marcante.

Diante de um aspecto capitalista, onde a globalização tende a dominar o mercado, ditando regras e assumindo consequências, presenciemos um Estado minimizado, já que ocorre uma redução de suas funções, passando a ser meramente gerencial, influenciando nas práticas sociais, eximindo-se da função de interventor, e agindo como gerenciador.

Neste contexto, muitas vezes os reflexos dessa omissão social tornam-se aviltantes, sendo percebíveis na exclusão social latente, fruto de uma desigualdade de oportunidades, podendo o exercício da democracia e, por consequência, restringindo o direito de cidadania de muitos.

O estado necessita intervir, deixar sua posição de inércia e atuar, buscando resgatar as camadas excluídas, por meio das ações afirmativas, objeto de estudo dessa dissertação, onde foi, mais precisamente, estudada a ação afirmativa implementada, no ano de 2006, pela Universidade Federal de Pernambuco, a qual bonifica com 10% em duas notas de vestibular, os alunos oriundos de escolas públicas.

Buscou-se observar os números relativos aos vestibulares de 2010 e 2011, tentando constatar-se a eficácia da ação afirmativa, para se perceber se os alunos oriundos das escolas públicas, de fato, vêm ingressando nos cursos ofertados pela UFPE, em seus vestibulares.

Em análise aos números concedidos pela COVEST, pode-se notar que há um aumento dos inscritos que buscam a bonificação em sua nota no vestibular por serem oriundos de escolas públicas, tendo em vista que no ano de 2010 foram 9.792 inscritos, perfazendo um percentual de 24,4%, enquanto que no ano de 2011 foram 12.753 referente a 35,5% do total de inscritos. Interessante perceber ainda, que o número total

de inscritos no ano de 2011 (35.923) foi menor do que o do ano de 2010 (40.176), mas mesmo assim, no ano de 2011 a quantidade de inscritos que procuram o benefício do bônus superou o número apresentado no ano de 2010.

Percebe-se ainda que segundo a tabela 1 proporcionalmente a quantidade de inscritos, os alunos oriundos de escolas públicas beneficiados pelo bônus em suas notas de vestibular são mais aprovados do que aqueles que não fazem jus ao bônus, tendo em vista que no vestibular de 2010 foram aprovados com bônus 1.445 inscritos perfazendo um percentual de 28,4% do total de inscritos, enquanto que 3.637 alunos foram aprovados sem o auxílio do bônus, um percentual de 71,6% do total de inscritos.

Já no ano de 2011 foram aprovados com bônus, 1.878 alunos um percentual de 37,4% do total de inscritos, enquanto que 3.142 alunos foram aprovados sem o auxílio do bônus, um percentual de 62,6% do total de inscritos.

Contudo, observando os percentuais no que tange ao número de aprovados tendo como referencia aqueles que solicitaram ou não o bônus, podemos perceber que no ano de 2010 14,8% dos alunos beneficiados pelo bônus foram aprovados no vestibular enquanto que 12% dos que não obtiveram o auxílio foram aprovados, ou seja, no ano de 2010 houve uma aprovação 23% maior dos alunos beneficiados pelo bônus de 10% em suas notas, pode serem oriundos de escolas públicas, do que os alunos não beneficiados pelo bônus.

No ano de 2011, o cenário foi bastante semelhante, tendo em vista que 14,4% dos alunos que solicitaram o bônus foram aprovados no vestibular, enquanto que 13,6% daqueles que não fazem jus ao bônus foram aprovados, ou seja, foram aprovados 8% a mais dos alunos solicitantes do bônus do que aqueles que não foram beneficiados pelo mesmo.

Podemos constatar assim, que nos dois vestibulares houve mais alunos aprovados com o auxílio do bônus do que alunos aprovados sem auxílio, sendo possível constatar-se que o bônus tem efetuado o ingresso de um número considerável de alunos oriundos de escolas públicas, no vestibular da UFPE.

Cumprе destacar ainda que nos cursos mais procurados pelos alunos beneficiados pelo bônus, o índice de ingresso dos mesmos, são bastante significativos, tendo em vista que no vestibular de 2010, segundo a figura 3 em 9 dos 10 cursos mais procurados, os alunos beneficiados pelo bônus obtiveram percentuais de acesso maior do que os alunos não beneficiados, não ocorrendo tal fato apenas, no curso de letras, 7º curso mais procurado pelos alunos beneficiados pelo bônus, onde 39,8% dos inscritos

para o curso foram beneficiados pelo bônus, tendo 17,6% desses, sido aprovados, enquanto que 60,2% dos inscritos pela este curso, não foram beneficiados pelo bônus, obtendo um percentual de aprovação de 23,3% ou seja superior ao do número de aprovados que foram beneficiados pelo bônus, sendo este curso uma exceção no vestibular de 2010.

No ano de 2011, não foi diferente sendo também de 9 o número de curso, entre os 10 mais procurados pelos beneficiados pelo bônus, onde este obtiveram maior aprovação do que aqueles alunos não beneficiados, sendo exceção o curso de dança onde 54,4% do total de inscritos para o curso, foram de alunos beneficiados, enquanto que 45,5% foi de alunos não beneficiados, contudo, 66,7% dos beneficiados foram aprovados enquanto que dos não beneficiados, 70% foram, superando assim, o número de aprovados não beneficiados. Contudo, insta esclarecer, que mesmo proporcionalmente sendo maior o número de aprovados não beneficiados, em uma análise estritamente numérica, foram 14 alunos aprovados sem o bônus e 16 alunos aprovados com o bônus, onde podemos perceber o número de alunos aprovados com auxílio do bônus supera o número de alunos aprovados sem o auxílio.

Percebe-se ainda, que mesmo nos cursos mais procurados por não beneficiados, aqueles que possuem o auxílio do bônus são, em alguns casos, mais aprovados, como por exemplo em 4 dos 10 cursos mais procurados por não beneficiados, dentre eles Expressão Gráfica, Física, Hotelaria e Arquitetura e Urbanismo, estes cursos figuram entre os 10 mais procurados pelos alunos não beneficiados pelo bônus, contudo, possuem índices de aprovação maior dos alunos beneficiados pelo bônus.

Interessante perceber o caso do curso de medicina, onde é o 3º curso mais procurado pelos não beneficiados pelo bônus, contudo 3,1% desses são aprovados, de um universo de 3.995 alunos inscritos para o curso não beneficiados pelo bônus, enquanto que 2,4% dos inscritos, auxiliados pelo bônus são aprovados, em um total de 659 inscritos beneficiados. Comparando o número total de inscritos para o curso de medicina no vestibular de 2011, 4.654, podemos perceber que apenas 659, são alunos não beneficiados, ou seja um número bastante reduzido comparado ao número de inscritos não beneficiados, 3.995, contudo, os índices de aprovação são bastante aproximados, 3,1% dos não beneficiados e 2,4% dos beneficiados.

Observando a tabela 10, podemos perceber os 10 cursos mais procurados pelo total de inscritos no vestibular de 2010 e que, dentre eles, 6 cursos possuem índices de aprovação maior de alunos beneficiados pelo bônus, sendo eles os cursos de Ciências

Contábeis, Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem, Pedagogia e Odontologia, enquanto que os cursos de Medicina, Direito, Administração e Ciências da Computação são aprovados mais alunos não beneficiados pelo bônus.

Assim, podemos constatar por meio dos números a existência de uma eficácia na ação afirmativa proposta pela UFPE em seus vestibulares, tendo em vista um número considerável de alunos oriundos de escolas públicas obterem aprovação no vestibular.

Buscou-se ainda, por meio de pesquisa qualitativa, através de entrevista semiestruturada, ouvir a opinião de vestibulandos sobre a ação afirmativa executada pela UFPE, tendo por meio de instrumento de análise a análise de discurso, sendo entrevistados 10 alunos beneficiados pelo bônus, onde 05 obtiveram aprovação e 05 não conseguiram ser aprovados. Dividiu-se a análise em 05 Formações Discursivas (FD), sendo elas: Globalização, Exclusão, Democracia, Cidadania e Igualdade.

Quando questionados sobre globalização, nenhum dos entrevistados conseguiu perceber qualquer relação entre o fenômeno e a ação afirmativa, onde apenas o sujeito NAP3 ousou afirmar que a globalização seria um facilitador de acesso ao conhecimento, assim como a ação afirmativa. Para os entrevistados, a globalização possui um caráter muito mais cultural do que econômico e não percebem a influência desse fenômeno na esfera social.

Já quando o tema abordado é exclusão social, os entrevistados remetem que a vilã pela, quase, impossibilidade de acesso a Universidade Pública, dar-se por culpa das escolas públicas, que segundo os mesmos, não oferecem um ensino de qualidade, encontrando-se muito aquém do nível ofertados pelas escolas privadas, dificultando o acesso dos alunos das escolas públicas ao conhecimento.

Indagados sobre democracia, os mesmos relacionam o tema com a política, repassando ao Estado e aos governantes a culpa pelo mau funcionamento das escolas públicas.

Sobre cidadania, os entrevistados pouco falaram, e quando assim fizeram não definiram conceitos, apenas relacionaram o tema com igualdade de oportunidades, contudo, foram enfáticos em afirmar que a ação afirmativa exercida pela UFPE é uma forma de exercício da cidadania.

Em análise a última FD proposta os sujeitos foram provocados a falar sobre igualdade, onde afirmaram que na prática o texto Constitucional não é exercido, sendo, para eles, notória a ausência da igualdade de fato, e voltam a nos remeter a deficiência das escolas públicas, afirmando que não conseguem competir em igualdade com os

alunos oriundos de escolas privadas, mas são contundentes em expor que as ações afirmativas não solucionam o problema, apenas amenizam, já que a solução seria o investimento em ensino público de qualidade.

Importante destacar que 100% dos entrevistados que foram aprovados nos vestibular utilizando-se do bônus de 10% em sua nota por serem oriundos de escolas públicas, afirmaram que não necessitaram do bônus para serem aprovados, aludem que mesmo sem o acréscimo de 10% em suas notas, obteriam a aprovação, contudo, coadunam com o discurso apresentado pelos demais, de que as escolas públicas não oferecem um ensino de qualidade e que por isso não há respeito ao princípio da igualdade. Resta esclarecer que não houve possibilidade de confirmação da informação apresentada pelos entrevistados de que obteriam aprovação mesmo sem o auxílio do bônus.

Teve-se como objetivo da dissertação o estudo da política de ação afirmativa implementada pela UFPE em seus vestibulares, tendo sido observado aspectos quantitativos e qualitativos do tema, sendo exaustivamente estudado cada detalhe apresentado pelos números e pelos discursos, sendo alcançado o objetivo proposto.

Cumprir destacar que possuímos limitações, tendo em vista a necessidade de acesso a dados constantes em órgãos públicos, mas precisamente, no caso em tela, na COVEST, a qual não nos pode disponibilizar números de vestibulares anteriores a 2010, o que teria enriquecido nossa pesquisa, contudo, esperamos permanecer estudando o tema e aprofundando, ainda mais, nossa pesquisa, afim de colaborar com a ciência.

Ao longo pesquisa, podemos perceber a necessidade da mudança de postura do Estado, vendo-se obrigado a deixar a condição de inércia e interferir no quadro social, através de políticas públicas de inclusão. Ficou evidente no discurso dos entrevistados a existência de um verdadeiro abismo na qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas, comparado ao ensino das escolas particulares, o que dificulta, ou quase que estagna a possibilidade de competição, nos vestibulares das Universidades Públicas. Neste Contexto, Bourdieu(2011:36) ao falar sobre as estratégias de reprodução, nos remete a estratégia educativa e afirma: “estratégia de inversão a longo prazo... produzir agentes sociais dignos e capazes de receber a herança do grupo.”

A ação afirmativa proposta pela UFPE, tem alcançado objetivos de inclusão, tendo em vista que, segundo os dados quantitativos apresentados, os alunos oriundos de escolas públicas vêm conseguindo, em virtude da política pública de inclusão, maior sucesso nos vestibulares da UFPE, do que os alunos não optantes do bônus.

Contudo, apesar de essencial, a ação afirmativa não é solução, trata-se de uma medida emergencial, paliativa. Faz-se necessário que sejam adotadas medidas de investimento na ensino ofertado nas escolas públicas, para que os alunos egressos das mesmas, não necessitem de auxílio para que consigam ingressar nas Universidades Públicas, eternamente. É preciso, ao mesmo passo que utiliza-se de medidas emergenciais, que sejam realizadas medidas a longo prazo, para que os alunos oriundos de escolas públicas não sejam eternos reféns de ações afirmativas, não necessitem está nas mãos do Estado.

REFERÊNCIAS

BARGANHA, Maria Ioannis. **A cada Sul o seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). A globalização e as Ciências Sociais. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BARROS, Suzana de Toledo. **O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais**. Brasília: Editora Brasília Jurídica, 2000.

BELCHIOR, Ernandes. **Não deixando a cor passar em branco: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília**. Brasília, 2006. Dissertação (mestrado em sociologia) – Departamento de Sociologia da UNB.

BELLO, Raquel DisCacciati. **Princípio da Igualdade no concurso público**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, ano 33, nº 131, jul/set. 1996.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia; um defesa das regras do jogo**. tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política**. tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. **Qual Democracia?** Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Las estrategias de La reproducción social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

CANDAU, Vera. (Org), SACAVINO, Suzana. **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, 2ed.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Interculturalidade e educação na América Latina**. Novamerica. Rio de Janeiro, nº.77, p.42. 1998.

COMPARATO, Fábio. **O princípio da igualdade e a escola**. disponível: <http://www.iea.usp.br/artigos/comparatoigualdadeeescola.pdf>. Acesso em julho/2010.

CUNHA, Eglaisa. **Sistema Universal e Sistema de cotas para negros na Universidade de Brasília: um estudo de desempenho**. Brasília, 2006. Dissertação (mestrado em educação) – Departamento de educação-UNB.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**. 7ª edição revisada. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2012. Tradução: José Carlos Eufrázio.

DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha, afirmação da igualdade**. Disponível em: <http://www.saraivajur.com.br/doutrinaArtigosDetalhe.cfm?doutrina=980>. Acesso em: 14.03.2008.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991. Tradução: Raul Fiker.

GIDDENS, Antony. **O mundo na era da globalização**. Presença II, 2000.

GODOY, Rosa. **Memória Lélia Gonzalez em Ação Afirmativa. Cultura, educação e informação em amefricanidade na luta por ações afirmativas**. João Pessoa, 2007.

GOMES, Joaquim **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONZAGA, Amarildo Menezes. **A pesquisa em educação: um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa.** São Paulo: Loyola, 2006.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Sobre o princípio da proporcionalidade.** Anuário do Mestrado em Direito, Recife, ano 6, p.255-269, 1993.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Acesso de negros às Universidades Públicas.** Cadernos de pesquisa, nº118, março/2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DPea, 2006.

HESPANHA, Pedro. **Mal estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social.** .In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). A globalização e as Ciências Sociais. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

JELIN, Elizabeth, HERSHBERG, Eric. **Construindo a Democracia: Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade na América Latina.** São Paulo: Edusp, 2006. Tradução: Ana Luiza Pinheiro.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo: Cortez, 2001.

MATOS, Lucia Marina. **Avaliação do sistema de cotas para estudantes oriundos de escolas públicas e afro-descendentes na universidade estadual de Londrina.** Disponível em: http://www.repositorio.seap.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_educacao/avaliacao_do_sistema_de_cotas.pdf .Acesso em 20 de julho de 2010.

MENDES, Madalena. **Os sete pecados do Governo Global.** In Revista Lusófona de Educação. Lisboa: Edições Universitárias Lusófona, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade.** 3ª ed. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2003.

MINAYO, Maria Cecília. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou complementaridade?** Rio de Janeiro. caderno de saúde pública, jul/set, 1993. pg. 239-262

_____. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Guia de Elaboração de Programas de Promoção da Igualdade. Programa Brasil, Gênero e Raça.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1999.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 19ª ed. Atualizada, São Paulo: Editora Atlas, 2006, p.35

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos.** 6 ed. São Paulo: Pontes, 2005.

PAUGAM, Serge. **O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social.** In As artimanhas da exclusão: Análise Psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2009.

PERONI, Vera. **Política educacional e o papel do Estado no Brasil dos anos 1990.** São Paulo: Xamã, 2003.

PINTO, R.A.F. **A escola e a formação do sujeito: preconceito e racismo no ensino fundamental.** 2010. 113f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia da Educação), Instituto Superior de Línguas e Administração, Vila de Gaia, 2010.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico cultural da educação.** 18. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007

RICHARDSON, Roberto Jarry; colaboradores PERES, José Augusto de Souza (et al.). **Pesquisa Social – Métodos e Técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Cármen. **Ação afirmativa: o conteúdo democrático do princípio da igualdade.** Revista de Informação Legislativa, Brasília, 131: 283-295, jul./set. 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente.** 6ª Ed. Cortez, 2007.

SAWAIA,Bader. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão.**In As artimanhas da exclusão: Análise Psicossocial e ética da desigualdade social.Petrópolis:Vozes,2009.

SETTON,Maria da Graça.**A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea.**Revista Brasileira de Educação,maio/jun/jul/ago 2002,nº20.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Filosofia.** 2ed. Editora Cortez, 2007

SILVA JÚNIOR,Hédio. **Discriminação Racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais.**Brasília:UNESCO,2002

SILVERIO,Valter.**Ação afirmativa e combate do racismo institucional no Brasil.**Palestra proferida no lançamento do III Concurso Negro e Educação,2003.

SOWEL, Thomas. **A ação afirmativa ao redor do mundo: um estudo empírico;** Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2004.

SZYMANSKI,Heloisa(org.).**A entrevista em educação: a prática reflexiva.**Brasília:Liver Livro,2010.3ªed.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTIM, Daniela **Políticas de ação afirmativa e ensino superior: a experiência da UERJ na perspectiva dos professores da faculdade de direito.**Rio de Janeiro,2006.Dissertação (mestrado em educação).Departamento de educação da PUC.

VÉRAS,Maura. **Exclusão social - um problema brasileiro de 500 anos.** In As artimanhas da exclusão: Análise Psicossocial e ética da desigualdade social.Petrópolis:Vozes,2009.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização.** Rio de Janeiro: Record, 1998.

WANDERLEY,Mariangela. **Refletindo sobre a noção de exclusão.** In As artimanhas da exclusão: Análise Psicossocial e ética da desigualdade social.Petrópolis:Vozes,2009.

WIEVIORKA,Michel.**Em que mundo viveremos?** SP:editora perspectiva,2006.

APÊNDICES

Apêndice I

Guião de Entrevista



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrando: Igor Fontes Cadena
igorcadena@yahoo.com.br

Orientadora: Prof^a Doutora Maria das Graças de Andrade Ataíde de Almeida
ataide@hotlink.com

GUIÃO DE ENTREVISTA – ALUNOS APROVADOS

Q1. Perfil do entrevistado:

- Qual a sua idade?
- Sexo?

Q2. Relação do entrevistado com o Vestibular da UFPE:

- * Em que curso você está matriculado?
- * Quantas vezes você fez vestibular para UFPE?
- * Sempre para o mesmo curso?
- * Nas outras vezes já existia o sistema de cotas?
- * Que período você está cursando?
- * Você utilizou o bônus de 10% em sua nota, por ser originário de escola pública?
- * Sem a utilização do bônus, você teria passado no vestibular?

Q3. A Escola Pública na visão do entrevistado:

- * Você sempre estudou em escola pública?
- * Qual a visão que você possui das escolas públicas?

Q4. Exclusão e Cotas:

- * Para você, o que seria exclusão social?
- * Na sua concepção, o sistema de cotas implementado pela UFPE é uma forma de inclusão social?
- * Você se sente incluído?

Q5. Democracia e Cotas:

- * Para você, o que seria democracia?
- * A democracia possui relação com o sistema de cotas?

Q6. Globalização e Cotas:

- * Como você consegue perceber o fenômeno da globalização?
- * Quais as consequências desse fenômeno em sua vida?
- * Qual a relação entre a globalização e o sistema de cotas?

Q7. Cidadania e Cotas:

- * A utilização do sistema de cotas, seria um exercício de cidadania?

Q8. Igualdade e Cotas:

- * Segundo o artigo 5º da Constituição Federal, revelando o princípio da igualdade, todos são iguais perante a lei, qual o seu pensamento quanto a este princípio constitucional?
- * O sistema de cotas estaria privilegiando ou não este princípio?

Apêndice II

Guião de Entrevista



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrando: Igor Fontes Cadena

igorcadena@yahoo.com.br

Orientadora: Profª Doutora Maria das Graças de Andrade Ataíde de Almeida

Ataíde@hotmail.com

GUIÃO DE ENTREVISTA – ALUNOS NÃO APROVADOS

Q1. Perfil do entrevistado:

- Qual a sua idade?
- Sexo?

Q2. Relação do entrevistado com o Vestibular da UFPE:

- * Quantas vezes você fez vestibular para UFPE?
- * Sempre para o mesmo curso?
- * Para que curso prestou o vestibular?
- * Em todas as vezes já existia o sistema de cotas?
- * Você utilizou o bônus de 10% em sua nota, por ser originário de escola pública?

Q3. A Escola Pública na visão do entrevistado:

- * Você sempre estudou em escola pública?
- * Qual a visão que você possui das escolas públicas?

Q4. Exclusão e Cotas:

- * Para você, o que seria exclusão social?
- * Na sua concepção, o sistema de cotas implementado pela UFPE é uma forma de inclusão social?
- * Você se sente incluído, mesmo não passando no vestibular?

Q5. Democracia e Cotas:

- * Para você, o que seria democracia?
- * A democracia possui relação com o sistema de cotas?

Q6. Globalização e Cotas:

- * Como você consegue perceber o fenômeno da globalização?
- * Quais as consequências desse fenômeno em sua vida?
- * Qual a relação entre a globalização e o sistema de cotas?

Q7. Cidadania e Cotas:

- * A utilização do sistema de cotas, seria um exercício de cidadania?

Q8. Igualdade e Cotas:

- * Segundo o artigo 5º da Constituição Federal, revelando o princípio da igualdade, todos são iguais perante a lei, qual o seu pensamento quanto a este princípio constitucional?
- * O sistema de cotas estaria privilegiando ou não este princípio?

Apêndice III

ENTREVISTAS

ENTREVISTA AP1

- Qual a tua idade? 18 anos
- Em que curso está matriculado? Estatística
- Você fez quantas vezes o vestibular da Federal? Uma
- Passou na primeira vez? Sim
- Dessa vez que você passou você usou os 10% na nota? Sim
- Ok! Se você não tivesse usado você passaria no seu curso mesmo assim ou você dependeu desses 10% para entrar? Passaria.
- Com a tua nota você passaria em outros cursos? Em muitos cursos legais não, mas eu entraria em alguns outros cursos.
- Você sempre estudou em escola pública? Sempre.
- Qual a escola? Estudei no mirante Tamandaré e terminei o ensino médio na escola de referência Ginásio Pernambucano.
- Qual a visão que você possui de escola pública hoje? Qual a visão que eu tenho de escola pública? Vê bem, escola pública ela não é muito valorizada até por que o governo num tem uma certa, não dá uma certa atenção ,entendeu? São várias escolas e o governo é meio que ineficiente na educação nacional. Mas a escola pública que eu estudei - não é por que eu vim de lá - mas é uma das melhores. Eu não tenho o que reclamar da minha escola pública não tinha greve ,não faltava professor não faltava livro.
- E as demais o que você acha? Tem uma certa deficiência. O governo deveria ter um pouco mais de atenção.
- Para você o que seria exclusão social? Exclusão social, exclusão vem de excluir não é? Exclusão social seria uma pessoa excluída da sociedade
- Você sendo oriunda de escola pública se sentiu excluída de alguma forma? Eu vindo de escola pública e hoje em dia eu estou na Federal eu me sinto mais que respeitada, eu me sinto incluída.
- O sistema de cotas da Federal para você é uma forma de inclusão social? Para mim

sim.

- Para você o que seria democracia? (pensou) democracia (respirou fundo) bom democracia (pensou).
- Vamos para outra, você consegue observar de que forma, hoje, o fenômeno da globalização? Bom, com a globalização as pessoas interagem de uma forma mais prática... É assim a globalização. Não existem fronteiras para as pessoas, junta todo mundo e todo mundo é a mesma coisa.
- Como é que você consegue ver a globalização na sua vida hoje me dá um exemplo da globalização afetando sua vida? Veja bem, eu teria um contato com pessoas de outros estados que faz o mesmo curso que o meu ,a gente troca ideias troca perguntas soluções isso para mim que é a globalização.
- Qual a relação da globalização com as cotas? Pode ter relação mas eu num sei defini-la.
- O artigo 5º da Constituição ,nos diz que todos são iguais perante a lei, o que é você pensa disso? Bom o que tem no livro é uma coisa , já no cotidiano, no dia-dia é outra coisa ,nem todo mundo acha que todos são iguais perante a lei ... no princípio da igualdade você está dizendo que uma pessoa sendo de escola privada não tem o mesmo direito que uma da escola pública por que veja bem, como eu tinha falado antes, um aluno de escola pública não tem tanto privilegio de estudar com veracidade como um aluno de escola privada. Eu acho que a cota para um aluno de escola pública seria bem mais do que merecido. Assim, no fundo no fundo, a cota vem como se fosse um bônus como se a educação não fosse tão para lá de boa, entendeu?
- Então me diz uma coisa a federal hoje dá 10% de bônus, o governo dá 10% de bônus na nota do aluno de escola pública isso seria suficiente basta isso? Ou você acha que com os 10% os alunos se acomodam ? Vê bem isso não é o suficiente ,eu acho que se o governo tirasse esses 10% e melhorasse a qualidade da educação das escolas isso não seria necessário entendeu?
- Mas hoje é necessário? Sim, porque nem todas as escolas são boas.
- O sistema de cotas da Federal hoje para você é eficaz? No momento é , por que a qualidade de ensino tem uma deficiência como eu tinha falado antes se tivesse uma estrutura melhor da escola pública não precisaria de cotas.
- Você acha que essa forma do sistema de cotas da Federal é uma forma de exercício da cidadania? Cidadania é.

- O que seria para você cidadania? É igualdade de todos. Todo mundo ter o direito independente de escola pública ou não. Todo mundo tem o direito de cursar uma Universidade Federal.

ENTREVISTA AP 2

- Quantas vezes você fez o vestibular da Federal? Duas.
- Qual a tua idade? 22 anos.
- Os dois vestibulares que você fez foi o mesmo curso? Sim.
- É nesse curso que você está matriculado hoje? Sim
- Qual o curso? Publicidade e Propaganda.
- Cursando que período? O primeiro, ainda.
- Você usou os 10% do bônus da nota pra entrar nesse curso? Sim.
- Você sempre foi originado de escola pública? Sim.
- Qual a tua escola? Augusto Severo.
- Qual é a concepção que você tem hoje sobre a escola pública? A minha eu posso falar, como ela é o dia todo, melhorou um pouco.
- Na época que você estudava não era? Não, porque se eu dependesse do estudo da escola antes com certeza eu não passaria na Federal, por conta que o governo ele não dá aquilo que a gente necessita os professores de escola pública não dá o que a gente necessita então por isso que a gente tem que tirar do nosso bolso pra se pagar um pré vestibular ótimo como foi o meu, o GGE.
- Sem esse bônus você entraria na escola pública, ou melhor entraria na Federal? Sim, por causa do meu desempenho, e por causa do ensino particular.
- Para você o que seria exclusão social? Eu não sei falar um pouco sobre isso porque eu não conheço muito esse negócio.
- Na sua concepção o sistema de cotas da Federal é uma forma de inclusão social ou não? Na verdade cota ela está ali como um símbolo, só para é (pensou) como eu posso dizer ... criar a imaginação dos alunos o que eu acho que na verdade, porque se os alunos não estudarem muito, procurarem o que é para estudar mesmo, você não passa. Então não acho que a cota iria ajudar muito não.
- Você pode falar o que você acha que é, o que seria democracia? Democracia, está tão difícil de falar de democracia hoje em dia (risos). Boa, se eu fosse falar de

democracia eu falaria tudo o que eu gostaria, mas como eu posso dizer... não sei por que eu não tenho muita base nesse negócio de democracia, mas...

- No seu dia-dia como você vê democracia? Como eu vejo democracia? Uma plena baixaria, principalmente vindo dos nossos governantes que é partir deles que não se segue a democracia do respeito, é a gente que eles devem todo esse respeito porque eles não nos dão o respeito.
- Você se sente, pelo sistema de cotas da Federal, incluído ou não? Não, não, acho que se não fosse meu estudo se não fosse o que a minha capacidade se eu não corresse atrás do que eu queria não passaria eu não entraria eu não estava agora na Universidade.
- O que seria Globalização? Globalização... olhe eu vou falar um pouco do Brasil, na minha concepção no Brasil, é um caos e tanto que até hoje eu tenho que fazer provas e tentar mudar o meu curso para fora do Brasil, para conhecer um pouco mais lá fora do que dentro do Brasil que é um país que não mais me enche a visão.
- Qual a relação que possuiria a globalização, com as cotas? Você consegue identificar alguma relação? Não, não consigo.
- O artigo 5º da Constituição nos diz que todos são iguais perante a lei, o princípio da igualdade, que você pensa sobre isso? Se todos fossem iguais, vou falar do caso gay por exemplo, eu acho que se todo mundo pensasse que eram iguais perante a lei eu acho que não teria essa grande diferença de hétero com gay e etc... E é o que agente, mas vê hoje.
- E quanto à escola pública? Enquanto a escola pública se tem alguma diferença? Tem muita diferença em relação ao estudo.
- E você acha que o sistema de cotas possui relação com o princípio da igualdade, onde todos são iguais perante a lei, privilegia esse princípio ou afronta ele? Acho que as cotas afrontam a igualdade, por que cota, é só para quem precisa mesmo, mas vejo as pessoas ricas, com condições, pedindo cotas e entrando na Universidade. Então eu acho que isso não é justo, entendeu?
- Em sua opinião o sistema de cotas da Federal hoje é necessário? É, só para é pela parte de incentivar, mas os alunos eles dão um pouco mais com as cotas ele entra apesar dele num, não se esforçar, num correr atrás ele num procurar um ensino melhor para eles mesmos eles num vão conseguir entrar.
- Por você vim de escola publica você sofreu algum tipo de discriminação na federal? Não porque uma coisa que eu acho e posso lhe garantir que a maioria dos alunos

que estão ali dentro veio de escola pública.

- Qual sua visão geral sobre o sistema de cotas? Por que a cota é como eu disse: ela vai tentar me limitar aquilo que está deficiente. Então, querendo ou não, ela está contribuindo por que se for mudar o ensino público pode demorar uns 20 anos e isso não vai acontecer com os jovens. Agora, tem que ter uma maneira para que eles também entrem num ensino superior.

ENTREVISTA AP3

- Qual a sua idade? 20 anos.
- Está matriculado em que curso? Direito
- Qual o período? 6º
- Quantas vezes fez o vestibular da UFPE? Duas, a primeira no segundo ano, para teste e a segunda no terceiro ano.
- Passou na primeira vez que fez pra direito? Sim.
- Você utilizou o bônus de 10% em sua nota por ser originado de escola pública? Sim.
- Qual a escola que você estudou? Escola do Recife.
- Sempre estudou em escola pública? Não, até a 7ª série eu estudei numa escola perto da minha casa escola particular em Camaragibe se chama São Judas Tadeu.
- Depois passou para pública? Sim, depois passei para a pública.
- Qual a visão que você possui hoje das escolas públicas ? Rapaz a visão é que o nível das escolas públicas realmente está aquém do a gente pode esperar. Mas no meu caso específico, eu vejo a minha escola, ela tem um diferencial. Mas o diferencial maior seria nos outros alunos das escolas públicas onde eu estudei os alunos eram muito bons os professores também ,alguns professores eram bons mas boa parte deixa a desejar também ,mas o nível intelectual dos alunos eram altos e contribuía bastante inclusive tem mas gente de lá que estuda aqui.
- Para você o que seria exclusão social? Exclusão social seria a falta de acesso ao que normalmente é... não seria disponível para todos, acho que seria isso exclusão social...
- Você acha que um aluno oriundo de escola pública seria excluído? O acesso à Universidade hoje em dia está cada vez, mais democratizado, mas a Universidade particular contraditoriamente os alunos de escolas públicas terminam indo para

escolas particulares os alunos de escolas particulares também vindas para as Universidades públicas, mas acredito que isso é o sistema de cotas é um sistema estanque é visa solucionar os problemas, mas se for na conjuntura das escolas públicas, podem trazer boas soluções, mas só cotas por cotas não resolve os problemas...

- Na sua concepção o sistema de cotas da Federal é uma forma de inclusão? Rapaz acho que o sistema de cotas da UPE (Universidade de Pernambuco) seria, mais eficiente, por reservar vagas principalmente o curso de direito, é para entrar aqui eu já tive notas sem as cotas para entrar na minha época eu tirei 7.78 sem as cotas, com as cotas eu fiquei com, mas de 8.5, então assim eu já teria entrado sem cota, mas veja você tirar 7.78 numa prova de 1º e 2º fase que antigamente era da COVEST, não era fácil então esse 10% para mim para o meu ego, tirei 8.5 na prova eu não acredito que seja suficiente pra incluir um aluno... rapaz a única vantagem foi que me tirou do segundo período manhã, e me colocou no primeiro período manhã.
- O que seria democracia? Democracia seria a construção igualitária, acredito que seja também todos expor suas opiniões em qualquer espaço e ser o conjunto da maioria e não por uma, somente uma parte não é? Nessa conjuntura acredito que a inclusão da sociedade das camadas mais baixas da sociedade na Universidade é uma forma de democracia.
- Qual a relação entre democracia e cotas? É o que eu disse anteriormente a democracia é uma forma de inclusão, não as cotas são uma forma de inclusão nas Universidades públicas e as Universidade públicas formam os intelectuais que vão influenciar nas decisões do país não é?
- Como é que você consegue perceber o fenômeno da globalização? O fenômeno da globalização, tem vários aspectos, mas o aspecto educacional que é o que a gente está tratando é uma forma de democratizar o conhecimento... então a globalização influencia nesse aspecto educacional, qualquer pessoal pode ter inclusão.
- Como você percebe a Globalização em sua vida? Em todo momento eu abrir meu celular e entrar na internet já estou usufruindo dessa inclusão.
- Qual a relação que haveria entre a globalização e o sistema de cotas? A globalização e o sistema de cotas ,(pensou) rapaz eu acredito que o sistema de cotas é um sistema inclusivo e a globalização é (pensou) e no sentido assim... não estou vendo uma relação não.

- O sistema de cotas seria uma forma de exercício da cidadania ? Rapaz, seria assim... é como eu disse: é estanque, é para acabar com o problema temporariamente. Mas, se vier junto com medidas de inclusão e de fato melhorar o nível de ensino, com um todo, pode ajudar porque veja: é a mesma coisa das políticas populistas, elas visam trazer auxílio as camadas mais baixas da população, mas isso faz o político, com certeza faz, mas também quem está com fome está com fome agora por mais que as políticas públicas possam melhorar o nível social, como um todo, radicar a miséria, mas isso tem que pensar também que a pessoa está com fome hoje ,a mãe está precisando hoje, o filho está chorando hoje, então tem que ser medidas de estanque e medidas de longo prazo se não for esses dois então aí é inútil o sistema de cotas ,não vai ser eficaz.
- O artigo 5º da Constituição fala que todos são iguais perante a lei, o princípio da igualdade, o que é que você pensa sobre esse artigo? Rapaz, a igualdade seria uma aplicação para os iguais na medida das suas igualdades. É assim que eu penso. Então essa e a lógica da política de cotas para incluir os desiguais, como uma forma de inclusão a quem não teria acesso a tanta informação ou não a meios de obter uma formação. Por que exemplo não é só uma escola boa às vezes, o aluno de alguma forma conseguiu estudar em uma escola boa, mas em casa não tem o que comer, então não é simplesmente uma escola boa. Esses fatores então, a igualdade seria sanar alguns defeitos do próprio estado na sua existência à população.
- Na sua concepção o sistema de cotas da Federal de hoje é perfeito ,é exclusivo ou ainda tem muito a desejar? Rapaz o sistema de cotas é um sistema estanque ,mas o da COVEST particularmente, porque tem que analisar os aspectos não só escolares teria que analisar tudo, teria que analisar as condições financeiras ,como o pro uni analisar eu acredito situações financeiras como salários e tal que também influenciam não é? As pessoas que vão indo para escolas públicas mas que estão fazendo cursinho por fora então só o fator da escola pública não resolve o problema.

ENTREVISTA AP4

- Qual a sua idade? 22 anos.
- Está matriculado em que curso? Licenciatura em Geografia.

- Quantas vezes fez o vestibular da UFPE? Duas.
- As duas para o mesmo curso? Sim.
- Não passou no primeiro, passando o segundo? Sim.
- Nos dois vestibulares já havia as cotas? Sim , sim, já havia.
- Qual o período em que está cursando? 4º
- Utilizou os 10% para poder passar? Sim, com certeza.
- Passaria mesmo sem o bônus? Sim, na segunda vez, sim.
- Sempre estudou em escola pública? Sempre, desde o fundamental até o ensino médio.
- Qual a visão que você possui das escolas públicas? (pensou) comparada a antigamente ela melhora um pouco mas ainda não é o ideal para os alunos, falta melhorar alguns aspectos ainda.
- Para você o que seria exclusão social? Não incluir em trabalhos sociais, dá oportunidade para quem precisa.
- O que seria democracia? Democracia no ponto de vista falado seria o convívio de todos, democracia seria ter liberdade de expressão para o que for necessário para melhorar a sociedade.
- Qual a relação com as cotas? Democracia e cotas, a questão de incluir a minoria não é? Nas faculdades públicas está aí a questão de democracia.
- E o que seria Globalização? Globalização seria uma forma de incluir todo mundo, no atual momento em que a sociedade vive... no caso no sistema capitalista todo mundo integrado nisso... a questão da universalização não é? a integração e a oportunidade para que as pessoas de baixa renda entrem na Universidade.
- A utilização da cota seria uma forma de exercício da cidadania? Sim, porque está dando benefícios, dando prioridade às pessoas de baixa renda. As pessoas que tem um pouco mais de condições não usufruí dessa cota. Por isso, é atualmente uma democracia...uma cidadania.
- Pelo artigo 5º da Constituição todos são iguais perante a lei. O que você pensa disso? Na teoria é muito bom não é? Todos são iguais perante a lei. Mas de fato as pessoas de baixa renda tem um pouco mais de dificuldade para conseguir perante a lei de exercer cidadania.
- O sistema de cotas estaria se aproximando da igualdade? Estaria se aproximando, por que está dando oportunidade as pessoas que precisam tentando incluir ele com um grau maior na educação ,para que futuramente tenha um emprego digno ,uma

boa família e da prosseguimento a sociedade.

ENTREVISTA AP5

- Qual a tua idade? 18 anos.
- Quantas vezes fez o vestibular da UFPE? Passei de primeira.
- Qual o curso? Ciências Contábeis.
- Tais em que período? 2º
- Utilizou o bônus de 10%? Usei sim.
- Sem usar o bônus, mesmo assim você entraria com a sua nota, ou você só passou por causa do bônus? Eu acho que passaria sim.
- Sempre estudou em escola pública? Sim.
- Qual a escola? Padre Lima Novais.
- Qual a sua visão sobre escola pública? Agora a escola pública melhorou. Dois ou três anos atrás não era tão bom assim, vem melhorando.
- O que seria exclusão social? Exclusão social, acho que quando o aluno está meio que excluído da sociedade, não tem os mesmos, é como é que eu vou dizer... as mesmas coisas que os outros tem, eu acho que mais ou menos isso.
- Para você o que seria democracia? Democracia (pensou) eu acho que, me deixa pensar, eu acho que quando todos tem o mesmo limite.
- Democracia possui alguma relação com as cotas? Acho que sim por que a democracia é como é para todos terem o direito no vestibular, as cotas ajudam o aluno da escola pública também ingressar não só de particular, acho que democracia assim tem alguma coisa haver com as cotas.
- Você consegue perceber de alguma forma o fenômeno da globalização, como você entende a globalização hoje no mundo? Não lembro muito disso agora não.
- Na sua vida? Na minha vida social, eu acho que tem haver com a globalização.
- Qual a relação entre Globalização e Cotas? Não consigo ver relação não.
- A utilização das cotas pela Federal é uma forma de exercício da cidadania? Sim por que ajuda quem é menos favorecido a entrar numa Universidade pública.
- O que seria Cidadania? Seria cidadania. É, eu acho que seria o ponto de vista do

cidadão com referência ao próximo, porque é essa ideia, não sabe?

- Na Constituição Federal do Brasil no artigo 5º fala o princípio da igualdade e que todos são iguais perante a lei. O que você pensa desse princípio? Tem na Constituição isso não é? Mas a gente não vê concretamente, era para ser assim, mas não é, a gente tem um exemplo que não é desse jeito realmente, Boa Viagem por exemplo, tem a orla, onde poucos tem acesso e as favelas ao lado. Assim eu só acho que na escola privada é o melhor ensino que uma escola pública então as pessoas acham que a escola privada é melhor assim, por uma parte até dependendo da escola pública é melhor...quem vem de uma escola privada é mais privilegiado do que quem vem de uma escola pública... eu acho que assim por um lado está, o sistema de cotas colaborando com o princípio da igualdade, que inclui essas pessoas de baixa renda que não tem, que é desfavorecido, ir para uma Universidade não é? Só que olhando pelo outro lado era para, incentivar melhor, melhorar as escolas públicas, do que o sistema de cotas pelo menos assim igualava a questão do ensino porque com essas cotas acho que quer dizer que as escolas públicas são piores do que uma escola particular, e pode gerar a acomodação dos alunos da escola pública pela existência das cotas.
- Quem é oriundo de escola privada é privilegiado então? Sim, eu acho que sim.
-

ENTREVISTA NAP1

- Qual a tua idade? 18 anos.
- Quantas vezes fez o vestibular da UFPE? Uma vez.
- Para que curso? Administração.
- Utilizou o bônus de 10%? Utilizei.
- E mesmo assim não conseguiu passar? Não.
- Sempre estudou em escola pública? Por sete anos.
- Qual a sua visão da escola pública? Está melhorando muito.
- Para você o que seria exclusão social? Uma pessoa fora da sociedade.
- As cotas são uma forma de inclusão social? Como as pessoas de escola privada tem uma preparação, mais profunda do que pessoa de escola pública... aí é tipo um incentivo do governo para introduzir os alunos de escolas de rede pública na Universidade... assim para mim ajudou muito na nota mas como o curso e a

preparação não estava tão aperfeiçoada ai eu já vi que não dava para mim.

- Para você o que é democracia? Democracia (pensou) deixa eu ver assim um direito que as pessoas podem ter por causa da... assim como é que eu posso dizer... em parte a renda familiar na Federal ajuda a isso já que como quem tem uma renda maior eles não consideram tanto, isso faz parte da democracia
- Democracia possui alguma relação com o sistema de cotas? Em partes porque a democracia como eu falei aluno de rede pública possui os 10% aluno de rede privada não isso é um incentivo para o aluno da rede pública.
- Para você o que seria Globalização? Globalização é desenvolvimento... globalização vai aprimorando mais o conhecimento.
- Você consegue conceber a globalização não sua vida me dá um exemplo de como a globalização afeta na sua vida? (pensou) globalização como eu posso dizer ,na minha vida assim em questão de ,como eu posso dizer globalização como termo social a globalização tem meios que as pessoas não tem no desenvolvimento.
- Certo você tem acesso ao desenvolvimento pela globalização ,mais facilidade de acesso isso? Tenho acesso.
- Segundo o artigo 5º da Constituição todos são iguais perante a lei como é que você vê esse princípio? Qual é o seu pensamento quanto a isso? Os alunos de rede privada tem mais aprimoramento de que os da rede pública, isso ajuda, mas assim, perante a lei todos deveriam ser iguais.
- O sistema de cotas afronta o princípio da igualdade? Não afronta tanto porque assim os alunos de rede privada eles sabem que a nota será maior do que o de rede publica é por isso que os 10% já vão para igualar a nota para a concorrência ser de igualdade.

ENTREVISTA NAP2

- Qual a tua idade? 23 anos.
- Quantas vezes você fez o vestibular da UFPE? Duas.
- Para o mesmo curso? Não, a primeira que eu fiz foi psicologia e a segunda engenharia.
- Deixasse de fazer psicologia para fazer engenharia? É psicologia foi a primeira

opção quando eu sai do ensino médio, engenharia foi atualmente que é uma área que eu estou visando.

- Em todas as vezes que você fez já tinha a possibilidade de cotas? Sim.
- E não passou? Não.
- Sempre estudou em escola pública? Sim.
- Qual escola? Estadual Dom Bosco.
- Qual a visão que você possui hoje das escolas públicas? O modelo do ensino da escola pública, tem que melhorar mais, antigamente digamos na época que eu estudava era uma defasagem muito grande tanto dos professores quanto dos conteúdos, atualmente eu não estou estudando na escola, mas acho que deve ter melhorado.
- Na sua concepção o que seria exclusão social? A exclusão é você excluir uma pessoa de um objetivo próprio num auxiliar ela, eu acho na minha visão é isso....
- Você acha que um aluno de escola pública que não ingressam no vestibular ou mesmo ingressando tendo uma deficiência no ensino como você falou é uma forma de exclusão social? Sim, bastante, o governo tem que visar muito a questão de educação principalmente na pública, porque a massa da população tem mais acesso a escola pública ,para poder melhorar, para ter uma avanço não só na economia mas também na população em si educação é importante.
- Você acha que tendo a oportunidade de possuir os 10% na nota do vestibular se sentiu com essa perspectiva incluído ou não? Não. É nessa questão do incentivo é muito complicado porque, em vantagem você tem uma vantagenzinha, mas em compensação, psicologicamente você esta sendo preconceituoso com você mesmo, porque se você tem a igualdade de competir com qualquer tipo de pessoas que estudou em público ou particular você tem que ser instruído pelo governo, ela escola pública da mesma forma que uma pessoa numa escola particular, então não deveria ter essa questão de cotas deveria ter igualdade em relação ao estudo, se eu pago eu tenho um bom estudo, se eu não pago eu não tenho um bom estudo, apesar de que o imposto é pago normalmente essa é a questão.
- O que seria democracia? Democracia é o que a gente vive no Brasil é no mundo da gente. A gente tem que se adequar mais a ela. A democracia é a questão de que escolhemos os nossos líderes e determinada opinião do povo, então o povo que escolhe as pessoas que devem liderar por certo período a sua, como é que eu posso falar... que deve liderar o seu país, a sua cidade, o seu estado, essa é a forma que eu

vejo de democracia.

- Qual a relação entre democracia e cotas? Já nessa questão de democracia e sistema de cotas, é um pouco complicado se não vai entrar em divergência com o que eu respondi na questão anterior. O sistema de cotas ele não deveria existir, porque as pessoas tem que estudar com igualdade, e não com uma vantagem a mais sobre outra pessoa que estudou em escola particular. Então deveria ser igual para todos, se houver investimento no estudo do povo, se não tem que manter essa cota.
- E na sua concepção o que seria globalização? Globalização é o que a gente está vivendo agora... com a globalização o avanço da tecnologia aumenta também os desgastes dos recursos naturais... a globalização trás uma unificação dos países...
- Você consegue ver de alguma forma a influência da globalização no sistema de cotas? (pensou) puxando para o lado de cotas das faculdades eu creio que não eu não tenho essa visão perfectiva sobre isso não consigo entender que tem.
- Para você a utilização das cotas seria um exercício de cidadania? Não. É como eu disse para você: eu não sou a favor das cotas, mediante que o governo invista bem na educação pública. Porque, como eu falei, a igualdade ela tem que ser unitária, tem que ter cada indivíduo, tem que ter a igualdade entre os outros nas disputas, tanto de vestibular quanto de concursos. Todos os procedimentos da sociedade em questão é a escola pública, aquela estrutura, e não tem a capacidade de oferecer um estudo. Mas, essa necessidade das cotas, realmente, a minha questão é essa: tem que se investir para tirar ela e não aumentar ela por que isso é uma forma de evitar uma cultura de que eu tenho os 10%. Meu investimento na escola, no estudo, é menor. Então, minha visão é não.
- Então seria uma forma de cidadania um investimento na escola publica e não fazendo com que ela entre? Exatamente investir em educação e não em cotas.
- Segundo o artigo 5º da Constituição ele fala sobre o principio da igualdade que todos são iguais perante a lei qual a sua visão sobre esse assunto? Se são todos iguais, a diferença de eu ter 10%, já estou me distinguindo por uma característica para sociedade porque eu por ter estudado em escola pública eu tenho 10% eu tenho entre aspas uma vantagem e uma desvantagem sobre as pessoas que estudam em particular, a particular teve um estudo, mais específico, puxou, mas o cara tem, mais capacidade, mas por eu ter vindo de escola publica eu vou ter um acréscimo de 10% na minha nota por que eu não tive aquele estudo, então isso se torna vergonhoso em questão tanto de igualdade com de cidadania.

ENTREVISTA NAP 3

- Qual a tua idade? 35 anos.
- Quantas vezes você fez o vestibular da UFPE? 4 vezes.
- Sempre para o mesmo curso? Não, fiz para pedagogia e para secretariado.
- Duas vezes para cada curso? Não, três vezes para pedagogia e uma para secretariado.
- Nas vezes que você fez vestibular, já existia a cota? Sim.
- Nas 4 vezes já havia? Sim.
- E mesmo utilizando as cotas você não conseguiu passar nas 4 vezes? Não.
- Sempre estudou em escola pública? Sim.
- Qual a escola? Martins Júnior.
- Qual a visão que você possui de escola pública hoje? O ensino é fraco, bastante fraco.
- Você culparia a escola pública nos seus insucessos nos vestibulares? Com certeza.
- O que seria exclusão social? Seria uma forma de excluir principalmente as pessoas que tem uma renda baixa não é? Diante da sociedade porque você só é alguém quando você tem uma boa renda ou se você tem um bom estudo, e para isso você tem que ter uma renda não é?
- O que seria democracia? Seriam direitos iguais para todos...
- Qual a relação entre democracia e cotas? Não existe isso não. Democracia seria se eles oferecessem ensino de boa qualidade para todos.
- Por não oferecer e saber que não oferece e dando 10% na nota não seria uma forma de ajudar, e tornar o processo, mais democrático? Eu não concordo (riso) porque se houvesse democracia haveria direitos iguais para todos então a partir do momento que você dá 10%, isso não quer dizer que seja uma democracia, quer dizer que há uma desigualdade.
- Para você o que seria globalização? Globalização... quando todos tem acesso a esse conteúdo.

- Você consegue ser a Globalização na sua vida? Consigo, através de internet e jornais.
- Qual a relação que possui se é que ha uma relação entre globalização e o sistema de cotas? Nenhuma (risos)
- Para você a utilização das cotas na forma que e tida hoje na Federal é uma forma de exercício da cidadania? (Pensou) Não.Porque se houvesse cidadania não seria necessário as cotas, porque tanto negros,brancos ,pobre ou rico teria o mesmo direito.
- O artigo 5º da Constituição fala o princípio da igualdade que todos são iguais perante a lei,o que você pensa desse princípio? Deveria ser assim mas de fato ela só consegue ser nesse artigo,mas assim na prática ela não acontece...igualdade seria que todos tivesse o ensino de qualidade e não um desconto pela deficiência desse ensino.

ENTREVISTA NAP4

- Qual a tua idade? 21 anos.
- Quantas vezes vez o vestibular da UFPE? Duas.
- Para que curso? Administração.
- As duas vezes? Sim.
- Nas duas vezes já havia a cota? Sim.
- Você utilizou o bônus? Sim.
- E mesmo assim não passou? Não.
- Sempre estudou em escola pública? Sim.
- Qual a escola? Trajano Chacon
- Qual a visão que você possui hoje de escola publica? Há muita defasagem que tem dos alunos de determinados cursos determinadas áreas que no meu tempo ainda é muito diferente ao de hoje porque não mudou quase nada, a educação apesar dela está evoluindo ainda há uma grande defasagem dos alunos, uma grande falta de interesse dos professores com os alunos.
- O que seria exclusão social? Exclusão social para mim seria aquela pessoa que a qual todo mundo não tem interesse nela, seriam as pessoas pobres e não demonstra que pode

servir para alguma coisa na sociedade.

- O que seria democracia? (pensou) democracia eu acho que é cada um ter sua escolha de saber o que é certo e o que é errado. Mas não no Brasil não há democracia assim certa, que é onde você tem as suas escolas, que tem que seguir normas e padrão, coisas que não são adequadas para sociedade brasileira.

- Qual a relação que você consegue perceber entre democracia e o sistema de cotas? Que você está estabelecido a atingir aquele determinado local mesmo com incentivo que ocorre hoje em dia, que a globalização e democracia são totalmente errados para mim democracia no Brasil não existe e os 10% é um valor de incluir alguma coisa que foi deixada para trás na aprendizagem do aluno no ensino fundamental e médio.

- Para você o que seria globalização? Globalização não é só o mercado não é só mundo, globalização é você viver dentro daquela sociedade que você participa, e tem funções de outras pessoas relacionadas a termos de amizade, com relação pessoal.

- E a globalização e o sistema de cotas qual a relação que possui esses dois fenômenos? Globalização e sistema de cotas é ao longo da história que também vem mostrando isso que e a má estrutura da pessoa que isso já vem a muito tempo principalmente no Brasil que vem do período da escravidão até hoje que é um meio de tentar ajudar as pessoas que não tem condições de entrar em determinados locais com a ajuda extra que é os 10% que num seria muito viável.

- A utilização das cotas para você é uma forma de cidadania? Não.

- Por quê? Cidadania num é, isso, ajuda. Cidadania é a pessoa saber onde mostrar que pode um cidadão por que você a partir do nascimento já é um cidadão, mas a cidadania ela tem que estar envolvida em você na sociedade seus amigos e na sociedade num todo. - O artigo 5º da Constituição fala que todos são iguais perante a lei o que você pensa disso? Na teoria seria o correto, mas na prática não temos isso. A igualdade em determinadas funções e mesmo no mercado de trabalho na área de educação mesmo você tem funções quem é homem tem que ganhar x e a mulher tem que ganhar x quer dizer que isso não é igualdade por que eu sou branco não posso ter o mesmo estudo que um negro não? Por que eu sou negro não posso ter o mesmo potencial de um branco não isso não é cidadania, isso não é igualdade...é um afronto ao princípio da constituição por que isso aí não é igualdade isso é um meio de tentar ajudar a alguém a tentar ser igual, mas não é igualdade.

ENTREVISTA NAP 5

- Qual a tua idade? 24 anos.
- Quantas vezes fez o vestibular da UFPE? Uma vez.
- Para que curso? Bacharelado em Geografia.
- Você usou os 10% da sua nota por ter sido originada de escola pública? Sim.
- Mesmo assim não conseguiu passar? Não.
- Sempre estudou em escola pública? Sim
- Qual a escola? Estadual Santos Dumont
- Como você vê o ensino da escola pública hoje? Eu vejo um ensino de escola pública assim que não é suficiente para um bom aprendizado, para que a pessoa possa realmente estar preparada tanto para o mercado de trabalho quanto para sua vida particular.
- Na sua visão o que seria exclusão social? Eu acho que seria a não inclusão não é? De toda uma sociedade de classe raça gênero ...
- Você acha que na hora que a Federal ofereceu o bônus a você de 10% ,foi uma forma de inclusão social? Sim porque eu acho que, acredito que foi uma maneira.. já que o ensino não é suficiente então é uma maneira de tentar incluir aquele que com certeza se não tivesse os 10% não teria nenhuma chance.
- Qual a relação entre as cotas e a democracia? É porque é assim, a cota eu vejo no sentido de minimizar aquilo que está faltando. Então numa democracia seria a questão de ter igualdade para todos não é? Nesse caso aí as cotas não iriam resolver o problema e sim iriam amenizar.
- O que seria para você então globalização? Globalização seria o mundo todo, através do capitalismo ,uma interação entre os povos no mundo através do mercado de trabalho...seria um bloco econômico... o mundo vive em volta de um capitalismo na sociedade.
- O artigo 5º da Constituição diz que todos são iguais perante a lei o que você pensa desse artigo? Eu concordo com esse artigo não é? Mas eu acho que o que está nesse artigo deveria ser exercido na sociedade não é? É que realmente todos

tivessem seus direitos e deveres.

Apêndice IV



UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS – ULHT
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTU SENSU
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

À
COVEST

Venho por meio deste, mui respeitosamente, mais uma vez, apresentar o mestrando, IGOR FONTES CADENA, da Universidade Lusófona de Portugal, que tem como tema de sua pesquisa de mestrado o sistema de cotas, instituído pela Universidade Federal de Pernambuco. Seu projeto já passou pelo exame de qualificação, sendo aprovado, e por tal, faz-se necessário, para a continuidade da pesquisa, dados estatísticos a serem fornecidos pela COVEST.

Certos da presteza que é peculiar a esta Instituição, nos colocamos a disposição para maiores informações, ao mesmo passo que encaminhamos o mestrando para a realização da coleta de dados.

Recife, 06 de agosto de 2011.

Profa Dra Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida
(Profa do PPG em Extensão Rural e Desenvolvimento Local POSMEX –
UFRPE)

ANEXOS

Anexo I**PROJETO DE LEI 3627/2004**

Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º—As instituições públicas federais de educação superior reservarão, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 2º—Em cada instituição de educação superior, as vagas de que trata o art. 1º serão preenchidas por uma proporção mínima de autodeclarados negros e indígenas igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do **caput**, as remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 3º—O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do sistema de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 4º—As instituições de que trata o art. 1º terão o prazo de duzentos e quarenta dias para se adaptarem ao disposto nesta Lei.

Art. 5º—O Poder Executivo promoverá, no prazo de dez anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do sistema especial para o acesso de estudantes negros, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, nas instituições de educação superior.

Art. 6º—Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de abril de 2004.